UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS, POVOS INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS (PPGEAFIN)

JOELMA CRISTINA DE LIMA ANTUNES

CADERNO DE EDUCAÇÃO DO *ILÊ AIYÊ*:

Produção, recepção e sua utilização na Escola Mãe Hilda.

Salvador - Bahia
2020

JOELMA CRISTINA DE LIMA ANTUNES

CADERNO DE EDUCAÇÃO DO *ILÊ AIYÊ:*

Produção, recepção e sua utilização na Escola Mãe Hilda.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título no grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho.

Salvador - BA
2020

JOELMA CRISTINA DE LIMA ANTUNES

CADERNO DE EDUCAÇÃO DO *ILÊ AIYÊ:*
Produção, recepção e sua utilização na Escola Mãe Hilda.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do título no grau de Mestre em História

Salvador, 17 de Dezembro de 2020.

Banca Examinadora

Dr.° Raphael Rodrigues Vieira Filho - Orientador _____
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Dr.ª Claudete de Souza Nogueira - Examinadora externa _____
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP

Dr.° Milton Araújo Moura – Examinador Externo_____
Universidade Federal da Bahia - UFBA.

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB-5 / 918

Antunes, Joelma Cristina de Lima
Caderno de educação do Ilê Aiyê: produção, recepção e sua utilização na Escola Mãe Hilda / Joelma Cristina de Lima Antunes . – Salvador, 2020.
147 f.

Orientador: Raphael Rodrigues Filho.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, 2020.

Contém referências.

1. Ilê Aiyê – Prática de ensino – Salvador (BA) . 2. Cultura afro-brasileira – Estudo e ensino (Ensino fundamental) – Salvador (BA). 3. Brasil [Lei n. 10639, de 9 de janeiro de 2003]. 4. Racismo na educação. 5. Negros – Identidade étnica. 6. Conscientização racial. I. Rodrigues Filho, Raphael. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. III. Título.

CDD: 375

AGÔ

A realização desta dissertação, apesar de ter o meu nome e sobrenome na autoria não se fez sozinha, ao contrário, passou por uma extensa rede de conspiradores, pessoas que me acompanham há tempos e outras que foram se encruzilhando no período mais recente. A todas estas ofereço os meus sinceros agradecimentos, que Exu continue alafiando nossos caminhos. Todavia, não posso deixar de reverenciar aqui, algumas em específicos, começando pela minha ancestralidade, que me mostra o tempo todo que não estou só, orientando minhas ações para o caminho da coletividade, do aquilombamento.

Agradeço ao Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho, meu orientador, pela sensibilidade, por me acolher de forma humanizada em Salvador.

Ao Mestre Renê Bittencourt e a Associação de Capoeira Angola Navio Negreiro (ACANNE), por ter possibilitado meu reencontro ancestral com a Capoeira Angola.

A Ismael Silva dos Santos por iluminar e aquecer meu caminho com seus questionamentos e afeto, essa dissertação só se fez possível pela sua presença.

A minha família biológica e de axé pelo incentivo e apoio incondicional.

As amigas e amigos que se fizeram presentes e presença durante todo o processo.

Aos professores presentes na banca pelas contribuições sempre bem vindas.

Agradeço a Prof.ª Dr.ª Claudete de Sousa Nogueira por seu olhar atento e minucioso, por me acompanhar nesse desafio que é escrever e se provar gente na Academia brasileira...

Agradeço ao Prof.º Dr.º Milton Araújo Moura, pelos apontamentos e tensionamentos.

Agradeço imensamente ao Prof.º Valdélio Santos Silva, por me fazer refletir sobre a dimensão da minha escrita,

As professoras Ana Célia da Silva, Maria Luísa Passos e Lindinalva Barbosa por me concederem o prazer da escuta, pela atenção e contribuição com a pesquisa.

As Educadoras da escola Mãe Hilda, em especial a Iana Marucha, por compartilharem parte do cotidiano comigo, por me mostrarem as delícias e os desafios do educar, por assumirem o compromisso crítico com nossas crianças. E, como não poderia deixar de ser, agradeço as crianças da Escola Mãe Hilda e Band'Erê por manterem a possibilidade de se construir um mundo melhor.

A diretora Hildelice Benta, por toda atenção e apoio prestado ao longo do desenvolvimento da pesquisa, por me mostrar que respeito pode ser conquistado com afeto e responsabilidade, e não necessariamente por temor.

A todas as mulheres que trabalham na manutenção do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, Dona Vera, Mirinha, Jô, todos os professores e funcionário da Senzala do Barro Preto.

Agradeço a Mãe Hilda pela coragem e força, por ser esse elo que conecta todos e todas no Ilê, por acreditar naqueles que fazem o mundo negro acontecer.

E a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

ANTUNES, Joelma Cristina de Lima**. CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ**: Produção, recepção e sua utilização na Escola Mãe Hilda.
Orientador (a): Prof. Dr. Raphael Rodrigues Vieira Filho

RESUMO

Esta pesquisa se propôs analisar os Cadernos de Educação, materiais pedagógicos produzidos pela Associação Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê, refletindo sobre a forma como foram produzidos e como são utilizados pelos professores da Escola Mãe Hilda, instituição que compõe o Projeto de Extensão Pedagógica (PEP) do bloco afro. Como o Ilê Aiyê elaborou seus projetos educacionais, práticas pedagógicas e currículo? No que se difere do ensino proporcionado pelos sistemas estatais? O que oferece de contribuição para a sociedade? Foram algumas das interrogações que me instigaram no desenvolvimento desta pesquisa. Tendo como referência as orientações das leis 10.639/03 e 11.645/08, verificamos em que medida os Cadernos contribuem ou não para uma releitura histórica, política, social e cultural em relação ao protagonismo da população negro-africana na história, e se os projetos educativos do Ilê podem ajudar na construção de uma educação antirracista e proporcionar práticas pedagógicas inclusivas no que se refere ao campo das relações etnicorraciais. Selecionamos os Cadernos de Educação para análise: Vol. I – Organizações e Resistência Negra, de 1995; e o Vol. XVI – Candaces Rainhas do império Méroe, de 2008. Para obter as informações necessárias e construir os argumentos teóricos respondendo nossas questões, utilizamos uma metodologia qualitativa, baseada na pesquisa documental, na história oral e nos estudos culturais. Tivemos como instrumentos: a análise da bibliográfica e historiografia sobre o próprio bloco e os materiais didáticos produzidos pelo Ilê Aiyê; a observação em sala de aula, com registros em diário de campo; e a entrevista semiestruturada referenciada realizada com 4 interlocutoras: 3 Educadoras que participaram diretamente da construção do PEP e Cadernos de Educação e 1 Educadora que atualmente leciona na Escola Mãe Hilda. Essas mulheres nos ajudaram a compreender como os Cadernos de Educação foram criados, o contexto político, as lutas sociais, simbólicas, as intencionalidades e a vida de lutas da rede de intelectuais militantes negros insurgentes que contribuíram na construção das ações educativas do Ilê e sobretudo dos Cadernos. Também pudemos compreender como os Cadernos de Educação tem sido utilizado atualmente na Escola Mãe Hilda em suas práticas pedagógicas. As informações e dados produzidos foram tratados, categorizados e perscrutados através da triangulação e análise crítica sócio histórica das diversas fontes pesquisadas. Conforme observado os Cadernos de Educação são hoje utilizados na Escola Mãe Hilda como materiais complementares para elaboração de projetos coletivos orientados para o trato da História da África e das populações negras e das relações etnicorraciais em sala de aula. Por tratarem de temas dos desfiles de carnaval do Bloco, os Cadernos trazem uma diversidade de linguagens: imagéticas, poéticas, sonoras, entre outras, que são transformadas em instrumentos pedagógicos pelas educadoras da escola, tornando o processo de ensino-aprendizagem prazeroso e integrado as vivências dos alunos. Após a pesquisa consideramos que os Cadernos de Educação são materiais preciosos que podem e devem ser utilizado como referência em outros espaços educacionais, sobretudo nas escolas públicas.

Palavras-chave: Representação, Lei 10.639/03, Materiais Didáticos, Ilê Aiyê; Práticas Pedagógicas.

Linha e Pesquisa: Representações e estudos sobre raça e relações étnicas: África e africanos, povos indígenas e negros no Brasil.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the *Cadernos de Educação*, pedagogical materials produced by *Associação Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê*, reflecting on how they were produced and on how they are used by teachers at *Escola Mãe Hilda*, an institution that is part of the *Projeto de Extensão Pedagógica - PEP* (Pedagogical Extension Project) of *Bloco Ilê Aiyê.* Using as reference the orientations of Brazilian laws 10.639/03 and 11.645/08, we could measure to what extent these materials play or not a positive and meaningful role to a historical, political social and cultural rereading regarding the black-african population leading role in history, and also if the educational projects of Ilê can be considered a benchmark when it comes to building an anti-racist education and inclusive pedagogical practices regarding the ethnic-racial field. In total, we selected two volumes of the *Cadernos de Educação* to analyze. They were *Vol. I – Organizações e Resistência Negra* (1995) and *Vol. XVI – Candaces Rainhas do império Méroe* (2008), in which we approached black people's social, religious and political ways of organizing and women's powerful leadership roles in politics in African continent and Brazil. The intention was to emphasize african e afro-diasporic agency in history and how the materials can be used in the classroom. How did *Ilê Aiyê* elaborate its educational projects, pedagogical practices and curriculum? How different are the materials and approaches compared to those provided by public schools? How do they contribute to society? Those were some of the questions that guided this research. We interviewed 4 women: 3 educators that actively participated in the *PEP* and *Cadernos de Educação* development and 1 educator that teaches at *Escola Mãe Hilda* currently. These women helped us to understand how *Cadernos de Educação* were created, the political context, social and symbolic struggles, and the intentions that permeated the lives of the black intellectuals and activists that contributed to its development. We could also understand how *Cadernos de Educação* is currently being used at *Escola Mãe Hilda* and its pedagogical practices. To get the necessary informations and also to build the theoretical arguments, we made use of a qualitative methodology, based on desk research, oral history and cultural studies theoretical framework, having as tools the bibliographical analysis of specialized literature and of didactic materials produced by *Bloco Ilê Aiyê*, a field journal on classroom observation and the semi-structured interview with *Escola Mãe Hilda*'s teachers and employees. The produced information and data were processed and analyzed in several methodologies: by critical document analysis, data triangulation, categorizations and socio-historical analysis of the sources consulted.

Key-words: Representation, Law 10.639/03, Didactic Materials, Ilê Aiyê, Pedagogical Practices.

Line of research: Representations and race and ethnic relations studies, Africa and africans, Indigenous and black people in Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico representativo das Bases Educativas do Ilê Aiyê 19

Figura 2 - Mãe Hilda Jitolú em cadeira de Vime 23

Figura 3 - Mãe Hilda dando banca no terreiro Ilê Axé Jitolú, arquivo pessoal 36

Figura 4 - Segunda Marcha da Consciência Negra com a presença da Professora Ana Célia 53

Figura 5 - Makota Valdina Pinto 57

Figura 6 - Passeata contra a farsa do centenário da Abolição da Escravatura no Brasil . 60

Figura 7 - Jônatas Conceição na saída do Bloco Afro Ilê Aiyê 62

Figura 8 - Jônatas Conceição presente na comemoração dos 13 anos do M.N.U. 63

Figura 9 - Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, a presentando a peça teatral. Iyá ou Anônimas Gerreiras Brasileiras 65

Figura 10 - Diretoria do Ilê Aiyê 66

Figura 11 - Maria Luísa Passos 69

Figura 12 - Jaime Sodré no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente 77

Figura 13 - Valdélio Silva, Jônatas Conceição, Lindinalva Barbosa e outros, presente numa grande caravana dos Movimentos Sociais ao Quilombo Rio das Rãs 78

Figura 14 - Vol. I Caderno de Educação – Organização e resistência Negra, 1995 84

Figura15 - Representação da resistência Quilombola 86

Figura 16 - Volume XVI: Candaces: Rainhas Do Império Méroe, 2008 93

Figura 17 - Representação de Gaiaku Luiza 96

Figura 18 - Representação de Ruth de Souza 98

Figura 19 - Bolo em comemoração ao Projeto realizado pelo PEP em homenagem ao centenário de Nelson Mandela 112

Figura 20 - Visita a Biblioteca Comunitária Monteiro Lobato para leitura do livro "Contos de fada na realidade afro-baiana" de Maria Izabel Nascimento Muller 113

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

FIEMMA - Fundo de Inclusão Educacional das Mulheres Afrodescendentes

FNB – Frente Negra Brasileira

ICEIA - Instituto Educacional Isaías Alves

IDERB - Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MNU – Movimento Negro Unificado

PCN– Parâmetros Curriculares Nacionais

PEP – Projeto de Extensão Pedagógica

PPP – Projeto Político Pedagógico

PT – Partido dos Trabalhadores

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia

TEN - Teatro Experimental do Negro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNEGRO - União de Negros Pela Igualdade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 CONSTITUI UM UNIVERSO DE BELEZA... 17

2.1 *Yá* Hilda Jitolú: a matriarca do Curuzu 18

2.2 Ilê Aiyê e o processo de africanização do Carnaval de Salvador 24

2.2.1 Como surgiu mesmo o Ilê? 31

2.3 A Escola Mãe Hilda 34

2.4 Bases Afrocentradas e o Projeto de Extensão Pedagógica 39

3 OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO E A INTELECTUALIDADE NEGRA INSURGENTE 47

3.1 Tem Cor Age: A Intelectualidade Negra Baiana 51

3.2 Síntese descritiva dos Cadernos de Educação 82

3.3 Caderno de Educação – Volume I – Organizações de Resistência Negra (1995).....83

3.3.1 Organizações religiosas: Núcleos tradicionais de resistência religiosa no Brasil.....83

3.3.2 Organizações Quilombola: A resistência quilombola 84

3.3.3 Organizações Político-Associativa e Recreativa 89

3.4 Caderno de Educação- Volume XVI: Candaces: Rainhas Do Império Méroe (2008) 91

3.4.1 Homenagem do Ilê as Candaces Brasileiras 94

4 APRENDER FAZENDO: IMERSÃO NO CAMPO E A EXPERIENCIA PEDÁGOGICA DE PROFESSORAS NA ESCOLA MÃE HILDA 100

4.1 Nosso sonho almejado já deu certo: Característica da Escola Mãe Hilda 100

4.2 Práticas Pedagógicas na Escola Mãe Hilda 104

4.3 Os Cadernos de Educação em sala de aula 107

4.4 Experiência Prática com os Alunos 108

4.5 Escola Mãe Hilda em tempos de Pandemia 112

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 115

REFERÊNCIAS 127

1 INTRODUÇÃO

> Ás vezes eu temo escrever. A escrita se transforma em medo, para que eu não possa escapar de tantas construções coloniais. Nesse mundo, eu sou vista como um corpo que não pode produzir conhecimento, como um corpo fora do lugar. Eu sei que, enquanto escrevo, cada palavra escolhida por mim será examinada, e, provavelmente, deslegitimada. Então, por que eu escrevo? Eu tenho que fazê-lo, eu estou incrustada numa história de silêncios impostos, de vozes torturadas, de línguas interrompidas por idiomas forçados e interrompidas falas. Estou rodeada por espaços brancos onde, dificilmente, eu posso adentrar e permanecer. Então, por que eu escrevo? Escrevo quase como na obrigação, para encontrar a mim mesma. Enquanto eu escrevo, eu não sou o Outro, mas a própria voz, não o objeto, mas o sujeito. Torno-me aquela que descreve e não a que é descrita, eu me torno autora e a autoridade em minha própria história. Eu me torno a oposição absoluta ao que o projeto colonial predeterminou. Eu retorno a mim mesma, eu me torno: existo. (KILOMBA, 2015)

Certamente essa pesquisa não será capaz de abordar por completo as dimensões grandiosas que constitui o Bloco Ilê Aiyê, por isso, nos limitamos a uma pequena fração daquilo que constitui a parte editorial do projeto socioeducativo da associação. Mas, antes de adentrarmos propriamente no universo da pesquisa, gostaria de situá-los sobre a posição da onde escrevo quem sabe isso auxilie na compreensão de minhas linhas.

Minha experiência de vida diverge da trajetória de muitos soteropolitanos que puderam ser atravessados de alguma forma ao longo de suas vidas com a magia que são os desfiles dos Blocos Afros, e o Ilê Aiyê com toda a influência que é corpórea, religiosa, estética, discursiva e sonora. Não tenho dúvida que talvez tenha sido exatamente esse encanto que também é inquietação e é carência que me trouxe até ele, o mais Belo dos belos. Uma realidade um tanto distante uma vez que eu vive toda a minha vida em uma realidade outra, interior de São Paulo, numa cidadezinha de 45 mil habitantes, chamada Mairinque, onde o acesso ao lazer e a atividades culturais se dão de modo muito restrito. Na verdade, é o encontro com Ilê, mas não só o encontro, me afeta de tal forma que impulsiona repensar sobre mim...

Por isso explícito que ao realizar esta pesquisa me coloco também como parte do objeto investigado, no sentido de reconhecer, que quando escrevo sobre a história de resistências dos blocos carnavalescos, sobre as manifestações culturais e religiosas negro-africanas e todas essas narrativas insurgentes, eu não falo de um fenômeno distanciado, mas de uma coletividade, de um povo do qual eu, enquanto mulher negra diaspórica também faço parte. Neste sentido, não compactuo com a ideia de neutralidade axiológica nos termos que outrora fora defendido pela ciência positivista. E é o que me faz refletir sobre as

possibilidades de outros caminhos metodológicos que deem conta das particularidades dessa investigação (FAVRET-SAADA, 2005). Entendendo que estando diante e acessando toda essa historiografia me reconstituo também enquanto corpo e humanidade outrora negados.

Partindo do entendimento de que todo conhecimento produzido traz em seu bojo marcas da singularidade e subjetividade de quem o produziu. Todo conhecimento, inclusive aqueles que aspiram uma neutralidade, estão limitados por suas condições de produção por sua localização histórica, geográfica, política, social, econômico e cultural. Dentro deste contexto, me permito trazer nesta introdução um pouco dos caminhos que percorri para chegar até aqui.

Meu interesse em compreender o universo das relações etnicorraciais se dá de forma concreta no ano de 2013, quando iniciei minha graduação no curso de Ciências Sociais, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, na cidade de Araraquara, São Paulo. Devidamente inserida no contexto universitário, percebi a escassez de professores, alunos e autores negros que há nas listas de referências bibliográficas e nos quadros da instituição.

Esse desconforto me levou a realizar no ano de 2016, minha pesquisa de Iniciação Científica que buscou analisar as Imagens e Representações de Negros e Indígenas nos Livros Didáticos de História e o processo de produção e recepção por parte dos professores e alunos, sob orientação da Prof. Dr. Claudete de Sousa Nogueira, uma das poucas mulheres negras que compõem o quadro docente da instituição, que me acolheu e orientou, tornando-me bolsista no mesmo ano. Esta pesquisa se transformou no meu Trabalho de Conclusão de Curso, sendo finalizada em 2018.

Foram as inquietações provocadas ao longo do desenvolvimento do TCC que me trouxeram até Salvador/BA. Aqui tive a oportunidade de vivenciar encontros preciosos que ultrapassaram o universo da pesquisa. Costumo dizer que meu deslocamento até Salvador não se deu de forma aleatória, foi um investimento coletivo de amigos e familiares que acreditando no meu potencial e devir, se mobilizaram financeiramente e energeticamente para que chegasse até aqui e pudesse através dás águas atlânticas, me encontrar comigo mesma, com a minha ancestralidade. Viver minhas experiências com a capoeira e a fotografia, com pessoas que tenho uma profunda admiração e que marcaram um momento muito particular de minha vida.

Entre esses encontros destaco o que se deu com a Prof. Dr. Ana Célia da Silva, por quem nutro um carinho e respeito desde a graduação, quando conheci suas obras. Poder

compartilhar da sua presença e escutar suas histórias, não apenas na realização de atividades acadêmicas, mas em encontros, manifestações e caminhadas, é um privilégio inenarrável do qual jamais poderei esquecer. Prof.ª Ana Célia é uma verdadeira anciã, intelectual orgânica, minha referência para entender o universo no qual estava adentrando.

Outro encontro ao qual sou profundamente grata à ancestralidade por ter acontecido, é com meu irmão Ismael Silva, fotografo, antropólogo, militante do movimento negro e ambientalista, foi ele quem me inseriu de fato na cidade, quem me apresentou parte considerável da rede de intelectuais que conheço hoje, quem me deu uma família nessa terra ensolarada. Sem seu apoio e questionamentos, talvez esta pesquisa não teria sido desenvolvida.

Meu encontro com o Ilê Aiyê se deu de forma inusitada, através de conversas que tive com um amigo, Geander Barbosa das Mercês (2017), que tinha acabado de terminar a pesquisa de mestrado intitulada De *Ilê Ifé* ao *Ilê Aiyê*: uma releitura do carnaval soteropolitano, quando comentei sobre minha vontade de dar continuidade a pesquisa sobre o campo das relações étnicorraciais e educação, foi quando ele me apresentou a Escola Mãe Hilda e os Cadernos de Educação do Bloco. Isso despertou em mim curiosidade em conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade.

O que me motivou a trabalhar com os Cadernos de Educação do Ilê Aiyê foi o interesse e necessidade de aprofundar os estudos sobre como os movimentos negros pensam a Educação e o que apontam como propostas pedagógicas e educativas. A partir daí, optei por analisar dois volumes dos Cadernos, como veremos no desenvolvimento dessa dissertação.

O campo empírico proposto para a realização dessa pesquisa se insere nos chamados estudos de movimentos sociais, especificamente no âmbito do movimento negro, que há tempos vêm se posicionando e travando a luta pela "[...] reavaliação da imagem do negro na sociedade brasileira" (GONÇALVES; SILVA, 2000). Trata-se de uma área complexa que tem levado para os centros das discussões temas como o combate ao racismo e a luta antirracista na educação, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, História da África e, em geral, a necessidade das políticas de ações afirmativas e de descolonização dos saberes como demanda de primeira ordem para o campo da educação.

Diversos pesquisadores (PINTO, 1987; SILVA, 1988; ROSEMBERG, 2003) tem denunciado a presença de lacunas e representações estereotipadas sobre os negros nos materiais didáticos e os reflexos negativos na construção da memória e identidade. Demonstram que as representações da população negra em textos e imagens recaem sobre

um quadro de depreciação sistemática do personagem negro, em relação à valorização e naturalização do personagem branco, despertando sentimento de superioridade e inferioridade nos alunos. (FANON, 2008)

Dentro desta perspectiva essa dissertação vem ressaltar tais denúncias, mas também examinar as propostas educacionais elaboradas pelo movimento negro que visam suprir o contexto problematizado. Desse modo, essa pesquisa reflete sobre como algumas estratégias adotadas pelos movimentos, mesmo que não oficiais, podem contribuir para (re) pensar políticas educacionais no Brasil.

Dialogamos com a reflexão proposta por Nilma Lino Gomes (2017), quando concebe tanto a trajetória de luta do movimento negro brasileiro, quanto à produção engajada da intelectualidade negra "[...] como integrantes do pensamento que se coloca contra os processos de colonização incrustrado na América Latina e no mundo". Uma intelectualidade que indaga a "[...] primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico. Questionam os processos de colonização do poder, do ser e do saber presentes na estrutura, no imaginário social e pedagógico latino-americano e de outras regiões do mundo." (GOMES, 2017, p. 15-16).

Gomes (2017) defende a ideia de que o movimento negro é por si um educador, que educa tanto os sujeitos que dele participam, quanto o Estado e a sociedade como um todo, pela sua potencialidade, "[...] seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais" (GOMES, 2017, p. 23).

> Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construído pelos grupos não hegemônico e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do Conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. (GOMES, 2017, p. 15-16)

Tem-se destacado também, o dito "[...] processo de ressignificação e a politização emancipatória da raça" (GOMES, 2012a, p. 728), que tem proporcionado mudanças significativas na forma de percepção do corpo negro, que passa por um processo de positivação, humanização e reafirmação estética cultural e intelectual. Esse processo se inicia na década de 1970, quando eclodiu mundialmente um movimento de lutas negras em torno dos direitos civis dos afro-americanos, movimento de emancipação dos países

africanos, movimento negro unificado entre outros, que possibilitaram diferentes formas de atuação política dos negros.

No Brasil todas essas movimentações implicaram em mudanças na estrutura interna do Estado e da sociedade civil, através de iniciativas como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), entre outros órgãos de atuação e enfrentamento ao racismo, criados a partir do ano de 2003, sob o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). (GOMES, 2012a, p. 739)

É também nesse contexto que são aprovadas as leis 10.639/03, posteriormente substituída pela 11.645/08 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no currículo nacional em todas as instituições de ensino básico e superior. Também é elaborado o Parecer Normativo CNE 03/2004 (BRASIL, 2004), que contêm diretrizes e orientações que auxiliam o processo de implementação das leis. Considerando esses fatores é que resolvemos realizar esta pesquisa. Considerando que muito antes das leis os movimentos negros já desenvolviam estratégias educacionais que contemplavam o ensino da história e cultura africana e as relações étnicas raciais.

Por isso, propomos nessa dissertação, analisar 2 volumes dos Cadernos de Educação respectivamente os volumes I e XVI, que abordam temas ainda pouco contemplados pelo currículo escolar, como veremos mais detalhadamente nas laudas que seguem. Investigamos o modo como estes materiais foram produzidos, por quem e como são percebidos e utilizados pelos professores da Escola Mãe Hilda, instituição situada na Senzala do Barro Preto, sede do *Ilê Aiyê* no bairro do Curuzu, Liberdade, Salvador, onde realizamos o trabalho de campo, acompanhando as aulas do grupo de alunos na faixa dos 5 anos.

O trajeto percorrido para o desenvolvimento dessa pesquisa teve como referência uma metodologia qualitativa para análise dos dados e o diálogo com o arcabouço teórico dos estudos culturais, em especial as produções de historiadores como Roger Chartier (1990, 1991, 2002), Michel de Certeau (1982), antropólogos como Stuart Hall (1999, 2003), entre outros autores tratando do foco principal da investigação as relações entre os objetos culturais, a memória e identidade.

No primeiro momento, realizamos a pesquisa bibliográfica da literatura específica sobre o Bloco Ilê Aiyê, onde consultamos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de

mestrado, teses e livros, entre eles estão os trabalhos de Elias Guimarães (2001), Rosemary Perin (2007), Carlos Silva (2008), Ana Moreira (2012), Anália Moreira (2013), Geander Mercês (2017), Daniela Santana (2018) e outros documentos que foram utilizados ao longo desta pesquisa.

Depois consultamos os volumes dos materiais pedagógicos produzido pela agremiação. De 1995 a 2018 foram produzidas o total de 24 edições dos Cadernos de Educação, no entanto, não tivemos acesso a todos. Dentre os volumes que nos foram cedidos pela instituição escolhemos analisar dois (2), produzidos nos anos de 1995 e 2008, que correspondem, respectivamente ao:

- Vol. I - Organizações de resistência negra (1995);
- Vol. XVI - Candaces: rainhas do império Méroe (2008).

Os volumes selecionados para análise fizeram parte do material utilizado pelas professoras da Escola Mãe Hilda para a realização de projetos construídos com os alunos ao longo do ano letivo de 2019, período em que realizamos o trabalho de campo na unidade escolar. Tanto os Cadernos de Educação, quanto os projetos ao quais me refiro, são desenvolvidos e orientados conforme a escolha do tema do carnaval do bloco no ano, e fazem parte de uma construção coletiva do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê.

Comecei a me aproximar da Escola Mãe Hilda em 2018, quando apresentei minha trajetória e proposta de pesquisa para a Diretora Hildelice Benta que gentilmente me acolheu e apresentou às professoras do ensino básico. Porém, apenas no ano seguinte, após ter criado maior vínculo com a cidade e o Ilê, que comecei a acompanhar e participar efetivamente do cotidiano das salas de aulas. Lembro-me que em comemoração aos 45 anos de existência do Mais Belo dos Belos, o tema escolhido para o Carnaval de 2019 foi “Que bloco é esse?”, título fazendo referência à primeira música e desfile realizado pelo bloco no ano de 1975.

Como nos referenciamos acima, a escolha deste tema influenciou diretamente o cronograma de atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão Pedagógica, que teve como objetivo contar a trajetória do Ilê Aiyê, seus feitos e conquistas nestes 45 anos. Por isso, o Vol. I - Organizações e Resistência Negra (1995) dos Cadernos de Educação foi escolhido pelas professoras e também para ser analisado nesta pesquisa, por documentar parte desse processo.

O segundo volume escolhido foi o Vol. XVI - Candaces: rainhas do império Méroe (2008), conta a trajetória de lideranças mulheres que tiveram grande importância na

História da África e do Brasil. Ele foi eleito a partir de minhas observações e indagações em campo, ao perceber que a maioria das funcionárias da Escola Mãe Hilda são mulheres, me indaguei sobre a forma como essa presença feminina se reverbera nas salas de aula, e por perceber que o movimento de mulheres negras é muito presente na trajetória de educadoras que compõem o PEP.

Além dos dois volumes selecionados, O Vol. XII - Mãe Hilda *Jitolú:* guardiã da fé e da tradição africana (2004), também foi muito utilizado na escrita desta dissertação por sistematizar a trajetória de vida de Mãe Hilda e do terreiro de candomblé *Ilê Axé Jitolú*, que em nossa análise é considerado um dos pilares que sustentam tanto a existência do bloco como da escola Mãe Hilda e seus projetos educativos. Porém, não chegamos a submetê-lo a uma análise minuciosa, o utilizamos como fonte de informações ao longo da pesquisa.

A partir da leitura dos Cadernos foram levantadas categorias, como: Organizações negras; Religiosidade; Poder; Mulheres; Política, que nos serviram como um guia para posterior análise e observação em sala.

No que se refere à produção dos Cadernos, através de informações contidas em cada volume, identificamos um coletivo de pessoas, uma rede de intelectuais negros insurgentes que contribuíram para a elaboração dos materiais. Selecionamos seis pessoas: Ana Célia da Silva, Jônatas Conceição da Silva, Maria de Lourdes Siqueira, Lindinalva Barbosa, Jaime Sodré e Makota Valdina Pinto, para nos ajudar a compreender o contexto de criação dos cadernos e a diversidade de pessoas que fizeram parte dele. Debruçamo-nos sobre parte de suas trajetórias da vida, identificando os movimentos políticos em que participavam as bandeiras de lutas e a ligação com os Cadernos. Com base nesses dados, reunimos informações pertinentes que nos possibilitaram formar a rede de interlocutores participantes das entrevistas.

Utilizamos a História Oral enquanto metodologia para coletar os depoimentos de 4 interlocutoras, educadoras que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa e que concordaram em fornecer informações sobre os assuntos tratados neste projeto. Trata-se de agentes, que estiveram profundamente envolvidas com a produção e elaboração dos Cadernos de Educação e projetos educacionais do Bloco. O critério de escolha das participantes levou em consideração o envolvimento e a atuação presente das educadoras com o Ilê Aiyê. Para tanto elaboramos um roteiro que nos orientou na execução das

entrevistas semiestruturadas. Após estas etapas, desenvolvemos a transcrição e análise do material coletado, onde foram organizados e analisados os dados pertinentes à pesquisa[1].

Ao longo do processo realizamos entrevistas com a Prof.ª Dr.ª Ana Célia Silva e Prof.ª Maria Luísa Passos, que ocorreram respectivamente nos dias 04 e 10 de julho de 2019 na residência de ambas as participantes, que atuaram no desenvolvimento da parte pedagógica dos Cadernos e dos cursos de formação oferecidos pelo PEP. Depois coletamos o depoimento oral da Professora Iana Marucha e Lindinalva Barbosa, que ocorreram nos dias 25 de julho e 05 de outubro de 2020, respectivamente, em contexto atípico como veremos adiante. Essas entrevistas foram utilizadas ao longo da segunda parte desta dissertação que trata da produção dos Cadernos de Educação.

Realizamos também o trabalho de campo na Escola Mãe Hilda, no período de Março a Julho de 2019 onde acompanhamos as aulas da professora Iana Marucha que leciona para o público mais jovem da instituição, onde observamos práticas pedagógicas e rotina do ambiente escolar. Atualmente a escola abriga cerca de 120 alunos, distribuídos em 4 salas de aula no período matutino, que contempla do grupo 4 e 5 a o ensino fundamental I, isto é, crianças na faixa etária dos 4 anos de idade a alunos com até 13 anos de idade. Há também 3 salas de aulas em funcionamento no período vespertino, destinada ao ensino fundamental.

O uso do caderno de campo foi fundamental para descrever e anotar as atividades, assim como as percepções da pesquisadora em campo. Conforme destaca Cardoso e Penin (2009):

> Descrever as representações de atores de campo é mais do que registrar o que eles dizem ou fazem: é buscar compreender suas palavras e suas outras práticas sociais também por meio de suas ausências – por meio da compreensão de por que eles não fazem uma parte do que dizem, por que eles jamais falam sobre uma parte do que fazem e por que eles não falam ou não agem sobre alguns dos aspectos do trabalho de sua área de atuação. (CARDOSO; PENIN, 2009, p. 06).

O Cotidiano escolar foi observado levando-se em conta as categorias levantadas nas primeiras leituras dos Cadernos e como elas aparecem no dia a dia. As informações foram anotadas em cadernos de campo e posteriormente analisadas em triangulação com as outras fontes e bibliografia.

Para análise dos Cadernos de Educação, utilizamos a metodologia da análise documental interna e externa, permitindo o uso de diferentes e mais de uma abordagem

[1] O roteiro pode ser conferido no anexo desta pesquisa.

analítica. Baseamo-nos no tipo de análise sócio histórica, que visa compreender o contexto social e histórico sob o qual o documento foi produzido, para analisar seus sentidos, importâncias e intencionalidades.

Realizamos as seguintes etapas, que consistiram em: seleção dos documentos e acesso a eles, onde foi possível delimitar o universo que seria investigado; a recolha dos documentos; leitura, categorização e análise inicial. Para análise propriamente seguimos os seguintes passos:

a) Pré-análise;
b) Leitura da literatura especializada;
c) Tratamento dos dados;
d) Escrita da dissertação.

A saber, tais etapas foram desenvolvidas da seguinte forma:

A pré-análise, que consiste na organização dos materiais selecionados, a fim de construir um corpus e elencar categorias de análises para a pesquisa e a exploração dos materiais, para conhecer e contextualizar os conteúdos.

Realizamos uma leitura flutuante no primeiro contato que tivemos com os Cadernos de Educação, documentos que estavam fragmentados, parte dos volumes localizados na biblioteca do Ilê Aiyê, na Senzala do Barro Preto, Curuzu/BA; outros na Biblioteca Central do Estado da Bahia, no bairro dos Barris e no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA), no bairro Dois de Julho, Salvador, BA.

Também lidamos com o tratamento dos dados e informações obtidas realizando as análises documentais e sócio histórica dos Cadernos de Educação em si, onde as fontes foram questionadas, problematizadas, analisadas e, por fim, teorizadas.

Efetuamos a análise sobre aos modos de recepção e utilização dos Cadernos de Educação na Escola Mãe Hilda, a partir da entrevista realizada com uma das educadoras da escola, e dos dados oriundos das observações realizadas em sala de aula e registros no diário de campo. Enfrentamos o grande desafio de repensar os caminhos do fazer científico e consequentemente, as estratégicas metodológicas para a finalização da pesquisa, dado a incidência da pandemia do Novo Cornonavírus, que assolou a sociedade no ano de 2020.

Muitos pesquisadores do campo das ciências humanas tem se mobilizado buscando oferecer respostas rápidas para o enfrentamento da situação considerando o grau das crises encampadas pelo alastramento do vírus SARS-CoV-2, causador do COVID-19, por todo o país, as altas taxas de contágio e mortalidade aliada aos anos de sucateamento do Sistema Universal de Saúde (SUS) e demais áreas como a Ciência e a Cultura, tem acentuado os

níveis de desigualdade sociais, que se vê ainda mais desamparado visto que o atual governo protofascista, de Jair Bolsonaro, tem privilegiado a economia em detrimento do bem estar e vida da população brasileira.

Todos estes fatores aliados às medidas de isolamento social, a interrupção do comércio e atividades escolares, a instabilidade econômica e emocional, atravessam cada grupo social de diferentes formas, aumentando o grau de vulnerabilidade de negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população em situação de rua, idosos e demais grupos de risco, que por sinal, abrange parcela significativa dos nossos interlocutores. Todos em alguma medida tiveram suas vidas modificadas e nós pesquisadores também não estivemos isentos, especialmente os oriundos das políticas de ações afirmativas que neste momento passam por dificuldades outras.

Refletindo sobre este contexto, a professora e antropóloga Sônia Maluf, chama atenção para a necessidade de situar na pesquisa esses afetos, expondo como eles incidem em nossa trajetória e no fazer científico. Para Maluf (2020, p. 02), "É preciso mais que nunca reconhecer a potência do afeto e o quanto ele pode nos ajudar a entender a experiência no tempo de seu acontecimento. No tempo real.".

> O tempo das respostas (da análise, da compreensão e da ação) se confunde com o tempo da experiência. E o tempo da experiência é também o tempo dos afetos. Tristeza e medo fazem parte da experiência da doença provocada por um agente com o qual ainda não sabemos muito bem como lidar. Mas no caso da experiência brasileira da pandemia, existe um fator a mais, que é a outra crise: ter que lidar com um governo que não governa, que não só desdenha da epidemia e das mortes que crescem a cada dia, mas, pior, boicota as medidas de prevenção, de isolamento e tratamento tomado pelos governos estaduais e municipais. (MALUF, 2020, p.01)

Outro fator desencadeado pela impossibilidade do contato direto foi a virtualização das atividades cotidiana, alguns setores e serviços puderam adotar o *homework*, impondo que seus funcionários trabalhassem de casa, as aulas se deram também de forma remota, através de vídeos conferências, assim como qualquer outra atividade acadêmica. Na mentalidade dos privilegiados, o momento possibilitou uma espécie de democratização do acesso, no entanto o que vemos é uma acentuada exclusão automática de todas aquelas pessoas que não têm uma estrutura básica, como uma casa com instrumentos tecnológicos e acesso à internet, para acessar esse novo modelo implementado.

Trago essa situação, para falar da minha dificuldade em manter contato com minhas interlocutoras no final da pesquisa, devido à falta de recursos tecnológicos, situação foi solucionada apenas 5 meses depois da eclosão da pandemia, pela falta de recursos financeiros.

O uso de redes sociais como o *Instagram, Facebook, Whatsapp* e plataformas como o Programa *Zoom, Meet e Microsoft Teams* que permitem a gravação de chamadas de vídeos em tempo real, se tornaram uma alternativa ao encontro presencial para realização das entrevistas. Foi por meio delas que entramos em contato com as professoras Iana Marucha e Lindinalva Barbosa, agendando um melhor momento para nosso encontro. Problemas relacionados a conexão e a falta de recursos técnicos também se fizeram presentes na vida das professoras, e afetaram parte de nossa comunicação e a participação de outras pessoas contatadas na fase de observação na escola.

No entanto, conseguimos realizar as entrevistas que ocorreram por meio da plataforma *Zoom*, por permite realizar e gravar vídeo chamadas gratuitamente optamos por esta interface pela praticidade do acesso de minhas interlocutoras a chamada, uma vez que não é exigido o *download* do aplicativo para isso, podendo se dar por meio de um *link* gerado na hora do encontro.

No que se refere ao desenvolvimento das entrevistas seguimos os seguintes passos:

I. Sondagem e mapeamento dos participantes selecionados
II. Elaboração de roteiro e questionário
III. Seleção dos instrumentos e equipamentos necessários para realização das entrevistas;
IV. Acordar com os participantes o melhor dia, horário e lugar que estariam disponíveis.

Buscamos compreender a relação existente entre identidade, representação e cultura no contexto da sala de aula, e em especial na Escola Mãe Hilda Jitolú, situada no bairro da Liberdade, Curuzu, onde a dinâmica cultural que permeia o lugar é fortemente influenciada pelas culturas mundiais e também de matrizes africanas.

Sobre a análise dos materiais pedagógicos e suas representações, temos como referência o auxílio dos Estudos Culturais, mais especificamente a contribuição de Roger Chartier (1990), Stuart Hall (1999) e Circe Bittencourt (2008) que buscam compreender a complexa teia de relações que envolvem conjuntos de práticas e objetos culturais, tendo como foco os processos de produção dos livros, especialmente os didáticos e paradidáticos para essa pesquisa, e suas diversas formas de apreensão e circulação, a reflexão sobre as lutas pelas representações e influência deste objeto na construção da identidade pessoal e cultural.

Para o historiador Roger Chartier (1990), considerar a relação entre mundo textual e o mundo do sujeito implica em realizar uma teoria da leitura que seja capaz de compreender como se dá a apropriação dos discursos, das leituras, assim como analisar de que maneira os textos escritos ou ilustrados tocam o leitor, que não se resume numa tábula rasa, nessa concepção, as práticas de leitura e escrita são consideradas como criadoras e inventivas.

> Por um lado, a leitura é prática criadora, atividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma "caça furtiva" [...]. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. (CHARTIER, 1990, p. 123)

Por mais que os livros sejam escritos com determinada intencionalidade, acreditamos nas diversas possibilidades de leituras que podem ser feitas deles. No entanto não podemos deixar de refletir sobre o papel que exercem em relação à construção e perpetuação da memória oficial do país. Neste sentido, a historiadora Circe Bitencourt (2008) reflete sobre a ausência de vozes na seleção dos conteúdos que são privilegiados pelo Estado, que constrói a memória a ser transmitidos paras as gerações futuras. Uma narrativa oficial da nação que exclui a agência de mulheres, negros, indígenas, ciganos e uma diversidade de grupos, que hoje tencionam seu lugar na história. (SANTOMÉ, 1995)

Ao analisar os Cadernos de Educação, buscamos compreender o contexto sob o qual foram produzidas, as intencionalidades dos autores e as disputas políticas e ideológicas em jogo, como também analisamos a forma como os professores apreendem e fazem uso dos conteúdos, levando em consideração a autonomia de interpretação e o aspecto subjetivo de cada agente, tal qual preconiza Circe Bittencourt (2008) ao analisar os livros didáticos.

O contexto social influencia diretamente no modo como cada indivíduo vai receber e representar dada realidade, por isso optamos por examinar a trajetória de alguns dos produtores dos Cadernos de Educação. Para Chartier (1990), as representações são historicamente construídas e determinadas pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais, que criam classificações, divisões e delimitações. São expressas por meio de discursos, por isso, é importante compreender as diferentes formas com que os indivíduos apreendem os discursos que dão a ver e a pensar o real.

Nesta mesma perspectiva Hall (1999) acrescenta, que o ato de representar, isto é, de produzir sentidos sobre o mundo está infimamente determinado pelas trocas que ocorrem

dentro das culturas. “[...] toda a nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais” (HALL, 1999, p. 40-41).

É a cultura que cria as identidades e as diferenças. Assim, torna-se possível afirmar que não existe sentido fora da cultura, ela é como um campo de negociação, de luta e contestação, que está sempre em constante transformação, como complementa Conceição (2016):

> [...] pode-se dizer que a representação é o processo pelo qual os membros de uma cultura usam as linguagens para produzir sentidos, é fonte de produção de conhecimento social, um sistema aberto ligado às práticas sociais, a disputa de hegemonia e as relações de poder. (CONCEIÇÃO, 2016, p.354)

A história dos povos africanos, afro-diaspóricos, indígenas, foram contadas a partir de um olhar exógeno que nos violenta, que enxerga o corpo negro ou não-branco como inumano incapaz de produzir conhecimento, aquilo que Santos (1995), Carneiro (2005), Gomes (2017) definiriam como epistemicídio.

Os Cadernos de Educação, por sua vez, apresentam uma narrativa insurgente que rompe com esse paradigma. Neste sentido ao analisar as produções dos conteúdos e representações contidos nos Cadernos de Educação, como também as práticas pedagógicas e propostas fomentadas pela Escola Mãe Hilda, examinamos os motivos dos atores adotarem determinados posicionamentos e o processo de disputa no campo das representações geradas por essa escolha.

Ao adotarem a identidade negra como característica central em seus discursos, essas pessoas e consequentemente o Ilê, representam a África e seus povos na diáspora sob uma perspectiva positivada, diferindo-se daquelas representações produzidas pelas elites políticas e econômicas, criando rupturas no campo epistemológico e cultural, portanto disputando o campo das narrativas.

> Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto às lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

Hall (1999) acrescenta que as identidades culturais no contexto da pós-modernidade, são relacionais, fluidas, instáveis e descentralizadas, pois não há mais uma ordem fixa capaz de definir uma sólida localização para os sujeitos sociais, como havia antigamente com as estruturas de classe, nacionalidade, etc. Hoje com a fragmentação dos

modelos de identificação clássico e advento da globalização, os sujeitos podem se relacionar com uma variedade de identidades, sem necessariamente ter que se fixar. Fator que torna complexo e dinâmico os estudos sobre a temática.

Em seus quase 30 anos de atuação, a escola Mãe Hilda tem se tornado objeto de interesse de diferentes áreas de pesquisa selecionamos algumas que nos serviram como referência para elaboração deste trabalho. Começando com a dissertação de mestrado de Josêania Miranda Freitas (1996), intitulada Museu do *Ilê Aiyê*: um espaço de memória e etnicidade, uma das primeiras pesquisas realizadas sobre o Bloco, que busca compreender o museu do Ilê enquanto um espaço educativo, capaz de contribuir com o processo de afirmação ética;

A tese de doutorado de Elias Lins Guimarães (2001) intitulada A ação educativa do *Ilê Aiyê*: reafirmação de compromissos, restabelecimento de princípios e a dissertação de mestrado de Rosemary Rufina dos Santos Perin (2007), sob o título de Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica do *Ilê Aiyê*: um precursor das diretrizes curriculares da lei 10.639/03, que discutem o projeto pedagógico do Bloco.

Sobre a escola Mãe Hilda temos a dissertação de Ana Patrícia Moreira (2012), intitulada Escola Mãe Hilda: Um estudo sobre a pedagogia da (Re) construção da Identidade Negra. Abordando a temática do corpo temos a tese de Anália de Jesus Moreira (2013), Às concepções de corpo na Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê: um estudo a partir da história do bloco e das práticas pedagógicas das Escolas Banda Erê e Mãe Hilda, como também a dissertação de mestrado de Vania Silva Oliveira (2016), cujo título é, *Ara-Ítàn*: A Dança de uma Rainha, de um Carnaval e de uma Mulher....

Nesta pequena amostragem não podemos deixar de citar a pesquisa de Geander Barbosa das Mercês (2017), De *Ilê Ifé* ao *Ilê Aiyê*: uma releitura do Carnaval soteropolitano, abordando os aspectos da religiosidade no campo das ciências Sociais. Tem ainda a dissertação de Daniela Santos Santana (2018), intitulada *Ilê Aiyê*: interação entre arte, educação e cultura afro-brasileira, entre outras da quais mencionaremos no desenvolver da pesquisa.

Organizamos essa dissertação como segue:

Após essa introdução, temos uma parte onde apresentaremos o contexto de formação do Bloco *Ilê Aiyê*, através de uma narrativa que perpassa pela trajetória de vida de Mãe Hilda e do terreiro Ilê Axé Jitolú, um dos pilares que deram sustentação para a formação da associação carnavalesca e que também abrigou a construção da Escola mãe Hilda e o Projeto de Extensão Pedagógico (PEP) do Ilê.

Tecemos reflexões sobre o processo de reelaboração simbólica dos negros na diáspora, que têm a África e a ancestralidade africana como fonte para a produção de símbolos identitário. Esses símbolos se refletem em práticas, discursos e performances, no caso, enunciadas pelas agremiações carnavalescas, que são abordadas quando contextualizamos o processo de africanização do carnaval soteropolitano. Também relatamos como se deu a construção da Escola Mãe Hilda e dos projetos socioeducativos do bloco, rememorando a trajetória de luta do negro em prol de uma educação inclusiva e as principais atividades realizadas pelo bloco ao longo do ano, com isso apresentamos os Cadernos de Educação e as bases afrocentradas da instituição.

Os Cadernos de Educação e a intelectualidade negra insurgente tornam-se temas do da terceira parte, onde apresentamos o contexto em que os Cadernos foram produzidos, através da trajetória intelectual e ativista de seus produtores, e do depoimento oral de educadoras como Prof.º Dr. º Ana Célia da Silva, Maria Luísa Passos e Lindinalva Barbosa que narram suas experiências no Projeto de Extensão Pedagógica (PEP) do *Ilê Aiyê* e as diversas frentes de atuação política junto ao movimento negro. Este texto também contempla a análise do Volume I – Organizações de Resistência Negra (1995) e Volume XIV – Candaces: Rainhas do Império Meróe dos Cadernos de Educação, materiais que abordam temas que foram negligenciados pelos currículos escolares em relação ao protagonismo negro-africano na história. Os cadernos de educação apresentam propostas interessantes para o trato das relações etnicorracias nas escolas, trazendo conteúdos que auxiliam na reconstrução da memória e identidade coletiva.

Depois de discussões, trazemos uma parte composta pela minha experiência de campo na Escola Mãe Hilda, onde pude acompanhar as práticas pedagógicas e o uso dos Cadernos de Educação pelas professoras em sala de aula. Além de examinar o Projeto Político Pedagógico da instituição, apresentamos parte do depoimento oral da Professora Iana Marucha, que foi nossa interlocutora na realização dessa pesquisa. Através desses documentos, construímos reflexões sobre a possibilidade de uso de diferentes linguagens artísticas e novos dispositivos pedagógicos para o ensino das relações etnicorraciais e história e cultura africana.

2 CONSTITUI UM UNIVERSO DE BELEZA: A trajetória do Bloco Ilê Aiyê

A proposta dessa parte consiste em apresentar parte da investigação sobre a trajetória do Bloco Ilê Aiyê ao longo do tempo e sua dinâmica na atualidade, narrando à história do Bloco através de pilares que sustentam as aspirações políticas e culturais, mais precisamente, os projetos socioeducativos e a produção dos dispositivos didáticos, como os Cadernos de Educação, nosso principal alvo de investigação.

Conforme observamos na pesquisa de campo realizada na Escola Mãe Hilda e na bibliografia citada anteriormente (GUIMARÃES, 2004; PERIN, 2007; MOREIRA, 2012, MERCÊS, 2017), o projeto educativo do Ilê Aiyê se fundamenta a partir de três dimensões complementares: a religiosa, a festiva e a educativa, representadas respectivamente pela figura de Mãe Hilda e o Ilê Axé Jitolú, a Associação Carnavalesca Bloco Ilê Aiyê e a Escola Mãe Hilda com seu Projeto de Extensão Pedagógico, sendo assim, o terreiro, a quadra e a escola são as territorialidades sob as quais nos debruçamos no presente texto por fundamentarem as ações educativas da agremiação.

Nesta primeira parte, apresentaremos o contexto histórico que permeia o surgimento do Bloco Ilê Aiyê, perpassando pela formação desses pilares que alicerçam os projetos sócios educativos e a produção cultural dos Cadernos de Educação. O intuito é destacar a forma como essa entidade vem contribuindo com a luta antirracista na cidade de Salvador e no campo educacional, traçando novas representações e epistemologias que confrontam o projeto epistemicida, a monocultura de saber imposto pelas relações coloniais de exploração e dominação que permanece ainda hoje hierarquizando e dividindo o mundo entre, civilizados e incivilizados, metrópoles e colônias, relevantes e irrelevantes.

Boaventura Souza Santos (2016) denominou esse processo de colonialidade do poder, quando há a hierarquização dos saberes, sistemas econômicos e políticos e a predominância da cultura de matriz eurocêntrica sobre as demais. Perspectiva perversa, que atribui à ciência moderna o monopólio universal do conhecimento, invalidando, desumanizando, subalternizando e exterminando outros modos de ser, estar e interpretar o mundo.

Para superar esse paradigma hegemônico, esse pensamento abissal que diz da impossibilidade de coexistência da multiplicidade de conhecimentos, Santos, Araújo, e Baumgarten (2016) propõe o que denomina por sociologia das ausências e das emergências, uma proposta epistemológica e política que confrontam a dominação monocultural, através da ideia de ecologia de saberes que traz as experiências e práticas de

grupos invisibilizados para o centro da narrativa, nos convidando a olhar para outras dimensões, as Epistemologias do Sul.

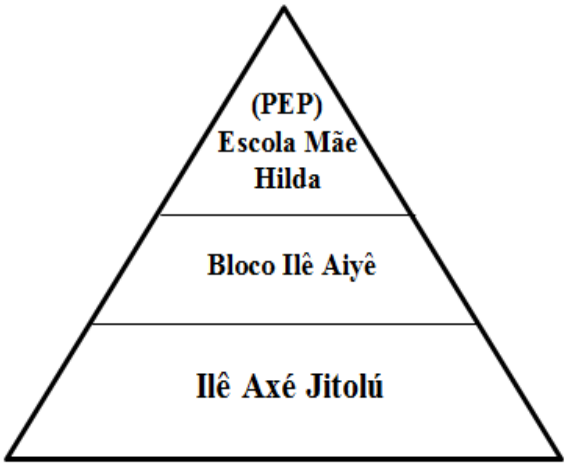
> As Epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemónico. Na sua fundação, encontra-se a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone). As Epistemologias do Sul existem porque existem Epistemologias do Norte que se arrogam universais. O objetivo futuro consiste no reconhecimento de uma variedade enorme de epistemologias, a Ocidente e a Oriente, a Norte e a Sul, a nível local, global, nacional, em que as diferenças sejam horizontais e não verticais (SANTOS; ARAUJO; BAUMGARTEN, 2016, p.18).

Dentro dessa lógica consideramos que a produção, seja textual, sonora, estética e imagética, construída pelo bloco Ilê Aiyê pode ser interpretada dentro dessa chave analítica, uma vez que faz emergir conhecimentos, sabedorias, práticas culturais, políticas, filosofias, que foram outrora renegadas, silenciadas, mas que resistem e coexistem junto uma diversidade de matrizes culturais.

Trataremos agora de introduzir cada espaço apresentado pela figura abaixo buscando reconstruir a narrativa nuclear da formação do bloco. Escolhemos seguir este caminho, por acreditar ser um jeito de se decifrar a singularidade trazida pela agremiação.

Representamos o *Ilê Axé Jitolú* como base constitutiva da pirâmide por compreender que foi esse espaço matriz e motriz do terreiro de candomblé que possibilitou a organização social e cultural da família que mais tarde criaria o Bloco *Ilê Aiyê* e seus projetos socioeducativos.

Figura 1 – Gráfico representativo das Bases Educativas do Ilê Aiyê



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O *Ilê Axé Jitolú* como um ventre acolhedor abrigou tanto o nascimento do Bloco *Ilê Aiyê*, quanto a Escola Mãe Hilda, que funcionou por cerca de 20 anos no mesmo espaço, sendo transferida para uma sede própria apenas em 2009, com a construção do novo prédio e a criação da Senzala do Barro Preto, por isso instituímos essa ordem de apresentação.

1.1 *Yá*[2] Hilda Jitolú: a matriarca do Ilê Aiyê

Em 1º de Novembro de 1974, surge o Bloco Afro *Ilê Aiyê*, situado no coração do Curuzu, no bairro da Liberdade em Salvador, Bahia. O bloco nasce com suas origens plantadas no terreiro de candomblé de nação Jejê-nagô, o *Ilê Axé Jitolú*, que foi até o ano de 2009 liderado pela *iyalorixá*, sacerdotisa, Hilda Dias dos Santos - Mãe Hilda *Jitolú*-, matriarca que é inspiração e figura central para a constituição do grupo.

Mãe Hilda nasceu em 6 de Janeiro de 1923, no bairro Quinta das Beatas, hoje conhecido como Cosme de Faria, em Salvador. Filha de Benta Maria dos Sacramentos e Aniceto Manoel Dias foi iniciada no candomblé aos 19 anos de idade, por motivos relacionados aos cuidados da saúde, necessidade recorrente entre aqueles que buscam acessar os terreiros, por interpretá-los também como espaços tradicionais de cura. (LIMA, 2014)

Seu primeiro ritual de iniciação foi efetuado pelo *babalorixá* Cassiano Manoel Lima, em um terreiro de nação *Jêje-Mahin*, localizado no bairro Caixa D'Água em Salvador. Em 1944, o *Babalorixá* encerra seu ciclo de vida na terra, realizando a passagem

[2] Termo em Yorubá que pode ser traduzido como mãe.

do *Aiyê* para o *Orun*[3]. A sacerdotisa, então procura integrar-se a uma nova casa para dar continuidade às suas obrigações religiosas. Quem assume os cuidados espirituais de Mãe Hilda é a *Iyalorixá* Constância da Rocha Pires, conhecida como Mãe Tança, "[...] cuja Digina era Ajauci, filha de Nanã, *iyalorixá* do terreiro Cacunda de *Yayá*, que vem de Santo Amaro da Purificação" (ILÊ AIYÊ, 2004, p.15).

Foi Mãe Tança, quem ajudou a desenvolver todas as obrigações de Mãe Hilda, dentro da nação *Jêje*, incluindo o *Deká*, que é o rito que concede poderes e o status de *iyalorixá*, mãe de santo. No que se refere à trajetória do terreiro orientado por Mãe Tança, a pesquisadora Valéria Lima (2014), em estudo realizado pelo Instituto Sócio Cultural e Carnavalesco IBÁSÒRÉ IYÁ, acresce:

> A cacunda de Iaiá foi fundada por Sinfrônio Éloi Pires, e localizava-se onde atualmente é o bairro de Nova Sussuarana. Quando Hilda procurou a ajuda de Mãe Tança, Sinfrônio já havia falecido, o que havia ocorrido em 1 de junho de 1938. Mãe Tança realizou todas as obrigações religiosas de Hilda, porém estas aconteceram na casa da própria Hilda, e não na Cacunda de Iaiá, como seria o normal. De acordo com Hilda, essa decisão foi tomada por Mãe Tança, que já havia revelado o seu cargo de Ialorixá, e sua missão no candomblé. Por isso o Santo de Hilda não deveria mais sair de sua casa, no Curuzu. (LIMA, 2014, p.16)

No dia 24 de dezembro de 1942, Mãe Hilda recebe a *Digina Jitolú*, nome que faz referência à forma como seu pai *Obaluaiyê*[4], orixá oriundo do reino de Abomey, rei do Dahomé, do povo Ewé, é reconhecido na terra dos Jejês. Nas religiões de matrizes africanas, *Obaluayê*, é um dos orixás mais temidos e respeitados do panteão, é também denominado de O Velho, aquele que rege as doenças e os *eguns*[5] na terra, quem tem a capacidade de aconselhar, criar, renovar e orientar os sentidos das diferentes dimensões da vida e da espiritualidade. É ele, juntamente com Oxum quem guia o *Ori*[6] de Mãe Hilda. Oxum é a, divindade das águas doces, detentora da fertilidade, que vem do reino Yorubá, no Golfo do Benin, atual República da Nigéria. Foi quem concedeu força, graça ternura, sabedoria e compromisso a i*yalorixá*. (ILÊ AIYÊ, 2004, p.13)

---

[3] Aiyê e Orun são termo em Yorubá que fazem referência respectivamente ao mundo terrestre e ao mundo espiritual.

[4] *Obaluaiyê* - é também o *Omolu* mais usado no *Ketu/Nagô.* É o *Orixá* responsável pela saúde, o médico do candomblé, filho de *Nanã,* irmão de *Oxumarê.* Veste-se todo de palha, com o que cobre as suas ulcerações. Sua saudação -*"Atotô!"*

[5] Termo em yorubá que se refere a alma ou ao espírito de qualquer pessoa falecida, que tenha passado pela iniciação religiosa ou não.

[6] Na filosofia da religião do candomblé há uma designação para a cabeça como parte do corpo que orienta seus seguidores.

> Com estes dons Mãe Hilda transforma tudo em Água Viva, em seiva que fecunda o bem, a prosperidade, a orientação, o conselho, a palavra amiga, a atenção especial que ela dedica a cada pessoa segundo suas necessidades. Mãe Hilda tem mãos abençoadas com as quais ela soma às suas palavras de voz macia, gestos nobres que constituem momentos de transformação do natural ao sagrado. Ela tem poderes de abençoar a natureza com a força dos Voduns (ILÊ AIYÊ, 2004, p.10).

No dia 06 de setembro de 1950, Hilda casa-se com o Sr. Waldemar Benvindo dos Santos, dois anos depois, tem seu primeiro filho, Antônio Carlos dos Santos, popularmente conhecido como Vovô do Ilê, que é o presidente do Bloco. Neste mesmo ano fundou o *Ilê Axé Jitolú*, no dia 6 de agosto de 195*2*. (MOREIRA, 2012)

Em 1974, ao perceber a falta de espaços voltados para a sociabilidade dos jovens negros e as tensões raciais existentes na cidade de Salvador, que na época vivia o contexto da ditadura civil militar (1964-1985), Mãe Hilda abre as portas do barracão do terreiro, para que seus filhos Antônio Carlos conhecido como Vovô, Dete Lima, Vivaldo e os amigos Apolônio, Ana Meire, Sérgio Roberto, Jailson, Lili, Macalé, Eliete Celestino, entre outros membros da comunidade do Curuzu e adjacências, pudessem se reunir e realizar suas atividades recreativas com segurança (ITAÚ CULTURAL, 2018), sem serem expostos às diferentes formas de violência policial, que ainda hoje enxerga o corpo negro como um alvo privilegiado para a suas ações truculentas e de extermínio.

Ao proporcionar tal ação, Mãe Hilda estava incentivando a criação de um dos maiores blocos de carnaval do país, aquele que transformaria radicalmente o modo de ser e se representar a negritude em Salvador, o qual ela fez questão de acompanhar, desde o primeiro desfile ocorrido no carnaval de 1975.

Antes de adentrarmos especificamente na trajetória do bloco, gostaríamos de recordar outros grandes marcos na vida de Mãe Hilda, que aconteceram no período de 1981 a 1986, quando é convidada a se deslocar de Salvador até a região da Serra da Barriga em Alagoas, para realizar uma série de obrigações religiosas em referência à memória de Zumbi dos Palmares. (MOREIRA, 2012)

De acordo com Mãe Hilda, Zumbi era um homem de Santo, era filho de Ogum e precisava passar por processos ritualísticos, visto que quando faleceu não havia condições de se realizar seu *Axexê*[7], dizia ela: “Eu fui fazer uma oferenda, ’arriar’ pela parte de *Egum*,

[7] Ritual Fúnebre realizado pelas religiões de matrizes africanas.

Baba Egum, essas oferendas que se faz quando ’vai’ um ser da parte da religião” (ILÊ AIYÊ, 2004, p.16).

A leitura que a iyalorixá faz é que· “Zumbi era de *Ogum”,* mesmo não havendo estudos que comprovem a presença dos povos Yorubá no quilombo dos Palmares, é possível entender que a matriarca tece sua releitura a partir de uma aproximação dos mitos de matrizes africanas. Nela a experiência de Zumbi se cruza com Ogum, por representarem a avidez de um espírito guerreiro, uma liderança que não sucumbe à luta e não tolera injustiças sociais.

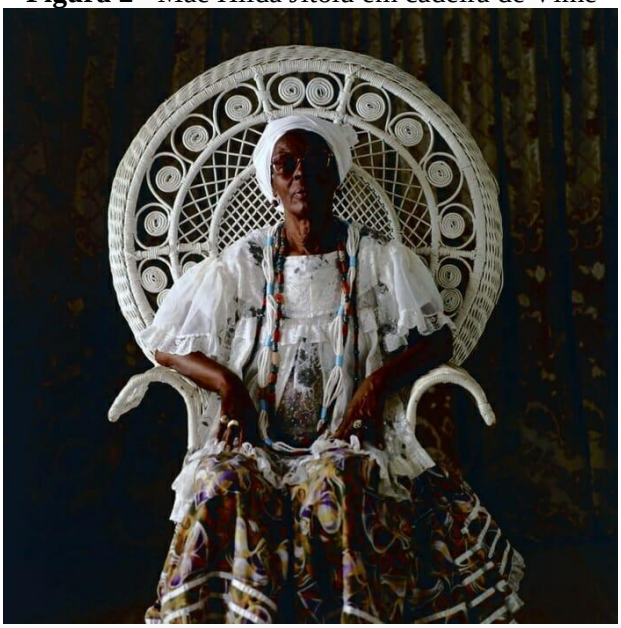
Mãe Hilda retornou à Serra da Barriga, alguns anos mais tarde, em 1995, a convite do Deputado Abdias do Nascimento, do Senhor Olímpio Serra e do Senhor Ordep Serra, para as comemorações dos 300 anos de Zumbi, onde recebeu a Medalha Zumbi dos Palmares, em reconhecimento a manutenção de seu trabalho religioso. (ILÊ AIYÊ, 2004)

No carnaval do ano de 2001, Mãe Hilda também é homenageada recebendo a chave da cidade de Salvador e a medalha Dois de Julho pelo então Prefeito Antônio Imbassahy, sendo a primeira vez que uma Mãe de Santo recebeu tal condecoração. Volta a ser homenageada no 30º aniversário do Ilê Aiyê, ao completar 81 anos de vida e 65 anos de Santo, Mãe Hilda torna-se tema do desfile de Carnaval do ano de 2004, e consequentemente, inspiração para o concurso de música do Ilê, sendo referenciada em diversas composições. (MOREIRA, 2012)

> Além disso, Mãe Hilda é indicada para compor o grupo das mulheres que concorrem ao Prêmio Nobel da Paz, para representar todas e todos povo negro de Salvador Bahia. Isto faz representar o reconhecimento de uma mulher que, com a sua luta cotidiana, mantém e expande os valores civilizatórios africanos, através do culto aos inkices, voduns e orixás, contribuindo para a afirmação da identidade e construção/reconstrução da auto-estima das crianças, jovens e adultos negros, numa sociedade que necessita urgentemente construir meios de conhecer, reconhecer, respeitar e interagir com as diferenças e diversidades étnico-raciais e culturais prevalentes no nosso país. (PERIN, 2007, p. 31-32)

Tantas homenagens e condecorações fazem com que Mãe Hilda seja reconhecida no Vol. X - do Caderno de Educação como uma Pérola Negra do Saber. Seu nome aparece ao lado de outras importantes personalidades, fundamentais para a construção da memória coletiva da população negra.

Figura 2 - Mãe Hilda Jitolú em cadeira de Vime



Fonte: Mário Cravo Neto, terreiro Ilê Axé Jitolú, Salvador, foto digital, 1999, divulgação Itaú Cultural. (ITAÚ CULTURAL, 2018)

Na imagem acima, Mãe Hilda é retratada em uma cadeira pavão de vime, objeto material utilizado por alguém de prestígio e poder no interior das comunidades negras. Assim como ela, outras lideranças se apropriaram da cadeira que relembra antigos tronos africanos encontrados pelos colonizadores em meados do século XV e XVI. Outra imagem expressiva é a de Huey P. Newton, um dos líderes, fundador do Partido dos Panteras, que em 1967, também se deixou fotografar em uma cadeira igual. Sua imagem documentada por Blair Stapp influenciou toda uma geração, justamente por enfatizar essa marca de poder e força política. (MENEZES, 2019)

Diante do que foi exposto podemos dimensionar o valor da matriarca e do terreiro de candomblé no que é a constituição do Bloco, isto é, a sua arkré. Narcimária Luz (1999) em seu artigo intitulado Awasoju: Dinâmica da Expansão Existencial das Diversas Contemporaneidades define Arkré como:

> [...] uma palavra de origem grega que se refere tanto à origem como ao devir, futuro, princípios inaugurais que estabelece sentido, força e dão pulsão as formas de linguagem estruturadoras da identidade: princípios-começo-origem: princípio recriador de toda experiência: gênese. (LUZ, 1999, p.49)

Este princípio originário do qual Luz (1999) fala, pode ser interpretado como um tipo de energia mística que advêm da ancestralidade e das forças cósmicas "[...] que regem o universo na interação dinâmica de restituição de axé do *Aiyê* e do *Orun* e vice-versa"

(LUZ, 1995, p. 560-561). Neste sentido o terreiro deve ser compreendido como um lugar fundamental para a preservação e manutenção da cultura afro-brasileira e para a organização social dos grupos que foram historicamente subalternizados. (SPIVAK, 2010)

Muniz Sodré (2002) recorda da importância do conceito de espaço/território para as populações que foram submetidas à experiência da desterritorialização por meio da colonização. Em sua concepção:

> [...] os terreiros de culto constituem exemplos notáveis de suporte territorial para a continuidade da cultura do antigo escravo em face dos estratagemas simbólicos do senhor, daquele que pretende controlar o espaço da cidade. Tanto para os indígenas como para os negros vinculados às antigas cosmogonias africanas, a questão do espaço é crucial na sociedade brasileira, ao lado dela, em grau de importância, só se coloca a questão da força, do poder de transformação e realização, que perpetua a dinâmica da vida. (SODRÉ, 2002, p. 19)

Os terreiros de culto tornam-se então, espaços fundamentais para constituição da cidadania e identidade de todos os indivíduos da chamada periferia colonizada do mundo (SODRÉ, 2002). É através dele que os grupos excluídos podem reelaborar sua própria imagem, narrativas e representações. Para *o Ilê Aiyê*, o candomblé não se restringe apenas a um culto religioso, ele é fonte de construção para toda uma cosmologia do ser negro, funciona como fonte principal na produção de símbolos identitário, que são refletidos nos discursos e práticas operadas pelo bloco, fundamental para construção de um referencial positivo sobre o negro. (SILVA, 2008, p. 189)

Apesar de o terreiro ser uma fonte de referência para a criação da identidade do grupo, este não é o único elemento no qual se baseiam como veremos adiante, os diversos movimentos globais que ocorreram ao longo da década de 1970, influenciaram decisivamente no modo como o bloco elaborou a forma estético-discursiva de se colocar para o mundo.

> O lugar do candomblé e do axé como núcleos para a identidade negra e para o self negro, re-postos como este centro, é um lugar determinado pelas lutas e pela contingência determinante do cenário de conversões e reconversões que justamente instalou este centro como um suplemento estratégico, reconhecer esta processualidade seria dotar a "cultura negra" de um significado político mais profundo do que aquele de guardiã da tradição e repositório de uma "resistência" essencializante, um significado que incorpora na sua própria estruturação as lutas por poder e liberdade. (PINHO, 2003, p. 17)

Desta forma, reconhecemos o *Ilê Axé Jitolú* como um grande útero acolhedor e fecundo, que abriga desde os filhos de santos aos alunos da escola Mãe Hilda. Esse ventre

que produz tanta beleza está hoje sob a liderança de Doné Hildelice Bento, filha e sucessora de Mãe Hilda no cargo de *Iyalorixá*.

Olhando para a trajetória do bloco, notamos que as mulheres são as grandes protagonistas tanto dos projetos educacionais, quanto da linhagem familiar e religiosa que é matriarcal. Assim, como bem destacou Ruth Landes (2002) no livro as Cidades das Mulheres, onde etnograficamente registra a força da presença feminina no candomblé da Bahia.

2.2 Ilê Aiyê e o processo de africanização do Carnaval de Salvador

Nas últimas décadas do século XX, a cidade de Salvador passou por profundas transformações sociais, culturais e econômicas que permitiram na década de 1970, o surgimento de um novo sujeito coletivo marcado pela organização da população negra em torno do próprio reconhecimento identitário e cultural.

Um dos palcos dessa história foi o bairro da Liberdade, local de nascimento do bloco *Ilê Aiyê*. Como o próprio nome anuncia o bairro traz em sua trajetória as marcas históricas de um povo resistente e batalhador, que desde a sua gênese, luta por melhores condições de vida frente às desigualdades que assolam a sociedade.

Podemos narrar à história do bairro a partir de dois momentos específicos: o primeiro se remete ao período colonial, quando o bairro dispunha apenas da Estrada das Boiadas, a via principal que interligava o gado vindo da região do Recôncavo Baiano para ser distribuídos aos mercados e Porto de Salvador. A estrada, hoje denominada de Avenida Lima e Silva, se configurou como peça fundamental na dinamização do fluxo comercial entre o interior e a capital do Estado. (SILVA, 2008)

O segundo momento se refere ao episódio da luta pela independência do país, quando o bairro abrigou "[...] os pés dos que marcharam pela libertação da coroa portuguesa na luta pela independência da Bahia", foi nesta ocasião, após ter vencido a luta histórica do dois de julho de 1822, que ganhou o nome de Liberdade. (MOREIRA, 2013)

Esses dois episódios nos fazem refletir sobre o processo de construção identitário do bairro e a forma como os grupos culturais se relacionam com essa territorialidade. Afinal, de que forma o bairro da Liberdade se relaciona com a trajetória do *Ilê Aiyê*? Colocamos este questionamento em referência ao livro O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira, onde Muniz Sodré (2002) pontua que "[...] conhecer a exclusividade ou a

pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente" (SODRÉ, 2002, p. 15).

Como grande parte dos bairros periféricos, a Liberdade é caracterizada por ser um bairro populoso com problemas estruturais que impõem vulnerabilidades para os moradores, como a falta de saneamento básico e segurança pública, além de concentrar um amplo contingente da população negra fator bastante significativo no que se refere à construção da natureza étnica pelo qual o bairro é reconhecido. Conforme coloca Silva (2008), esse é um "[...] traço que constantemente permite a constituição de um conjunto de sinestesias interpretativas de caráter empírico diante da presença das entidades de caráter étnico-representativo na luta contra o racismo". (SILVA, 2008, p. 67)

Apesar de a Liberdade ter sido considerada por muito tempo como o bairro mais negro da cidade, ao adentrarmos em suas ruas encontramos a presença de diferentes manifestações culturais e religiosas de origem judaico-cristã, espírita kardecista, para além dos terreiros de candomblé, como também abriga a sede do MNU- Bahia. Esta situação demonstra, que o bairro "[...] vem ao longo dos anos, de acordo com o trânsito dos seus atores, dialogando com outros elementos da cultura nacional no seu processo de construção". (SILVA, 2008, p.67)

A Liberdade é um bairro dinâmico que mantém relações fronteiriças com diversas outras partes da cidade. Para compreender como o bairro ganha o status étnico que tem hoje, faz-se necessário investigar o processo de construção afro-identitária realizada pelas diversas entidades do bairro que trataram de redimensioná-lo enquanto um território negro, um quilombo moderno. (SILVA, 2008)

> [...] o território do Curuzu-Liberdade e seu entorno foram transformados numa espécie de *quilombo moderno imaginado*. Um processo que, por outro lado, tem se manifestado principalmente no universo mental de seus intelectuais, militantes do Movimento negro e artistas a partir das leituras de natureza reflexiva, principalmente, acerca da ambiência criada à época do centenário da abolição. (SILVA, 2008, p.71, grifos no original)

Essa imagem da Liberdade como um território negro e resistente se intensifica com a criação do mundo negro, hoje conhecido como Ilê Aiyê, na metade da década de 1970, quando um grupo de jovens negros, operários da moderna empresa petroquímica[8] que se instaurava em Salvador, embalados pela onda *soul* que atravessava o país e pelas manifestações tradicionais da cultura negra resolvem formar um bloco exclusivo para

[8] A empresa petroquímica é um marco importante para entender o processo de modernização da cidade de Salvador, as transformações sociais, econômicas e políticas que possibilitaram o surgimento desse novo tipo de bloco carnavalesco. Na medida que muda a economia e, no bojo das mudanças, surge o Ilê Aiyê.

negros. Em breves linhas, esta é a narrativa nuclear do bloco, já apontada por Osmundo Pinho (2003) em sua tese de doutorado com a qual dialogaremos adiante.

Esse Mundo Negro se refere ao um conjunto de discurso e performance construídos mediante ao processo de reapropriação histórica e reinvenção de si, que vão dar sentido e legitimidade a experiência dos negros em Salvador. Este movimento deu origem a uma nova identidade afrodescendente, novas subjetividades e sujeitos políticos coletivos que modificaram as interpretações das relações raciais na cidade ao trazer a temática africana, afro-brasileira e diaspórica para o centro de suas representações. (PINHO, 2003; 2010)

Em outras palavras, ao se apropriarem de um conjunto simbólico, político e histórico de referências ligadas tanto ao contexto das culturas modernas, disseminada pelo sistema simbólico e material do modelo de produção capitalista, que comporta o processo de globalização, quanto ancoradas na cultura tradicional local, representado pelo samba duro, o *Ilê Aiyê* reinventa sua própria identidade, fazendo do carnaval palco para sua agência. Conforme coloca Pinho (2003), o Ilê transforma o carnaval em um "[...] movimento de identificação racial como uma subjetivação política análogo ao que se processava em outras esferas da vida social" (PINHO, 2003 p. 12).

Todavia, esse movimento de manifestar a história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e diaspóricos no carnaval, não se iniciam com o *Ilê Aiyê*. A pesquisa de Vieira Filho (1995) demonstra que este fenômeno da africanização do festejo ocorre desde o século XIX, nos contextos do pré e pós abolição, quando os negros se organizavam para brincar o carnaval. Mesmo havendo interesse por parte das elites da época de ocultar o caráter africanizado do Carnaval, transformando-o em uma festa europeizada, que representaria o *ethos* moderno e civilizado da cidade, este se manteve firme no seio de diversas agremiações. (VIEIRA FILHO, 1995; 2013)

> No último quartel do século XIX, as famílias das elites mais claras e esclarecidas procuravam seguir o modelo do Carnaval europeu antitético às práticas que passavam a se chamar, genericamente, de entrudo; tal modelo era emblematizado no uso das máscaras, nos corsos e nos desfiles das grandes sociedades. Nessa mesma época, o que se poderia chamar hoje de uma emergente classe média negra conseguia, mediante dramáticas negociações com as elites dirigentes e seus delegados, levar à rua motivos africanos. (MOURA, 2011, p.87)

Diversos grupos carnavalescos de Salvador, tais como os Clubes Uniformizados Negros, os Batuques, os Candomblés de Rua, os Folguedos, como nos Afoxés, Blocos Afros, Escolas de Samba, blocos de índio e demais grupos de inspiração orientealistas também faziam remissão à origem africana de seus componentes, de diferentes modos, são

os casos da Embaixada Africano, Pândego da África, entre outras entidades que apesar de manterem o formato dos clubes uniformizados brancos, traziam em seus conteúdos referências explícitas a África e ao histórico de resistência africana. Essas agremiações nos dão algumas pistas do fenômeno da africanização carnavalesca. (VIEIRA FILHO, 1995; PINHO, 2003).

Escrevendo sobre o processo de reinvenção da África no Brasil, Patrícia de Santana Pinho (2004) reflete sobre o mito da Mama-África e essa necessidade que os povos da diáspora negra têm em buscar e colocar a África como centro referencial para reelaboração e criação de suas identidades. Sobre isso a autora explicita que a "África da qual se fala aqui não é o imenso continente africano, que abriga dezenas de diferentes países e centenas de diferentes povos. É uma África que pode até ser muitas Áfricas, mas que permanece una." (PINHO, 2004, p.27).

A representação que se tem é de uma África vinculada ao passado e aos ancestrais, no entanto o que interessa são os signos e símbolos que ela oferece para o imaginário criativo dos afrodescendentes. (PINHO, 2004)

> Buscar a África para reencontrar as "raízes perdidas" tem sido algo de fundamental importância para os movimentos negros brasileiros. A vinculação do presente brasileiro ao passado africano não é uma simples reconstrução de uma história vivida pelos descendentes dos escravos[9] no Brasil. A busca da África se constitui num mito de africanidade, na medida em que o discurso sobre o passado opera reconstruções e legitima a formação de uma narrativa útil à formação da identidade étnica. Neste sentido, as tradições são (re) inventadas tentando estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. (PINHO, 2004, p. 32)

De 1950 a 1970, podemos identificar que houve uma série de reelaborações simbólicas e estruturantes no perfil das associações carnavalesca, além de uma tentativa de apagamento e deslegitimação das manifestações negras baianas, por partes das elites da época que preconizavam um cunho mais europeizado para o país. (VIEIRA FILHO, 2013)

Desta forma manifestações culturais e religiosas negras foram e ainda hoje são perseguidas por serem diretamente associada às religiões de matrizes africanas, como podem ser vistas no trabalho de Roger Bastide (1971) e Edison Carneiro (1981). Apesar de

[9] O termo "escravo" tem sido revisto pela nova historiografia, uma vez que não se remete a uma condição natural do escravizado. Conforme discute Dagoberto Fonseca (2009), é de fundamental importância a adoção do conceito de escravizado em oposição ao de escravo, considerando a dimensão sociocultural e político-filosófica, de que esta foi uma condição imposta aos africanos pelos colonizadores.

toda repressão, conflitos e oposições, as manifestações culturais e religiosas negras se mantiveram, há assim, a coexistência das diferentes formas de se "brincar" [10] o carnaval.

A fundação dos Filhos de Gandhy, em 1949, afoxé que tem a figura do líder indiano Mahatma Gandhi como principal referência, além de ligações explícita com o Candomblé, e a invenção de Dodô e Osmar no mesmo ano, daquilo que daria origem aos trios elétricos, demonstra bem esse processo de transição marcada pela tensão entre a tradição e a modernidade a qual a cidade passava.

Convém recordar que na década de 1950, o espaço do carnaval ocupado pela classe média e elite da cidade se restringia aos bailes em clubes e lugares privados, sendo o espaço público da rua ocupado pela população negra.

Havia uma diversidade de blocos com inspirações diversas como Os Mercadores de Bagdá, criado em 1953; os blocos de embalo, Barroquinha Zero Hora, além das Batucadas, Escolas de Sambas e Blocos de índios, criados a partir da década de 1960, que refletiam na estrutura carnavalesca, toda a complexidade da sociedade baiana em constante transformação e reelaboração. (PINHO, 2003)

Todo esse conjunto de transformações sociais, que ocorreu com "[...] a passagem do mundo 'tradicional', marcado pelo status, pela tradicionalidade pela divisão de trabalho relativamente simples, para outro complexificado pela nova industrialização [...]" (PINHO, 2003, p.11), fez com que as elites e classes médias também tivessem sua identidade redefinida, buscando se reinserir no carnaval das ruas a partir da criação dos blocos de "barão", como é o caso dos blocos: Os fantasmas, fundado em 1957; Os internacionais, de 1961 e Os corujas, de 1962, que se colocaria novamente no campo das lutas simbólicas e territoriais.

> [...] a reentrada das classes "superiores" na cena do carnaval de rua enquadrou-se nessa esfera de lutas por redefinições de identidade de classe/raça, protagonizadas pelo surgimento dos chamados blocos de "barão" - ou de classe média branca - como "Os Internacionais" e "Os Corujas". (PINHO, 2003, p.11)

Em pesquisa abordando o tema dos carnavais soteropolitanos, Milton Moura (1996) elucida como se deu a formação dos principais blocos de índio nas primeiras décadas do século XX, entre eles: o Cacique do Garcia em 1966; Apaches do Tororó, em 1968; Comanches, em 1974; Tupis; Viu não vá; Sioux; Cheyenes; etc. Moura (1996) demonstra

[10] O brincar é o modo como o folião faz a festa. Mas será que o *Ilê Aiyê* brinca no carnaval?

como esses blocos têm sua origem associadas às antigas Escolas de Sambas e batucadas como é o caso do Cacique do Garcia e Apaches do Tororó.

Moura (2011) explica que os blocos de índios foram influenciados pelo modelo carioca do Cacique de Ramos, no entanto também adotavam as imagens do *Far West*, trazidos pelos filmes estadunidenses e norte-americanos, que foram incorporadas nas identidades das agremiações.

> As fantasias dos modernos blocos de índio remontavam nitidamente aos ícones dos adversários dos cowboys e soldados nos filmes norte-americanos. Esparadrapos imitando as pinturas de guerra, calças compridas com espelhos e franjas, cocares, apitos e, no caso dos Apaches, uma machadinha que despertava temor em quem sabia como era incômodo o seu golpe à passagem dos índios, alguns deles a cavalo. (MOURA, 2011, p.107-108)

Para Moura (1996, p.174), "[...] a figura do índio norte-americano poderia ser interpretada, hoje, como um emblema do não branco, ainda não definido como negro – africano em Diáspora - no cenário do Carnaval." Atualmente, os blocos de índios marcam uma presença tímida nos desfiles de Salvador, através de grupos como o Comanche, cuja tendência é desaparecer, frente ao novo formato da festa, o carnaval-afro-elétrico-empresarial, e seu grande investimento nos trios elétricos e indústria turística. (MIGUEZ, 2012)

Diferente de outras associações da década anterior, o Ilê Aiyê se destaca, pela sua intencionalidade e reflexividade político-cultural por fazer do carnaval um meio de reivindicação estética, econômica, social, cultural, religiosa, identitária e política, num cenário de restrição dos direitos civis e políticos, dado ao ensejo da ditadura militar. A partir de 1974, a entidade inaugura a ideia de Blocos afros que se consolida concomitantemente ao processo de reafricanização[11]. Conforme explica Pinho (2005), esse processo pode ser entendido como um novo contexto marcado pela:

> [...] agência (*agency*) social, política e cultural afrodescendente em Salvador, marcada pelo uso de símbolos ligados à africanidade e por uma interação determinada com a modernização seletiva brasileira, caracterizada, ao mesmo tempo, pela conexão desterritorializada com fluxos simbólicos mundiais e da diáspora. (PINHO, 2005, p.127 -128)

É interessante observar que todo esse episódio ocorreu no mesmo momento em que eclodiram as tensões raciais no cenário internacional, as lutas por emancipação política e

[11] Reafricanização é um conceito cunhado por Antônio Risério (1981) em sua obra Carnaval Ijexá: notas sobre afoxés e blocos do novo carnaval afrobaiano.

civil da negritude norte americana, o movimento Black Power[12], os Panteras Negras, a luta por libertação dos países africanos, entre outros fluxos de informação que atravessavam a Bahia, influenciando a construção identitária dos grupos. (SILVA, 2008)

Através de suas produções artísticas, musicais e das mais variadas linguagens, o Ilê reconstrói "[...] a historicidade dos negros no Brasil e na diáspora, e a própria historicidade do carnaval e das lutas negras em Salvador", colocando a questão etnicorracial no centro das discussões. (PINHO, 2003, p.13)

O Ilê Aiyê tornou-se referência para blocos como o Olodum, Muzenza do Reggae, o Malê Debalê, entre outros posteriores. Sem abrir mão da tradição o Ilê ingressa na e recria a modernidade que se instaurava na cidade, buscando se apropriar da história passada e presente, para construir uma narrativa dando sentido a experiência da população negra naquele momento.

Podemos considerar que essa narrativa/ identidade elaborada pelo Ilê Aiyê faz parte daquilo que Paul Gilroy (2001) denominou por contracultura da ocidentalidade dada no espaço afro-atlântico, como coloca Silva (2008) em sua dissertação. Trata-se de uma cultura "[...] construída a partir de um intenso fluxo de vozes, uma síntese humana que se fez a partir de uma trama fractalizada e produtora de sentidos para além daquilo que foi produzido dentro do binômio Europa–África". (SILVA, 2008, p.18)

Neste aspecto é preciso considerar uma discussão já feita por Osmundo Pinho (2005) quando coloca que a cultura negra não seria apenas influenciada por culturas de matrizes africanas, mas também por elementos das culturas transnacionais. Evitando os essencialismos, que buscam imprimir uma origem ou pureza para os fenômenos, Pinho (2005) sugere que os sujeitos estão o tempo todo se apropriando dos contextos sociais e históricos, os transformando e se transformando, produzindo significados e subjetividades que se auto constituem.

De acordo com Pinho (2003), ainda que as identidades negras busquem uma origem de fundação, elas não são essencialistas ou seriam tanto quanto as identidades nacionais, ainda que busquem uma origem para sua fundação, essas "[...] identidades, posições de sujeitos e subjetividades afrodescendentes, são plenamente históricas e têm por único fundamento, além da história, a liberdade, justamente a liberdade de inventar um mundo

[12] Movimento se iniciou após o ano de 1955, quando Rosa Parks se recusou a ceder lugar no ônibus para um homem branco que estava de pé exigindo que se retirasse com bases nas leis segregacionistas dos Estados Sulistas. Sua renúncia, gerou comoção na comunidade negra norte-americana que boicotou o uso dos transportes públicos por mais de 300 dias, até que conquistaram o fim da segregação racial no transporte público no Estado do Alabama.

negro" (PINHO, 2003, p.17). Seriam essas estratégias discursiva e combativas que associa a reinvenção de si do negro e das novas subjetividades afrodescendentes às transformações históricas.

2.2.1 Como surgiu mesmo o Ilê?

Como exposto anteriormente por Silva (2008), o surgimento do Ilê Aiyê pode ser interpretado como:

> [...] consequência direta dos novos cenários que se colocaram em movimento graças ao desenvolvimento de um novo quadro econômico experimentado pelo Estado, além do ajustamento da cidade ao novo contexto tecno-comunicacionais da época, numa conjuntura política de total constrição da liberdade. (SILVA, 2008, p.80)

O Ilê Aiyê nasce não apenas em resposta a exclusão dos negros nos clubes carnavalescos elitizados de Salvador, mas da necessidade de um grupo de jovens periféricos que tinham a cultura negra enraizada em seu cotidiano, que já atuava em sua comunidade mobilizando excursões e passeios recreativos através do Coletivo intitulado Zorra, de se organizar de forma mais enfática, de mostrar e reivindicar um lugar na sociedade soteropolitana. (MOREIRA, 2013)

Na época, Vovô era funcionário da indústria petroquímica que se instaurava na região metropolitana de Salvador marcando um processo intenso de modernização tendo como desdobramento a formação de uma classe média não branca na cidade. Apesar de o processo de modernização ter condicionado o aumento de renda para determinados grupos, ele não solucionou o problema das desigualdades sociais e raciais. (FREITAS, 2004)

Concomitantemente a mudança na estrutura econômica da cidade, o processo desencadeou mudanças nas subjetividades e no desejo de consumo da população. Almejando poder também desfrutar de espaços de lazer como a classe média, Vovô convocou seus pares para discutir a construção do Ilê Aiyê.

> O Ilê é a expressão musical de uma elite (no sentido sociológico) negra cuja constituição foi ocasionada pela ampliação e consolidação de uma classe média operária; ou seja, o Ilê foi plasmado sobre as novas condições da estrutura ocupacional da cidade que se modernizava/industrializava. (MOURA, 1996, p.177)

No entanto, ao ocupar as ruas de Salvador com sua narrativa estético-política, seus discursos autorreferentes que enfatizavam a valorização da identidade negra, a história e

cultura africana e afro brasileira, o bloco produzido e protagonizado por negros, operou uma ruptura epistemológica com os padrões impostos a época.

> Ao se constituir como sujeito coletivo, revelando a imagem viva da afirmação de um grupo social excluído, [o Ilê] chamava atenção para a redefinição de significados que começavam a ser valorizados como expressão de resistência, autonomia e criatividade politizando espaços e discursos antes silenciados, abrindo espaços para que outras entidades de feição estético-recreativa surgissem e atuassem de forma semelhante. (GUIMARÃES, 2001, p. 4)

O nome do bloco foi escolhido por Mãe Hilda, que na época contrariou a vontade de Vovô, optando pelo nome Ilê Aiyê em oposição ao Poder Negro, tradução literal de *Black Power*, nome que referenciava os movimentos afro-americanos de luta por direitos civis da década de 1970, buscando, justamente evitar conflitos que poderiam ocorrer em decorrência da repressão da ditadura militar. (PERIN, 2007)

O nome *Ilê Aiyê*, "[...] que em ioruba significa Casa na Terra ou Mundo Terreno em oposição ao *Orun* que é o Mundo Espiritual" (ANTUNES, 2018, p. 2). Pode-se dizer que em analogia o bloco se tornava a Casa dos Homens ou Casa dos Pretos, o Mundo Negro da Liberdade.

Em seu primeiro desfile, que ocorreu no carnaval de 1975, o Ilê ocupou as ruas da cidade levando aproximadamente 200 membros ornamentados de vestimentas e indumentárias que se remetiam a estética africana, além de terem o acompanhamento dos tambores, que cadenciava os ritmos da marcha e a canção que revela a intencionalidade do bloco. (PERIN, 2007)

Além de estamparem no corpo todo o orgulho em ser negros, os foliões também aproveitaram o momento para denunciar as desigualdades sociais e raciais que atingem, ainda hoje, grande percentual da população brasileira, reivindicando melhores condições de vida, acesso aos meios e espaços de poder e demonstrando toda a resistência negra por meio do desfile.

É interessante recordar que antes de iniciar propriamente o desfile, Mãe Hilda tratava da ancestralidade, mediava à relação do bloco com o sagrado realizando um ritual religioso onde pedia proteção e bênçãos aos orixás, para que todos os componentes pudessem seguir o percurso sem percalços no caminho. O início do cortejo que acontece há 45 anos na frente do Terreiro Ilê Axé Jitolú se tornou uma tradição para muitos foliões e moradores do bairro do Curuzu e redondeza, que acompanham a soltura de pombos brancos e distribuição de pipoca e milho branco cozido que são espalhados sobre o público.

Conforme informa o texto disponibilizado para a Ocupação do Ilê Aiyê no site do Itaú Cultural (2018):

> No Carnaval, o Curuzu é palco de um ato cultural-religioso, a bênção para a saída do bloco, que se manifesta com uma orquestra de dezenas de percussionistas e o coral negro em uma celebração. Até 2009, Mãe Hilda foi a responsável por esse cortejo real, que oferece milho branco cozido e pipoca, alimentos de predileção de Oxalá, orixá da paz, e de Obaluaê, patrono da saúde. Em seguida, uma revoada de pombas brancas anuncia a saída da Deusa do Ébano e o início do desfile de Carnaval do grupo, na subida da ladeira do Curuzu. (ITAÚ CULTURAL, 2018).

O pesquisador Geander Barbosa das Mercês (2017) em sua dissertação de mestrado intitulada Do Ilê Ifé ao Ilê Aiyê: uma releitura do carnaval soteropolitano sustenta a ideia de que ao realizar este ritual, os corpos dos membros presentes são sacralizados pela sacerdotisa, ocorrendo um verdadeiro misto entre o sagrado e o profano. Para Mercês:

> [...] Ao participar do ritual religioso da saída do Ilê os foliões são abençoados pela yalorixá, a partir deste momento seus corpos, místicas e seus orixás estão sacralizados, eles foram abençoados pela sacerdotisa. Assim, todos os foliões do Ilê percorrem as ruas da cidade não mais como corpos profanos, mas, com corpos sacralizados pela cerimônia inicial promovida pelo bloco. Deste modo, em meio a uma festa profana [Carnaval], na cosmovisão judaico cristão, os foliões do Ilê promovem uma "santificação" do território, haja vista que seus corpos saem de um ritual religioso. (MERCÊS, 2017, p. 45)

Convém destacar, após a saída do bairro da Liberdade, o bloco continua seu percurso em outros circuitos como o que acontece no centro da cidade, no Campo Grande e na Orla marítima, entre a praia da Barra e Ondina, são nesses circuitos que se concentram o maior público do bloco, são nas avenidas principais que a negrada exibe suas fantasias, beleza e felicidade, que performam suas afrografias. (MARTINS, 1997)

Em 1975, Mãe Hilda estava receosa por conta da repressão que seus filhos poderiam sofrer ao desfilar pela primeira vez em meia a ditadura militar, então, resolve acompanhar o percurso do bloco. Felizmente, naquele dia, nada foi capaz de interromper a passagem do coral negro, que seguiu entoando versos consagrados por Paulinho Camafeu e Paulo Vitor Bacelar (QUE bloco é esse, 1974) da canção intitulada Que bloco é esse? Que pode ser conferida abaixo:

> Que bloco é esse?/Eu quero saber,
> É o mundo negro /Que viemos mostrar pra você/
> Somos criolo doido /Somos bem legal
> Temos cabelo duro/ Somos Black pau/

> Branco, se você soubesse/ O valor que o preto tem,
> Tu tomava um banho de piche, branco/ E ficava preto também/ Não te ensino minha malandragem/.
> Nem tão pouco minha filosofia/Porquê?/Quem dá luz ao cego/
> É bengala branca/E santa Luzia/ Ai, ai meu Deus!
> (QUE bloco é esse, 1984).

Através da canção podemos perceber que o Bloco elabora seu processo de identificação étnica a partir do reconhecimento das diferenças e dos contrastes com o Outro. Na medida em que o Ilê ressignifica esse corpo negro, tirando-o da zona da subalternidade e colocando-o em um lugar de prestígio na sociedade, sedimentam-se outras possibilidades de narrativas para a população negra, um novo modo de se ver e se colar para o mundo, diferente das representações cristalizadas pelos discursos colonialistas do século XVIII e XIX.

O Ilê explora esse contraste, ao realizar releituras sobre os estereótipos e preconceitos dirigidos aos negros como estratégia para se reafirmar diante da sociedade racista. (FREITAS, 2004)

2.3 A Escola Mãe Hilda

Com o intuito de expandir as ações socioeducativas do bloco, é idealizado em março de 1988, a Escola Mãe Hilda, instituição de ensino formal que busca atender as demandas locais da comunidade do Curuzu.

A ideia de construir uma escola partiu de Mãe Hilda, que junto a suas filhas Hildemária e Hildelice se dedicaram a dar banca, isto é, a oferecer reforço escolar informalmente para um grupo pequeno de crianças, a maioria filhos de integrantes do terreiro, que apresentavam fraco desempenho e histórico de repetência escolar. (MOREIRA, 2013; SANTANA, 2018)

No início a escola funcionou em um espaço improvisado no barracão do terreiro *Ilê Axé Jitolú*. Em pouco tempo a procura pela escola aumentou, fazendo com que Mãe Hilda solicitasse ao secretário de educação, na época, Dr. Edivaldo Boaventura, que lhe concedesse as primeiras carteiras e cadeiras para melhor alojar os alunos. Tendo seu requerimento atendido, Mãe Hilda realiza junto a seus filhos de santo um ritual pedindo bênçãos e a permissão aos orixás para que pudesse utilizar o espaço sagrado, dando sequência a mais uma missão que lhe cabia. (SANTANA, 2018)

Para a sacerdotisa o próprio terreiro de candomblé é como uma escola, "[...] onde os iniciados aprendem a conviver em irmandade e solidariedade, vivenciando o aprendizado

de uma religião que apesar de não ter o registro escrito, usa a tradição oral e o aprender vendo e fazendo.” (ILÊ AIYÊ, 2004, p.31).

Figura 3: Mãe Hilda dando banca no terreiro Ilê Axé Jitolú.

Fonte: Acervo do Bloco Ilê Aiyê, Salvador, 1988. (ITAÚ CULTURAL, 2018)

A imagem documenta o período inicial da escola Mãe Hilda, quando a Iyalorixa oferecia reforço escolar para os filhos dos membros da comunidade litúrgica. Nela podemos observar que há uma adaptação da estrutura física do terreiro *Ilê Axé Jitolú* para receber os alunos que ainda hoje são majoritariamente negros. O compartilhamento do espaço do terreiro pode ser identificado pela presença da cadeira de Vime atrás da cortina, as imagens nas paredes e a própria vestimenta de Mãe Hilda, que é composta por torço na cabeça, bata, fio de contas e saia estampada, traje tradicionalmente utilizado pela liderança espiritual. O espaço da sala comporta a quantidade de alunos, mas se torna pequena quando levamos em consideração o conforto e a crescente demanda pela escola.

Em pouco tempo a procura pela escola se expandiu fazendo com que fosse necessário construir um espaço físico maior que comportasse o contingente crescente de alunos. É neste contexto, que surge a Senzala do Barro Preto, um edifício de 8 andares construído com o patrocínio financeiro da Fundação Odebrecht, Petrobrás e aquiescência da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e Secretaria Municipal de Educação e Cultura

(SMEC) no ano de 2003. A edificação se tornou a sede oficial do bloco, aglomerando numa só instância todos os projetos educativos desenvolvidos pela associação, desde a Escola Mãe Hilda ao Projeto de Extensão Pedagógico (PEP). A sede permanece localizada na ladeira do Curuzu, um pouco acima do *Ilê Axé Jitolú*, local onde a escola funcionou por aproximadamente 20 anos. (ILÊ AIYÊ, 2004)

Atualmente, a Escola Mãe Hilda atende cerca de 120 alunos, referentes aos anos iniciais do ciclo I, crianças de 4 a 6 anos, e alunos do ensino fundamental I, do 1º ao 5º ano, nos períodos matutino e vespertino. Trata-se de uma escola comunitária, que não é municipalizada, motivo que a faz ter uma organização diferente de outras instituições de ensino do bairro que são geridas ou pelo Estado ou pelo Município. A Escola Mãe Hilda é mantida com financiamento do Bloco Ilê Aiyê e suas parcerias, e tem oferecido um ensino gratuito e de qualidade para a comunidade do Curuzu e adjacências.

Por ser um espaço autônomo, a escola se apropria de diferentes práticas pedagógicas e traz em seu currículo disciplinas que contemplem a história e cultura africana e afro-brasileira desde a sua criação. O uso da arte como instrumento pedagógico é aplicado desde os anos iniciais do Ciclo I, através de exercícios de pintura, o estímulo ao canto e a dança e o uso da música em sala de aula, que contribuem com o processo de alfabetização dos alunos. Essas práticas se intensificam para os anos seguintes, quando crianças a partir dos 8 anos passam a aprimorar noções de canto, dança e aprendem a tocar instrumentos percussivos através da escola Band'Erê, que estimula o aprendizado por meios dessas linguagens artísticas.

Em síntese, o ensino é pensado visando garantir o acesso dos alunos negros e não negros à cidadania, o desenvolvimento de práticas de combate ao racismo, o direito à diversidade cultural e histórica dos diferentes povos que constituem a nação brasileira.

Cabe aqui recordar que a luta do negro em prol da educação não é algo novo. Ao longo do século XIX e XX, existiram diversas iniciativas referentes à inclusão dos negros no sistema escolar, ações que poderiam ter alterado profundamente o quadro estrutural das desigualdades sociais e educacionais que presenciamos hoje, se fossem realmente levadas à sério pelo Estado brasileiro.

Porém, a inserção da população negra no sistema formal de educação foi conscientemente dificultada, sofrendo inúmeros entraves devido às políticas de Estado e as diversas formas de discriminação racial, conforme podemos ler em Santos (2008). Esse é um dos motivos pelos quais partes significativas das pesquisas que abordam as relações raciais na educação, denunciarem com frequência o caráter excludente e o abandono dos

negros diante do sistema formal de educação. (SILVA, 1995; GONÇALVES; SILVA, 2000; CAVALLEIRO, 2001).

A assinatura da Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, tornou-se mecanismo responsável por extinguir a escravatura, porém, não previu nenhuma medida de inclusão dos ex-escravizados no novo modelo societário que se instalava. Abandonados à própria sorte os negros carregam ainda hoje, o peso do estigma deixado pela escravidão, estigmas que são cotidianamente reforçados pela sociedade racista, classista, sexista, machista e patriarcal que os mantém num ciclo vicioso de pobreza e miséria, pela dificuldade de adentrar o mercado de trabalho e obter qualificação.

Conforme coloca Santos (2008), essas dificuldades de acesso, devem ser compreendidas "[...] como parte do processo de construção do modelo de nação posto em marcha na transição do século XIX para o século XX: *a nação branca e civilizada*" (SANTOS, 2008, p. 12).

Para Santos (2008, p.5), as reformas educacionais que ocorreram na passagem do século XIX para o XX, "[...] embora sob signo aparente da universalização, democratização e gratuidade do ensino, não criaram condições reais aos negros recém-egressos do cativeiro de vencerem as dificuldades do passado e incluírem-se efetivamente no universo da escolarização".

No entanto, todo este movimento não fez com que os negros ficassem imobilizados. É nas primeiras décadas do século XX, que vão surgir às primeiras organizações sociais negras, que de forma autônoma buscam garantir o direito à educação para essa população, ora criando suas próprias instituições de ensino, ora questionando o tipo de conteúdo que era privilegiado pelo currículo oficial. (DOMINGUES, 2007)

Tais organizações aparecem com maior expressividade no início do período republicano, dando origem, por exemplo, a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931; União de Homens de Cor, de 1943; Teatro Experimental do Negro, em 1944; Comitê Democrático Afro-brasileiro, de 1944; Conselho Nacional de Mulheres Negras, em 1950, entre outras associações importantes para organização política das comunidades negras e para efetivar as reivindicações de educação para essas populações. (DOMINGUES, 2007).

Todas estas organizações representaram espaços de formação educacional e política para os negros, além de desenvolverem papéis variados no interior da sociedade, configurando-se em diferentes formatos como os Clubes recreativos e associações culturais, entidades de cunho político e "[...] mais recentemente, como formas de mobilização de

jovens em torno de movimentos artísticos com forte conteúdo étnico (hip-hop, blocos afros, funk e outros)" (GONÇALVES; SILVA, 2000, p.139).

Apesar do papel fundamental exercido por essas organizações no que tange a alfabetização e a instituição formal de ensino, o processo educativo dos negros se inicia de maneira informal através da transmissão da tradição oral e das práticas culturais e religiosas que cumpria essa função formativa. Jorge Manuel Adão (2007), em estudo sobre a trajetória do movimento negro e educação no Brasil, recorda que essa educação teve início ainda nos porões dos tumbeiros que atravessaram o Atlântico com os escravizados que aqui chegaram e deram continuidade ao processo.

Neste sentido, Adão (2007) enfatiza a possibilidade das populações negras terem encontrado uma práxis educativa anteriormente às primeiras organizações sociais negras do pós-abolição:

> [...] isto é, afirmamos que neste cotidiano escravagista encontramos a práxis de uma educação informal onde está presente o cerne da cosmovisão africanas, que é a cultura da vida, concretizada na tradição oral, reforçada, ritualizada no culto dos orixás que possui, em poucas palavras, o poder de restituir o axé, a força vital. (ADÃO, 2007, p. 91)

Adão (2007, p. 91) elenca três principais formas de organização, resistência e luta que os escravizados tinham para se rebelar contra a condição a que eram submetidos, são elas: a participação dos cultos afros brasileiros; a formação de irmandades e confrarias; e os quilombos. Esses são espaços que nos permitem ver com mais facilidade a criatividade dos ex-escravizados, no entanto, consideramos que a resistência dos povos africanos e afro-brasileiros se inicia anteriormente a qualquer instituição, na medida em que o próprio existir é resistir.

E talvez existir, se manter vivo, seja ainda hoje seja a maior forma de resistência negra, numa sociedade que nos nega esse direito cotidianamente, através de suas necropolíticas (MBEMBE, 2018). Esses espaços educativos cumpriam a função de possibilitar vivenciar e praticar os valores civilizacionais africanos, como veremos com maior profundidade mais adiante, ao analisarmos o primeiro volume do Caderno de Educação, que aborda justamente esse tema: Organizações de Resistência Negra.

Diante do exposto, podemos observar que a relação entre os movimentos negros e a educação vem se processando historicamente, tendo suas ações e posturas modificadas conforme as necessidades de cada período. "Se inicialmente o negro almejava somente se educar, pouco a pouco ele passa a reivindicar do sistema formal educativo e da sociedade

brasileira o reconhecimento de sua herança cultural, do seu modus vivendi, e da sua verdadeira história.” (ADÃO, 2007, p.95).

Se na década de 1930, os negros formularam suas necessidades a partir da mediação do olhar do outro, sendo a educação interpretada como forma de instrumentalizar e adaptar sua conduta social às práticas culturais valorizadas pelos brancos, esta perspectiva se modifica a partir da chegada do Teatro Experimental do Negro (TEN) e dos movimentos negros da década de 1970, quando os negros começam a voltar-se para si expressando seus problemas de um ponto de vista próprio por meio da luta por afirmação identitária e do resgate referente ao protagonismo dos negros na história.

A Escola Mãe Hilda foi fundada exatamente para atender uma demanda da população negra, com desempenho prejudicado pelas bases eurocêntricas do sistema educacional, procura primeiro com reforço escolar oferecido pelas filhas de Mãe Hilda e depois com a formação de uma escola com fundamentos e bases centradas em uma visão positivada da África e de seus descendentes, vai de encontro ao reivindicado pelos movimentos sociais da época.

Como já citado anteriormente, entre a década de 1930 e a de 1970, existiu uma forte movimentação política e intelectual desenvolvida por várias entidades negras que elaboram propostas, encontros, congressos reivindicando e refletindo sobre os modelos educacionais que tínhamos e queríamos para o país. Muitas dessas organizações aparecem citadas no primeiro volume do Caderno de Educação os quais analisaremos com mais profundidade no desenvolvimento desta dissertação.

A busca pela inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo nacional teve seu estopim ao longo da década de 1970 e 1980, assim como a luta para eliminar as imagens negativas, estereótipos e ideologia do branqueamento veiculado pelo ensino brasileiro (SILVA, 1995).

Tais discussões tiveram um grande impacto no cenário político pós-ditadura civil militar, quando o Movimento Negro conseguiu elevar tais demandas a nível parlamentar, interferindo diretamente no processo de construção da Constituição Cidadã de 1988, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). (PEREIRA, 2011)

Um dos resultados dessas movimentações se reflete no ano de 2003, como o sancionamento da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras no currículo nacional. Em 2008, este decreto volta a ser alterado pela Lei 11.645/08, que inclui também a obrigatoriedade das histórias e culturas indígenas.

Apesar de implementadas há cerca de 17 anos, ainda não se efetivaram completamente. (PEREIRA, 2011)

Diante deste contexto, o que se pode observar é a presença constante de um posicionamento crítico e vigilante da população negra em relação às políticas educacionais e o baixo interesse do Estado em atender suas necessidades. Mesmo estando em constante diálogo, os movimentos negros não deixam de desenvolver suas próprias iniciativas autônomas e projetos educacionais promovidos pelas entidades como o Ilê Aiyê, que se constituem como alternativa ao sistema formal.

2.4 BASES AFROCENTRADAS E O PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA

Em 1995, O bloco Ilê Aiyê expande seu campo de atuação com a criação do Projeto de Extensão Pedagógica - PEP, intervenção que consolida as ações socioeducativas do bloco através das escolas: Mãe Hilda, criada em 1988, Escola Band'Erê de Percussão, Canto e Dança fundada em 1993 e a Escola Profissionalizante, funcionando desde 1995. A tríplice que configura as intenções do bloco em atuar não apenas na educação formal, mas também na esfera cultural e profissional. (ILÊ AIYÊ, 2018)

Conforme definiu o coordenador do PEP, Prof.º Jonatas Conceição da Silva em sua dissertação de mestrado (2004) a proposta pedagógica do Ilê Aiyê centra-se em uma educação pluricultural, que almeja contemplar os diversos segmentos étnicos, permitindo que se forme cidadãos e cidadãs com identidade cultural consciente de seu papel. Silva (2004) acrescenta que o PEP tem como objetivo:

> [...] construir uma pedagogia educacional que tenha como base o resgate das raízes da cultura africana e suas influências no Brasil, a partir da perspectiva de uma sociedade pluricultural. No relatório produzido pelo PEP, em 1997, reafirma-se como importante "a construção da identidade cultural entre crianças e adolescentes, contribuindo para a formação do cidadão, melhorando a qualidade da educação, reduzindo os índices de evasão e repetência". O PEP nortearia as suas ações a partir de três grandes eixos problematizadores: identidade, autoestima e pensamento crítico. (SILVA, 2004, p. 57)

Após cinco anos da construção da Escola Mãe Hilda, inaugura-se A Escola Band' Erê de Percussão, Canto e Dança que tem o intuito de ensinar formação musical para as crianças do bairro. Para mãe Hilda "[...] essas crianças, além de serem a garantia do futuro do Ilê, seria mais uma escola que tiraria as crianças da rua e da faixa de risco". (ILÊ AIYÊ, 2004, p. 32)

A Escola Band'Erê, tem por objetivo oferecer formação musical para criança a partir dos 7 a 14 anos de idade, preparando-as para integrarem futuramente a Banda Aiyê ou futuramente ingressarem no mercado de trabalho. Para que as crianças e jovens possam participar do projeto, é exigido que estejam matriculados e cursando regularmente o ensino formal, critério que de alguma forma estimula os adolescentes a permanecerem e concluírem o ensino básico. (ILÊ AIYÊ, 2018)

Por ser uma entidade de grande referência não apenas na Bahia, mas no país, o Bloco consegue atrair o interesse de muitos jovens que buscam despertar suas veias artísticas, principalmente por representar a possibilidade de acessar espaços na cidade dos quais ainda são excluídos, como os teatros, os cinemas, bibliotecas, etc. Outro motivo que os instigam, é o fato de terem exemplos de moradores do bairro que se tornaram importantes percussionistas no cenário atual, após passarem pela entidade.

Tais observações foram desenvolvidas ao longo do trabalho de campo no ano de 2018, onde acompanhei parte das atividades realizadas pela Escola Mãe Hilda, referente ao Projeto que é desenvolvido em todo final de ano. Nele tive a oportunidade de conhecer a Luciano Pio, ex-morador do Curuzu e percussionista da banda do Léo Santana, um dos principais expoentes do pagodão baiano na atualidade. No ano de 2018 e 2019, Pio participou das atividades na escola, onde conversou com os alunos sobre sua trajetória de vida e experiência no *Ilê Aiyê*. Foi a partir dessa interação que percebi como os alunos valorizavam os projetos educacionais da entidade.

Ao acessar o espaço, os jovens se deparam com um tipo de formação diferenciada, voltada para a construção de sua autoestima e cidadania, conforme informa o Volume XII dos Cadernos de Educação (2004):

> As crianças da Band'Erê além de apreenderem tocar percussão, dançar e cantar têm aulas de cidadania e história das tradições africanas. Aprendem através das lendas e narrativas dos educadores- a maior parte deles, filhos de Santo- a história dos orixás e a história de luta do povo negro no Brasil. (ILÊ AIYÊ, 2004, p. 33).

Assim como a escola Mãe Hilda, as práticas pedagógicas da escola Band'Erê também foram alvos de investigações de algumas pesquisas como a tese de doutorado de Amélia Vitória de Souza Conrado (2006) intitulada Capoeira Angola e Dança Afro: contribuições para uma política de educação multicultural na Bahia, e a tese de Anália de Jesus Moreira (2013), intitulada As concepções de Corpo na Associação Bloco Carnavalesco *Ilê Aiyê*: um estudo a partir da História do Bloco e das Práticas pedagógicas

das Escolas Banda Erê e Mãe Hilda, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práxis Pedagógicas na Universidade Federal da Bahia.

Ambas as pesquisas investigaram a relação do corpo nas práticas pedagógicas das escolas do PEP, por identificar o cuidado que a entidade tem em trabalhar questões como a autoestima e autoafirmação das crianças. O corpo no Ilê Aiyê, aparece como um mediador das ações socioculturais e educativas é visto, "[...] como instrumento historicamente construído nos embates contra hegemônicos", por isso ganha centralidade no bloco. (MOREIRA, 2013, p.13)

> A produção de materiais didáticos próprios, a integralização do saber na corporalidade e na prática dançante, lúdica e da poesia são exemplos de concretude aprendente e divergente, vivenciados na escola Mãe Hilda e na Banda Erê. Estes são instrumentos que contrapõem uma educação de base europocêntrica que, por sua vez, desvaloriza o fazer e o saber de culturas afro-brasileira e africana para fortalecer o lastro unicultural, especialmente na escola. (MOREIRA, 2013, p.11-12)

As escolas do *Ilê Aiyê* buscam em suas práticas pedagógicas trabalhar com o corpo em sua integridade. Diferente da concepção eurocêntrica, onde o corpo negro é visto como um objeto a ser disciplinado, o corpo no Ilê Aiyê é visto como o mediador. Há um esforço em entender as cicatrizes históricas trazida por ele e curá-las, fazendo com que os alunos se sintam orgulhosos de serem quem são, conforme minhas observações na entidade e também às análises de Moreira (2013).

De acordo com Moreira (2013):

> [...] a vivência corporal faz parte das estratégias de um educar diferente das tradicionais práticas capitalistas onde o corpo historicamente teve lugar cedido às exigências intelectualistas que dualizaram a via do corpo na educação. Vê-se nessa perspectiva o corpo como apêndice do educar, sem assumir a sua centralidade no estar e ser educando e educador. (MOREIRA, 2013, p. 106)

Tanto o corpo dos alunos, quanto dos professores estão em constante processo de aprendizado e ambos têm centralidade nas práticas educativas do Ilê.

A Escola Profissionalizante foi "[...] criada com o objetivo de consolidar seu projeto de auto sustentação [do Ilê], oferecendo cursos que capacitem os jovens nas mais variadas áreas, tais como: dança, corte e costura, confecção em couro e tecido, entre outras", o intuito é estimular a descoberta de habilidades e a busca por autonomia dos jovens, fazendo

com que aprendam um ofício e possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, seja em ONGs, empresas ou organizações governamentais. (SANTANA, 2018, p 59).

Além das escolas, o PEP também abriga o Projeto Editorial do bloco onde foram produzidos a revista O mundo e os Cadernos de Educação, espécie de materiais didáticos idealizados pelos próprios membros da entidade para tratar de importantes temas relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira como veremos adiante.

Por hora apresentamos o calendário de eventos e atividades fixas que são realizadas ao longo do ano para demonstrar a capilaridade das ações do Ilê Aiyê.

Entre as atividades destacamos o Festival de Música Negra do Ilê Aiyê- Pássaro Preto o Cantador, onde são escolhidas cerca de seis músicas temas que são adicionadas ao repertório do Bloco. O festival é realizado desde o primeiro ano do Bloco, movimentando a cena de artística da região, o nome Pássaro Preto o Cantador, presta uma homenagem ao cantor e compositor Cesar Maravilha, autor da canção intitulada Negrice Cristal. Conforme informa a matéria da redação 4P, na revista Carta Capital (2019):

> Ao todo, são 17 canções finalistas, oito da categoria Poesia e nove da categoria Tema. As músicas da categoria Tema são inspiradas no tema do Ilê Aiyê para o Carnaval 2020: "Botswana: Uma História de êxito no mundo". Já as da Categoria Poesia são de livre inspiração. Durante o evento, enquanto as canções são apresentadas, os jurados têm o desafio de escolher as três melhores de cada categoria. (ILÊ AIYÊ..., 2019)

Os ensaios de verão também são eventos promovidos pelas entidades no período pré-carnavalesco, que podem acontecer na Senzala do Barro Preto e em diferentes lugares da cidade de Salvador, de forma gratuita ou através da venda de ingressos de preços variados.

Outras datas comemorativas que merece destaque é a Semana da Mãe Preta; o Novembro Azeviche e a Noite da Beleza Negra, eventos centrados na valorização das mulheres negras e da negritude no geral.

A Semana da Mãe Preta acontece no mês de setembro na sede do Bloco, onde são desenvolvidas atividades culturais, ciclos de palestras e debates abordando temas relacionados à condição das mulheres e mulheres negras na sociedade, como coloca Guimarães (2001), toda programação era coordenada pelo Conselho de Mulheres do Ilê e por Mãe Hilda, atualmente, Doné Hildelice Bento assume essa tarefa junto ao conselho e outras funcionárias da associação, conforme informações obtidas em nossas visitas ao bloco.

Inicialmente o dia foi criado apenas para prestar homenagem a Mãe Hilda, que como "[...] iyalorixá, simbolizava a Mãe guerreira que todos os associados do bloco tinham fé e respeito" (ILÊ AIYÊ, 2004). Todavia, tornou-se um evento que busca resgatar e valorizar a participação da mulher negra no processo civilizatório do país, significando a existência dessa coletividade e o envolvimento com as mulheres da comunidade. (ILÊ AIYÊ, 2019)

O evento também está associado à data histórica do dia 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, instituindo a partir daquele momento que os filhos das escravizadas nasceriam em condição de liberdade. Neste sentido, ao realizar a Semana da Mãe Preta, a agremiação estaria também revendo e recontextualizando este marco histórico tão caro a nossa formação.

> [...] A Lei do Ventre Livre criada pelos racistas brasileiros desamparou as mães e as crianças negras. O Ilê Aiyê ao instituir o Dia da Mãe Preta em 1979, quis homenagear a todas as mulheres negras, mães ou não, que sempre lutaram contra o racismo brasileiro que permite o assassinato, ainda hoje, de centenas e centenas de crianças e jovens negros nas cidades brasileiras. Crianças e Jovens assassinados pela polícia militar e civil, pelas milícias para-militares, por justiceiros e muitos outros agentes a serviço de uma ideologia que prega o extermínio da população negra no Brasil. (ILÊ AIYÊ, 2004, p. 38-39).

Também são realizados o Novembro Azeviche e a Noite da Beleza Negra, que é um dos eventos de grande destaque e prestígio para o bloco. Trata-se de um concurso de beleza que foi idealizado em 1979 por Sérgio Roberto, um membro da diretoria da agremiação. (ILÊ AIYÊ, 2004, p. 40)

Direcionado ao protagonismo das mulheres negras, o concurso tende a valorizar a autoestima, os conhecimentos e a atuação das mulheres negras na sociedade. Nele são escolhidas as rainhas e a Deusa do Ébano, responsável por acompanhar o bloco em suas apresentações durante o período de um ano, onde participam de desfiles, eventos sociais, palestras em escolas, etc. realizando trabalho de conscientização em relação ao racismo, à autoestima da comunidade negra e aspectos gerais da cultura afro-brasileira.

> Hoje, a festa da Beleza Negra faz parte do calendário oficial das festas pré-carnavalescas, com repercussão nacional, atrações musicais locais e de outros estados e nos últimos quatro anos, com transmissão direta da TVE. São trinta e cinco anos de Festa da Beleza Negra, um evento que tem como objetivo maior mostrar a beleza da mulher negra através da dança, indumentárias, adereços, penteados conhecimento da sua ancestralidade e da sua negritude. (ILÊ AIYÊ, 2018, p. 59)

Mais do que um concurso de beleza comum, a Noite da Beleza Negra representa um resgate histórico do direito ao belo, a autoestima, a humanidade. É um momento luxuoso, onde a vaidade, o glamour, a beleza de ser negra se estampa em todos os poros. Os acessórios, vestimentas, a maquiagem elaborada, os símbolos tornam-se adereços diante do encantamento, da alegria que pulsa no corpo das mulheres e homens negros que acompanham o desfile das deusas.

Quando o Ilê cria a Noite da Beleza Negra em 1976 e elege Mirinha Cruz como sua primeira Deusa do Ébano, inicia-se um processo de mudança dessas representações colonialista que a todo custo desumanizam, hipersexualizam os corpos negros.

Tal como postula Nilma Lino Gomes (2003), o corpo negro, a textura e estética dos cabelos crespos "podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra." (GOMES, 2003, p.02).

O Bloco vem novamente reafirmar a contra ocidentalidade estética e epistemológica que fundamenta sua existência. Conforme comunica a entidade:

> A estética do concurso é regida pelos trançados dos cabelos, estamparias do tecido, pela graça da dança, mas, sobretudo, pela consciência da candidata no que diz respeito a sua negritude, sendo ela atuante na comunidade nesse sentido. Por isso, quando o Ilê Aiyê elege a sua Deusa do Ébano, a entidade está fortalecendo a cultura baiana através da afirmação da consciência negra e da manutenção das suas raízes. (ILÊ AIYÊ, 2018.)

A Noite da Beleza Negra é composta pela articulação de múltiplos elementos estéticos, simbólicos e culturais como a dança, os ritmos, a estética, a atuação e o discurso politizado das candidatas. O que se avalia é o espetáculo que a candidata oferece, portanto não há um padrão restritivo para medir a beleza das concorrentes, até porque "[...] para o Ilê, todas as negras são belas [...]" (ILÊ AIYÊ, 2004, p. 42).

Em concordância com essa afirmação, Daniela Santana (2018) expressa na abertura de sua dissertação de Mestrado intitulada Ilê Aiyê: interações entre arte, educação e cultura afro-brasileira, toda a representatividade que o concurso tem em relação aos demais, onde o corpo da mulher negra torna-se um templo sagrado, digno de respeito e reverência:

> [...] Aqui, as mulheres participantes não precisavam desfilar seminuas ou serem magérrimas, como na maioria dos desfiles de moda. Neste concurso, os principais requisitos eram saber dançar as músicas do carnaval daquele ano, saber a história do Bloco e a história da África (ao

> menos sobre os países, personalidades ou fatos históricos contemplados no tema do carnaval do ano em que as candidatas participavam). (SANTANA, 2018, p. 19)

Essa relação de respeito ao corpo da mulher negra, pode ser encontrado ao longo de todas as produções do bloco, onde não são apenas musas inspiradoras destituídas de personalidade e posicionamento político como as descritas em algumas composições, mas protagonistas em todos os setores de produção do bloco, desde a base da escola à diretoria da associação.

Leda Maria Martins prefaciando o livro de Júlio Tavares (2020) nos convida a pensar o que conceitua de Afrografia, "[...] Pensar o corpo como *lócus* de afrografia, de criação, disseminação, revisão e atualização de uma pletora de saberes que se inscrevem no e pelo corpo e como ali se produzem epistemes." (MARTINS, 2020, p. 8).

Podemos considerar que o *Ilê Aiyê*, através de seus desfiles, projetos sócio educativos e atividades culturais vem tecendo essa afrografia, na medida em que faz do corpo esse lugar de escrita da memória e da ancestralidade.

Todas essas ações se refletem nas práticas pedagógicas realizadas no Projeto de Extensão Pedagógica e consequentemente aos Cadernos de Educação e em especial à Escola Mãe Hilda, que transforma essas várias linguagens artística em instrumentos de ensino, que junto ao olhar atento das professoras potencializam a corporeidade das crianças, que são estimuladas através de atividades lúdicas de canto, dança, desenhos, pinturas, onde esses múltiplos elementos dialogam.

3 OS CADERNOS DE EDUCAÇÃO E A INTELECTUALIDADE NEGRA INSURGENTE

O objetivo desta parte é apresentar os processos que deram origem aos Cadernos de Educação, identificando os caminhos/encruzilhadas que possibilitaram o encontro e a articulação de um conjunto de intelectuais negros que compõem a equipe de produção do material. O intuito é compreender o contexto histórico no qual os Cadernos foram produzidos, como também, a importância de seus conteúdos no que é a construção de uma memória coletiva sobre a história das comunidades negras.

O início da produção didática dos Cadernos de Educação ocorreu em 1995, no mesmo ano que inaugurou do Projeto de Extensão Pedagógica (PEP), quando o Ilê Aiyê completava 20 anos de existência. Os Cadernos surgem a partir da organização e sistematização das pesquisas realizadas sobre os temas de carnavais e assuntos pertinentes à história e cultura negro-africana, se materializam em um instrumento pedagógico pela vontade do grupo em expandir os conteúdos produzidos dando-lhe uma funcionalidade prática.

A equipe que elaborou os volumes dos Cadernos foi composta por renomadas/os pesquisadoras/res, professoras/es, militantes, antropólogas/os e artistas, tais como a Prof.ª Dr.ª Ana Célia Silva, Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes Siqueira, profa. Makota Valdina Pinto, Prof. Dr. Jaime Sodré, a atual Secretária da Cultura de Salvador/BA, profa. Arany Santana, os artistas plástico J. Cunha e Osmundo dos Santos, conhecido artisticamente como Mundão, entre outros intelectuais orgânicos que contribuíram com o desenvolvimento do projeto, os quais voltaremos a abordar nesta dissertação. (PERIN, 2007, p.38)

As pesquisas realizadas sobre os temas dos desfiles de carnaval do Bloco auxiliavam diretamente o trabalho dos artistas, estilistas e compositores que a utilizam como suporte para a elaboração de suas composições musicais, estamparias e ala estética em geral, que são cuidadosamente construídas a cada ano. O compartilhamento das informações e a união da pluralidade de ideias dão origem às capas e ilustrações para o caderno, como informa o texto apresentado na Ocupação Ilê Aiyê no Itaú Cultural[13], a entidade "[...] usa de toda a sua poética e estética para aproximar os negros deles mesmos, de suas histórias e legados ancestrais, como um modo de enfrentamento social." (ITAÚ CULTURAL, 2018).

[13]'A exposição realizada em comemoração aos 45 anos do bloco, aconteceu durante o período de Outubro de 2018 a Janeiro do ano de 2019, no prédio do Itaú Cultural localizado na Av. Paulista no Estado de São Paulo.

Outro ponto que merece ser destacado é a preocupação estética que o Bloco tem em todas as suas produções, desde a pintura das paredes da instituição ao trançado dos cabelos de seus agentes, que se torna extremamente significativo, uma vez que se almeja construir uma autoafirmação por via do corpo. Conforme explicita Moreira (2012):

> Essa valorização estética visa à apreciação e reintegração do universo cultural e simbólico das culturas africanas e afro-brasileiras a partir do reconhecimento da África como uma das matrizes legítimas da cultura humana em geral e da brasileira em particular, sem se limitar a algumas marcas já folclorizadas. (MOREIRA, 2012, p.175)

Neste sentido, os Cadernos de Educação se destacam também, por trazerem a partir não apenas do conteúdo escrito, mas das ilustrações de J. Cunha e Mundão, um referencial positivado sobre o ser negro, fundamental para a construção da personalidade e identidade estético-cultural dos agentes que participam dos projetos educacionais da entidade. Tendo em vista, que tais estéticas oferecem a possibilidade de construírem narrativas divergentes das veiculadas pelos padrões oficiais racistas. (MOREIRA, 2013)

De 1995 a 2018 foram publicadas cerca de 22 versões dos Cadernos de Educação, materiais que têm sido alvo de constantes investigações em distintas áreas acadêmicas (PERIN, 2007; MOREIRA, 2012; MOREIRA, 2013; SANTANA, 2018;), devido à diversidade de linguagens e relevância dos temas que se propõe a abordar. Listamos abaixo os volumes existentes dos Cadernos de educação, destacando o ano em que foram produzidos e o tema abordado.

1995 – 1º Volume – Organizações de Resistência Negra
1996 – 2º Volume – Civilização Bantu
1996 – 3º Volume – ZUMBI 300 Anos
1996 – 4º Volume – A força das Raízes
1997 – 5º Volume – Pérolas Negras do Saber
1998 – 6º Volume – Guiné Conakry
1998 – 7º Volume – Revolta dos Búzios – 200 anos
2000 – 8º Volume – Terra de Quilombo
2001 – 9º Volume – África Ventre Fértil do Mundo
2002 – 10º Volume – Malês – A Revolução
2003 – 11º Volume – A rota dos Tambores do Maranhão
2004 – 12º Volume – Mãe Hilda – Guardiã da fé e da Tradição Africana
2005 – 13º Volume – Moçambique – Vutlari
2006 – 14º Volume – O NEGRO E O PODER "Se o PODER é bom, eu também quero o PODER".
2007 – 15º Volume – ABIDJAN – ABUJA – HARARE – DAKAR: Ah! Salvador se você fosse assim.
2008 – 16º Volume – CANDACES As Rainhas do Império Méroe
2009 – 17º Volume de Educação – ESMERALDAS A Pérola Negra do Equador

2011 – 18º Volume – MINAS GERAIS Símbolo de Resistência Negra

Observamos também que o 12º Volume dos Cadernos de Educação, intitulado Mãe Hilda – Guardiã da fé e da tradição, publicado inicialmente em 2004, ganhou duas novas edições nos anos de 2009 e 2018, assim como o 1º Volume – Organizações de Resistência Negra, que também tem uma segunda edição publicada no ano de 2018, quando se tornou parte do material de divulgação da Ocupação Cultural Ilê Aiyê, em comemoração aos 45 anos da entidade.

Como explicado anteriormente, muito desses Cadernos foram objetos de análise de diferentes pesquisas, destacamos aqui a de Rosemary Perin (2007), intitulada Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê: Um precursor das Diretrizes curriculares da Lei 9394/1996 (BRASIL, 1996), que observou a relação entre os conteúdos produzidos pelos Cadernos e os temas descritos pela Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo oficial.

Na dissertação de Perin (2007), os Cadernos analisados foram os volumes: I - Organizações de Resistência Negra; III- Zumbi 300 anos - Ilê Aiyê -21 anos; IV - A força das Raízes; V - Pérolas Negras do Saber e X - A Revolta do Malês. Para Perin (2007, p. 38), esses materiais pedagógicos oferecem conteúdos qualitativos e complementares, "[...] que não são contemplados no sistema oficial de formação para o magistério". São, portanto, materiais que têm suprido parte da ausência de conteúdos que tem sido extensamente denunciada por diferentes pesquisas, no que tange a atuação dos negros e africanos na história e formação brasileira, conforme é possível ler em: Pinto (1987); Silva (1995); Rosemberg (2003); Antunes (2018).

Em perspectiva semelhante, Anália de Jesus Moreira (2013) problematiza em sua tese de Doutorado, a falta de materiais didáticos adequados que contemplem as temáticas, alertando sobre a baixa circulação que tem o crescente número de pesquisas acadêmicas nas áreas. Neste sentido, observa que os Cadernos de Educação são para a Escola Mãe Hilda, "[...] instrumentos de forte repercussão pedagógica. Eles orientam as professoras e a coordenação da escola, subsidiando as aulas e os ciclos de aprendizado." (MOREIRA, 2013, p.58).

Apesar de servirem como um guia de orientação para os professores, Moreira (2013) aponta para a dificuldade de se encontrar nos escritos conteúdos que tematizem o corpo e o papel do corpo, essa relação se dá mais através da prática pedagógica.

Por sua vez, Ana Patrícia Lima Moreira (2012, p. 53) em sua dissertação apresenta um resumo dos 14 primeiros volumes dos Cadernos de Educação e discute a eficiência da pedagogia desenvolvida na escola Mãe Hilda no que se refere à "reconstrução dos distúrbios identitário" da população negra na educação. Cabe recordar que a construção identitária da população negra é marcada ainda hoje por práticas racistas que distorcem e associam a imagem e cultura africana a tudo o que é negativo. Todos esses estereótipos e estigmas afetam a forma como os negros se veem subjetivamente, como percebem aquilo que lhe é próprio, como bem reflete Fanon, em Peles negras, mascaras brancas (2008), causando um processos de adoecimento psíquicos através da negação de si e do auto-ódio.

Diante desse diagnóstico preocupante que atinge a maior parcela da população brasileira, Ana Moreira (2012) busca compreender de que forma os Cadernos de Educação podem oferecer subsídios para a construção de uma autoestima positivada, uma autoimagem e autoconceito que ressalte a dignidade do ser negro, para isso faz uso de diferentes recursos, entre eles o Projeto Político- pedagógico da Escola Mãe Hilda.

Tendo como panorama as pesquisas aqui apresentadas e respondendo as questões que elas nos provocaram é que nos propomos dar um maior aprofundamento acerca do processo de criação dos Cadernos de Educação e Análise dos volumes selecionados, considerando ser este um caminho ainda não explorado entre as pesquisas que se dedicam ao Bloco Ilê Aiyê.

Optamos por apresentar em linhas gerais a trajetória de alguns dos agentes envolvidos na produção dos Cadernos de Educação, buscando localiza as contribuições destes intelectuais no cenário baiano. Os dados levantados nos auxiliaram na compreensão dos motivos e intencionalidades que fizeram com que desenvolvessem esse material. Afinal o que moveu esse grupo a formular os Cadernos, qual é a necessidade de registrar essas memórias? Qual é a finalidade desta produção?

Para isso apresentaremos uma breve descrição dos dois volumes dos Cadernos de Educação que foram selecionados, respectivamente, o Vol. I – organizações de resistência negra (1995) e Vol. XVI- Candaces: rainhas do império Méroe (2008). Escolhemos esses temas por tornar inteligível a agência negra na história da sociedade Brasileira, por evidenciar a atuação das mulheres negras frente a importantes organizações sociais, educacionais, religiosa, culturais e políticas, que são pouco explorados pelos livros didáticos em sala de aula. Além disso, os dois volumes também foram utilizados no planejamento das aulas do ano de 2019, ano de nossas observações na instituição.

Os temas escolhidos estão intrinsicamente associados à práxis política e vida dos intelectuais que os produziu, portanto expressam suas escolhas feitas sob determinado contexto. Trouxemos para análise por considerar que os conteúdos por eles abordados reconstrói parte significativa de uma memória que foi silenciada, que impacta os processos identitário e a tomada de consciência coletiva. Por isso, supomos que os Cadernos de Educação têm também a finalidade de fazer emergir outras narrativas sobre a memória e história do povo negro-africano.

Além da análise dos Cadernos e da apresentação das trajetórias dos produtores, também realizamos entrevistas com membros que acompanharam de perto o Projeto de Extensão Pedagógica e as atividades realizadas pela Escola Mãe Hilda. Contamos com a colaboração da Professora Ana Célia da Silva, uma das educadoras do Ilê Aiyê, que no ano de 1998 ministrou o curso de formação promovido pelo PEP para cerca de 50 professores da rede pública, no bairro da Liberdade. Também realizamos entrevista com a Professora Maria Luísa Passos, que foi colaboradora dos programas educacionais do Ilê Aiyê, ambas desenvolveram a parte pedagógica dos Cadernos de Educação.

Neste primeiro momento, com base nos depoimentos, trataremos de narrar os momentos que antecederam essa produção. Como se deu os encontros entre os participantes dessa rede dos atores que construíram os Cadernos de Educação? De que forma os processos de formação acadêmica e o engajamento nos movimentos sociais negros que permeiam a vida desses agentes, impulsionaram a criação de projetos educativos antirracistas?

Realizaremos também uma breve apresentação sobre a trajetória dessa rede de pesquisadores que foram selecionados a partir da ficha técnica encontrada nos Cadernos de Educação e confirmados pelos depoimentos de nossas interlocutoras. Apesar de serem reconhecidos no cenário baiano e possivelmente nacional, decidimos por trazer a imagem de cada personalidade e um fragmento de sua história de vida, não sendo, portanto uma biografia.

3.1 Tem cor age: A Intelectualidade Negra Baiana.

Figura 4 - Professora Ana Célia presente na Segunda Marcha da Consciência Negra

Foto: Jônatas Conceição, Zumvi Arquivo Fotográfico, Salvador, foto analógica, 1981.

Ana Célia da Silva graduou-se em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia em 1968, desde muito cedo se atentou para as problemáticas que circunscreve a vida dos negros e negras brasileiros, engajou-se então na militância, participando ativamente dos movimentos sociais negros baianos nas décadas de 1970 até a atualidade. Após alguns anos dedicando-se as atividades políticas do movimento, Ana Célia é aconselhada por suas companheiras de luta, a retornar para a academia para discutir temas como a Discriminação dos negros nos livros didáticos de língua portuguesa em seu projeto de Mestrado (1988) e Doutorado (2001), ambos na área de Educação da mesma instituição. (SILVA, 2017)

A luta antirracista e a educação sempre estiveram alinhadas em seu caminho, as representações estereotipadas dos negros na História; a baixa estima das crianças; o mito da democracia racial e ideologia do branqueamento, foram temas que orientaram sua produção acadêmica e sua trajetória de vida, como é possível ver pelo pequeno resumo acima.

Ana Célia é uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado/BA em 1978, responsável por criar em 1981 o primeiro Grupo de Trabalho sobre educação no MNU intitulado Robson Silveira da Luz, em homenagem ao feirante que foi brutalmente torturado e assassinado pela ditadura militar, após ser acusado de roubar frutas em seu local de trabalho.

Em 1986, participou da criação e lecionou no curso de Introdução aos Estudos Africanos, no Centro de Estudos Afros Orientais (CEAO/UFBA), um dos primeiros na área. Produziu junto a seu irmão Jônatas Conceição da Silva, escritor e poeta, os Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógico do Ilê Aiyê em 1995, e também publicou uma série de poemas em edições dos Cadernos Negros em 1996, que denunciavam o contexto crítico que atravessa a vida da comunidade negra, vejamos um de seus poemas apresentado a seguir.

> Bebê a Bordo
>
> 'Que brilho é esse negro'?
> É o brilho do sangue no asfalto
> Dos bebês do Curuzu
> Negras crianças insurgentes
> Desesperadas, abandonadas.
> Negra juventude transviada?
>
> Seus frágeis corpos metralhados
> Seguem a bordo do grito de justiça,
> Espalhados pelo bloco afro e MNU
> Pelas ruas da Liberdade e Curuzu
> (SILVA, 1996)

O poema reflete o descaso e violência do Estado e suas instituições de segurança para com a população negra, que operaram através de necropolíticas, mecanismos racistas e excludentes enxergando os corpos não-brancos, não como sujeitos portadores de direitos, mas como alvos passíveis de serem exterminados. Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2020, produzindo o Atlas da Violência do ano e campanhas impulsionadas pela Anistia Internacional reforçam essa denúncia a respeito do genocídio da juventude negra brasileira.

De acordo com o Atlas da Violência de 2020:

> Desde 1980, mais de 265 mil crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos, sofreram homicídio, sendo que, a partir de 1991, o número de vítimas foi de pouco mais de 232 mil. Nos respectivos períodos, 179 mil e 164 mil crianças e adolescentes foram alvejados por munição de armas de fogo. (IPEA, 2020, p.32)

A denúncia da violência policial, do genocídio da população negra, da esterilização e violência contra as mulheres negras, os desdobramentos na área da educação, acesso a terras e trabalho após a falsa abolição da escravatura e o desmascaramento da farsa da democracia racial brasileira, delinearam as várias frentes de luta dos movimentos sociais

negros, e ainda hoje se fazem necessárias para pensar o lugar dos negros e negras na contemporaneidade.

A professora também foi membra Titular do Conselho Estadual de Cultura em 2007, compondo a Câmara de Política Sócio Cultura. Atualmente é professora Aposentada pela Universidade do Estado da Bahia, CAMPUS I, Departamento de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, militante do movimento de mulheres negras da Bahia e uma voz de grande respeito e importância para as novas gerações. (SILVA, 2017)

Através de depoimento oral da professora Ana Célia da Silva, pudemos costurar parte das tramas que permearam Salvador na década de 1970-1980, sua fala nos possibilitou responder alguns dos questionamentos tecidos ao longo da pesquisa, bem como compreender as condições de criação da rede de pesquisadores e militantes que compõem o PEP e outros projetos educacionais e movimentos sociais negros em Salvador.

Ao recordar de sua juventude na militância social, a professora nos contextualiza que foi o momento histórico quem possibilitou os encontros entres os intelectuais do PEP, que aconteceu em partes também com o retorno de seu irmão Jônatas Conceição, para a cidade de Salvador. No período em questão, os movimentos sociais negros voltavam a se organizar politicamente depois de anos de contenção, mas ainda sob a égide da ditadura militar. De acordo com o historiador Petrônio Domingues (2007):

> O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do "preconceito de cor" no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. (DOMINGUES, 2007, p.111).

Além de atuar na clandestinidade, muitos ativistas, militantes do movimento negro eram acusados de serem comunistas por posicionarem contrário ao regime vigente, motivo que dificultava a auto-organização. Outro desafio se pôs no campo ideológico, ao assumirem a tarefa de desmitificar o ideário da democracia racial presente na mentalidade social, que negava as desigualdades raciais existentes no país.

A professora Ana Célia conta que seu irmão Jônatas Conceição se encontrava em São Paulo na cidade de Campinas, onde cursava o mestrado no final da década de 1970, lá pode acompanhar o nascimento do Movimento Negro Unificado (MNU), que na época se intitulava Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR),

estando presente no ato inaugural que aconteceu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo no dia 7 de julho de 1978.

> [...] Ele volta para cá (Salvador) em 80 e já entra para o MNU. Ele já estava presente no MNU, lá de São Paulo, quando chega aqui ele vai militar no Ilê Aiyê pelo MNU. Ele se torna um dos diretores do Ilê Aiyê, junto com a professora Maria de Lourdes Siqueira, você já ouviu falar nela? Lourdinha foi minha orientadora de doutorado e diretora do Ilê Aiyê, era assim, os dois pesquisadores mais efetivos do Ilê Aiyê. [...] e assim foi se formando, de uma forma não intencional, esse grupo de pessoas que pensavam e escreviam, (SILVA, 2019).

Jônatas Conceição da Silva foi professor de Literatura Brasileira e Afro-Brasileira na Universidade do Estado da Bahia -UNEB – Campus XX – Euclides da Cunha. Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Militante do Movimento Negro Unificado (MNU). Diretor da Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê. Radialista do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia. Editor do Caderno de Educação do Ilê Aiyê e do jornal Nego do MNU. Membro do Conselho Editorial e um dos editores da Revista Outros Sertões UNEB. Autor de poemas publicados nos Cadernos Negros e escritor dos livros Miragem de Engenho (SILVA, 1984), Outras miragens (SILVA, 1989) e Vozes quilombolas: uma poética brasileira (SILVA, 2004), conforme levantamento realizado por Souza (2011).

Jonatas Conceição da Silva é um personagem importante para compreender a criação dos Cadernos de Educação e as manifestações política no final da década de 1970 em Salvador, voltaremos a falar sobre a trajetória dele de forma mais detalhada no desenvolvimento desta sessão.

Dando continuidade ao diálogo com a Professora Ana Célia da Silva (2019), somos apresentados a outros nomes de intelectuais que participaram da construção dos Cadernos de Educação e PEP. A educadora nos conta que:

> A ida de Jônatas para o Ilê Aiyê e depois Maria de Lourdes Siqueira, forma esse grupo dentro do Ilê Aiyê. E aí começam a chegar pessoas que somaram juntos tanto com os Cadernos, quanto com o Projeto de Extensão Pedagógico, que é Makota Valdina, que nós perdemos recentemente, uma pessoa importantíssima. Ela coordenou durante algum tempo a Escola Mãe Hilda; Lindinalva Barbosa, que é uma moça formada em letras, que trabalha no CEAO, ela agora foi para a biblioteca da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus; Jaime Sodré, que perdeu a esposa agora, uma pessoa maravilhosa, Lucinha. Jaime Sodré que é doutor em Educação; Jorge Conceição que já é falecido tem um trabalho muito importante, foi professor de geografia da Universidade Católica (UCSAL). Esse grupo se uniu lá no Ilê, no Projeto de Extensão

> Pedagógica, dando aula, formando professores nesses encontros quinzenais na escola Duque de Caxias e junto a isso, eles começam a trabalhar também os Cadernos (SILVA, 2019).

Neste depoimento, a professora Ana Célia nomeia alguns intelectuais negros que se articularam em torno de um projeto educativo emancipatório, de cunho antirracista, em meados da década de 1980. Ao situar a formação profissional de cada sujeito, a professora expõe o grau de qualificação e a diversidade de áreas de conhecimento presentes no grupo importante para seus empreendimentos ao longo de suas trajetórias, possibilitando não apenas a elaboração de uma visão crítica sobre a sociedade brasileira, como também uma leitura de mundo afro perspectivada, no sentido de terem como referência os sabres de matriz africana.

Em relação aos nomes citados, destacamos aqui a trajetória de Makota Valdina Pinto, uma liderança importante na luta contra a intolerância religiosa. A fotografia abaixo é de autoria de Ismael Silva, Fotógrafo, Antropólogo e Militante do Movimento Negro e Ambientalista de Salvador. Retrata a presença de Makota Valdina na XIV Caminhada pelo Fim da Violência e Intolerância Religiosa e pela Paz, organizada pela comunidade de terreiros situados no Engenho Velho da Federação, no ano de 2018.

Figura 5: Makota Valdina Pinto na XIV Caminhada pelo fim da violência e intolerância religiosa, pela paz, 2018

Fonte: Ismael Silva. Acervo pessoal, Salvador, foto digital, cedida e autorizada utilização pelo autor, 2018.

A caminhada realizou um trabalho social e político forte, ao denunciar ao violência cotidiana em relação às tradições religiosas de matriz africana, os ataques de grupos de igrejas neopentecostais, os impactos do racismo institucional promovido pelo Estado brasileiro ao não garantir o cumprimento das políticas públicas visando à integridade das religiões de matriz africana e indígena.

Conforme informa a matéria publicada pelo Jornal A Tarde, atualizada em dia 19 de março de 2019, Marcos Dias (2009) entrevistou Valdina de Oliveira Pinto, mais conhecida como Makota Valdina. Mulher negra, professora, líder comunitária e religiosa, nasceu e viveu no Engenho Velho da Federação, local com a maior concentração de terreiros de candomblé de Salvador, onde organizou a caminhada do povo de Santo, em defesa das religiões de matrizes africanas. Sua atuação na luta contra as intolerâncias religiosa e o racismo se deu desde a década de 1970, quando esta se iniciou no candomblé, ocupando o cargo religioso de Makota[14] no Terreiro de nação Angola, *Tanuri Junsara.*

Durante sua trajetória foi educadora popular lecionando na associação dos moradores do bairro e em sua própria casa, mesmo antes de concluir os estudos no antigo Instituto Educacional Isaías Alves (ICEIA). Recebeu diversas homenagens e premiação de organização como a União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO) de quem recebeu o Troféu Clementina de Jesus, o Troféu Ujamaa, do Grupo Cultural Olodum, Medalha Maria Quitéria, da Câmara Municipal de Salvador e o título de Mestra Popular do Saber, pela Fundação Gregório de Mattos. (DIAS, 2009)

Foi também protagonista do documentário intitulado MAKOTA Valdina: Um jeito Negro de ser e viver, dirigido por Joyce Rodrigues e estrelado em 2005, sendo um dos vencedores do primeiro Prêmio Palmares de Comunicação - Programa de Rádio e Vídeo. Em 2013, publicou sua autobiografia nomeada Meu Caminhar, Meu viver, cujo lançamento se deu no Forte da Capoeira no largo do Santo Antônio Além do Carmo, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI) e da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). O material poderia ser utilizado como mais um dispositivo influenciado pela lei 10.639/03, como informa o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IDERB) e a entrevista concedida ao professor Ubiratan Castro de Araujo. (PINTO, 2005)

Makota Valdina, também chegou a ser diretora da Escola Mãe Hilda e a participar efetivamente do PEP, pela sua experiência como educadora em escolas comunitárias e

[14] Assessora da Nengwa Nkisi (Mãe-de-Santo)

ativismo, conforme citado acima no depoimento de Ana Célia da Silva. Contribuiu também com a pesquisa e construção do Vol. IV - A Força das Raízes dos Cadernos de Educação.

Narrando sua experiência política na década de 1970-1980, Ana Célia da Silva nos conta como se aproximou do Movimento Negro Unificado em Salvador e os grupos que foram se formando a partir desses encontros. A educadora descreve um episódio em que o Sociólogo Albérico Paiva a convidou para participar de uma reunião do Grupo Negô que aconteceria na Praça da Sé, em frente ao Elevador Lacerda, local apelidado de Cemitério de Sucupira, devido a uma reforma realizada pela prefeitura da cidade.

> [...] Eu fui e então conheci os militantes fundadores iniciais, conheci Arany Santana... aí é tanta gente que eu não posso falar com medo de esquecer. Pessoas assim, a secretaria do SEPPIR, que foi reitora da UNEB, a primeira reitora negra, Ivete Sacramento! Conheci muita gente, Estela que é uma cantora, Jane que é psicóloga, Leib Carteado, geóloga, Lino Almeida, aquele povo todo. Godi, que tinha o grupo de teatro INARON, Lia, Gilberto Leal. Luiz Alberto, Luiza Bairros que chegam depois. E aí era grupo negô. (SILVA, 2019)

Com uma riqueza maior de detalhes, Ana Célia nos apresenta nomes de figuras históricas que compuseram o Movimento Negro Unificado da Bahia e que hoje são referências quando se pensa em políticas de ações afirmativas e discussões entorno das mulheres negras, do direito e acesso à educação, saúde, trabalho, etc. O depoimento mostra a diversidade de grupos e os espaços onde ocorriam as reuniões e movimentações políticas que permitiram a reflexão acerca do lugar do negro na sociedade brasileira.

A educadora também relata sobre o dia em que conheceu Lélia Gonzalez, "[...] o prefeito da época, Edivaldo Brito (ARENA), chama a Lélia Gonzalez para falar sobre o treze de maio. Lélia Gonzalez chega e fala sobre tanta coisa, sobre as revoltas negras, e nós ficamos encantados com Lélia Gonzalez" (SILVA, 2019, p.1).

Figura 6- Passeata contra a farsa do centenário da Abolição da Escravatura no Brasil.

Fonte: Rogério Santos, Zumvi Arquivo Fotográfico, Salvador, foto análogica,1988

A imagem documenta a passeata realizada em 1988, contra a farsa do Centenário da Abolição da Escravatura, os tensionamentos em relação à falta de iniciativas que promovessem reparação, de acesso e distribuição de terras, ao trabalho e educação, fatores ampliaram as desigualdades sociais e a inclusão dos negros na nova ordem social vigente.

Abordamos esse contexto por perpassar pela trajetória de muitos dos intelectuais aqui citados, que também constroem a história do Ilê Aiyê. Buscando conhecer as complexidades do período, perguntarmos a prof. Ana Célia, sobre a o impacto do surgimento do Ilê Aiyê na cidade de Salvador.

> Olha o Ilê Aiyê muda completamente a forma do povo negro se ver e se sentir em Salvador, porque ele vem com aquele projeto de Steve Biko coincidentemente no mesmo ano, na mesma década, Steve Biko falando lá da Beleza Negra e o Ilê começa falando também, sem conhecer um ao outro, isso é incrível... essa coisa espiritual! O Ilê vem falando da sua importância histórica e da sua beleza, da sua diferença e as pessoas começam a se vestir, começam a deixar o cabelo natural e começam a ir para os ensaios, tanto que o Ilê é de 74 e o MNU de 78. Mas a forma que o Ilê se comunicava com o povo era muito mais afetiva, porque aquela música que ele cantava, todo mundo repetia. Entendo, que algo ficou daquela música, tem dissertações sobre isso. É algo forte, inédito na Bahia, o Ilê tem uma importância imensa nessa mudança de se ver, na autoestima negra. (SILVA, 2019)

É perceptível pela fala da educadora, que havia uma distinção entre a forma de atuação do *Ilê Aiyê* em relação ao MNU. Enquanto o *Ilê Aiyê* elege a beleza negra como eixo para discutir questões estéticas-identitária que perpassam pela construção da

autoestima da população negra, o MNU traz como pauta a tomada de poder e espaços institucionais, no entanto, o bloco com sua via musical consegue envolver um público maior na cidade de Salvador.

Neste sentido, a fala de Lindinalva Barbosa[i15], concedida a nós no dia 5 de outubro de 2020, através da entrevista realizada via videoconferência, apresenta uma percepção similar ao exposto. Para ela, Jônatas Conceição, é a chave para entender a interação entre esses movimentos.

> Jonatas Conceição é uma personalidade muito interessante por vários motivos, por toda riqueza intelectual que ele tinha, por ser poeta que era, pela importância no movimento negro e no movimento cultural negro que tem uma diferença. Ao menos, tinha essa diferença muito marcado na década de 80, as organizações políticas eram políticas e as organizações culturais, culturais. Jônatas servia de ponte entre esses dois movimentos, porque ele era ativista e dirigente do MNU e também era diretor do Ilê Aiyê. (BARBOSA, 2020)

Trançamos outros nomes importantes de professores, pesquisadores e militantes que participaram da construção dos Cadernos de Educação, como o do professor Jônatas Conceição da Silva, que será apresentado na sequência. Utilizamos as fotos do Acervo Zumvi, organizado por Lázaro Roberto, como apoio para narrar esse contexto da década de 1970 – 1980. Assim, dialogamos com as reflexões tecidas por Boris Kossoy (1989) quando concebe a fotografia enquanto documento:

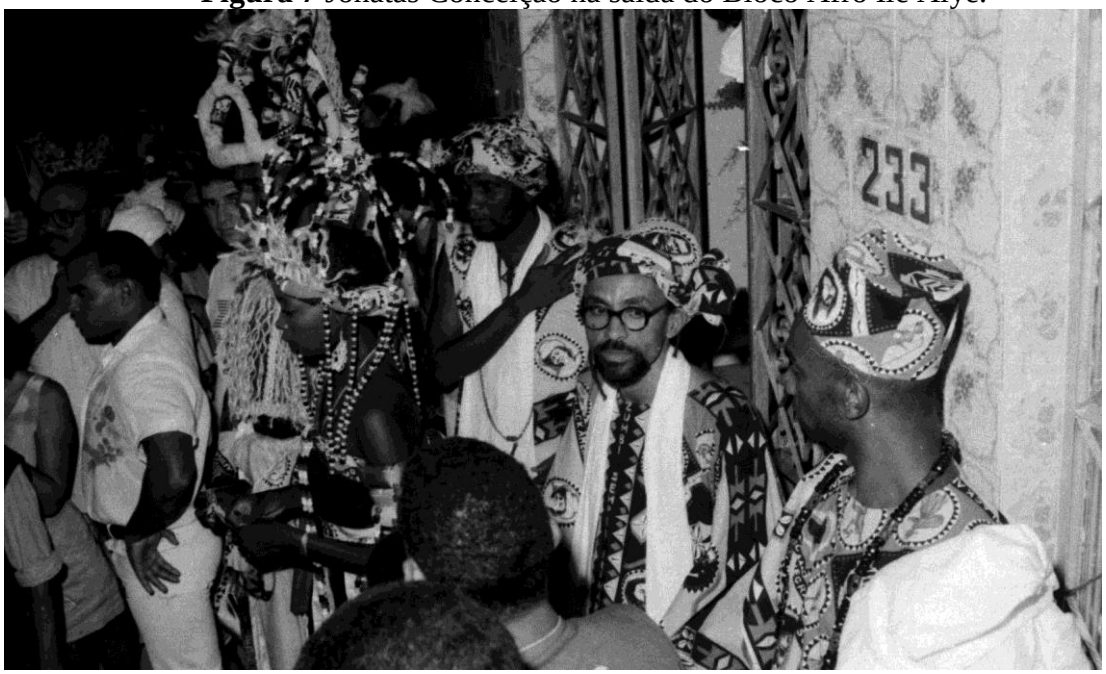
> Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem – escolhida e refletida – de uma ínfima porção de espaço do mundo exterior. É também a paralisação súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio: é, pois, o documento que retém a imagem fugidia de um instante da vida que flui ininterruptamente (KOSSOY, 1989, p. 101).

Em perspectiva similar, Sylvia Caiuby Novaes (2014), escrevendo sobre o silêncio eloquente das imagens, considera que a linguagem fotográfica tem a capacidade de expressar, comunicar, tocar na subjetividade de uma forma que a escrita não seria capaz de acessar.

---

[15] Lindinalva Barbosa é uma de nossas interlocutoras e será apresentada no decorrer do texto.

Figura 7 Jônatas Conceição na saída do Bloco Afro Ilê Aiyê.



Fonte: Lázaro Roberto, Zumvi Arquivo Fotográfico, Salvador, foto analógica, 1993.

Como escreve Marinilda Gomes dos Santos (2018), em sua dissertação intitulada Cartobiografia Poética de Jônatas Conceição da Silva (2018), é preciso compreender que, Conceição:

> Contribuiu significativamente com a inserção e difusão da escrita negra no cenário literário e político da Bahia. Um negro "aquilombado", como se autodenominava, que lutou e defendeu os direitos do seu povo, de ter acesso à educação de qualidade e que, acima de tudo, valorizasse a cultura e a história dos seus ancestrais. (SANTOS, 2018, p. 41)

Antes de se tornar coordenador dos Cadernos, Conceição teve ele mesmo que se pós-graduar em negritude como explicita em Vozes Quilombolas: Uma poética brasileira (SILVA, 2004), ao situar seu processo de busca por um saber não encontrado na academia, mas aprendido através dos movimentos culturais negros como as congadas, as marujadas, os blocos afros, afoxés e também nos terreiros de candomblé, a imersão nesse universo lhe ensinou muito sobre o que é ser negro no Brasil. Nesta mesma obra, Conceição declara:

> Quando voltei a morar em Salvador, a partir de outubro de 1979, comecei a fazer a opção, a coisa certa, que as mesmas forças ocultas que me levaram para o ato do MNU, queriam que fizesse. Dedicar-me, completamente, para o processo de reconstrução e consolidação do Movimento Social Negro. (CONCEIÇÃO, 2004, p. 16)

A dissertação de Santos (2018) também nos auxilia a alargar a compreensão sobre a trajetória e o ativismo de Jônatas Conceição em Salvador, detalhando a história iniciada pela Professora Ana Célia da Silva. Santos (2018) sintetiza:

> Desde que voltou de São Paulo em 1979, após concluir o mestrado em linguística, integrou-se imediatamente ao bloco afro Badauê, no qual permaneceu até 1980. No ano seguinte passou a fazer parte do OLODUM e a partir de 83 integrou-se ao Ilê Aiyê, permanecendo fisicamente até o último dia de vida e eternamente na memória e na história do Ilê. Além do MNU-SP, Conceição também participou do Movimento Negro Unificado de Salvador, coordenando o jornal do MNU, jornal NÊGO de 1980 até 1990. Em parceria com outros militantes, Ana Célia da Silva, irmã de Conceição, Gildalia Anjos e Carlos Menezes, criou em 1981 o primeiro grupo de trabalho de educação do MNU, o GT Silveira da Luz. Em parceria com outros poetas baianos, como José Carlos Limeira e Nivalda Costa, organizou o Grupo de Escritores Negros de Salvador (GENS). Em 1998 e 2000 editou, junto com Lindinalva Barbosa, dois volumes da Coletânea Quilombo de Palavras, publicados pelo CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais – UFBA. (SANTOS, 2018, p. 76)

Na imagem abaixo estão presentes algum dos militantes citados por Santos (2018), como o ativista Carlos Menezes com as mãos cruzadas a frente, o professor Antônio Cosme Onawale, segurando um copo próximo a pilastra e Jônatas Conceição, no lado direito da imagem, reunidos em comemoração ao 13 anos de MNU, na sede localizada no bairro do Curuzu.

Figura 8: Comemoração dos 13 anos do M.N.U. Em sua sede no Bairro do Curuzu.

Fonte: Lázaro Roberto, Zumvi Arquivo Fotográfico, Salvador, foto análogica, 1991.

.

Jônatas Conceição se apropria de uma multiplicidade de linguagens e as utiliza como forma de transmitir o conhecimento, não se restringindo ao modelo formal de ensino. Além das práticas culturais em si, Jônatas difundia o conhecimento por meio da radiocomunicação, sua forte atuação no Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), em quadros como o Fala Crioulo, que apresentava entrevistas com membros do movimento negro, cumpria papel decisivo no que é a divulgação das ideias. O mesmo se reflete no Programa Tambores da Liberdade, criado em parceria com o Ilê Aiyê e outros blocos como o Olodum e Malê de Balê, o que hoje é a Rádio Educadora. (SANTOS, 2018)

Em sua trajetória a militância e a academia caminhavam de mão juntas, dedicado aos estudos da literatura afro-brasileira e aos projetos socioeducativos, Conceição preocupava-se com a escrita e preservação da memória das populações negras, contribuindo também com o arquivo fotográfico ZUMVI ao lado do fotógrafo Lázaro Roberto, que documentou a memória histórica do movimento negro em Salvador, formando hoje um acervo com mais de 20 mil negativos que narram à atuação de vários agentes. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa conversamos com o Fotógrafo Lazaro Roberto, que nos concedeu tais informações e as imagens exclusivas utilizadas nessa sessão.

O letramento racial de Jonatas se deu na luta, ao lado de grandes mulheres, como a historiadora Maria Beatriz Nascimento, com quem dialogava sobre a poética dos quilombos, como pode ser conferido em seu acervo depositado no Arquivo Nacional. (RATTS; GOMES, 2015)

A ministra Luiza Bairros foi outra militante do movimento social negro e de mulheres negras, uma liderança expoente na luta contra o racismo e o sexismo que também esteve presente na trajetória de Conceição, sendo sua esposa por aproximadamente uma década. Luiza saiu do Rio Grande do Sul e veio a Salvador pela primeira vez em 1974, mesmo ano em que nascia o Ilê Aiyê, ficou encantada ao ver a efervescência do mundo negro que se espalhava pela avenida retornou para ficar de vez na cidade em 1978. Uniu-se a outras mulheres entre elas Ana Célia da Silva para formar o grupo de mulheres do MNU em 1981 e realizaram a peça teatral *Iyá* ou Anônimas Guerreiras Brasileiras em 1982 como primeira marca desse grupo. (MAGALHÃES; FREITAS, 2016)

Figura 9: Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado. Apresentando a peça teatral. Iyá ou Anônimas Gerreiras Brasileiras.

Fonte: Jônatas Conceição, Zumvi Arquivo Fotográfico, Salvador, foto analógica 1982.

Conceição iniciou outro mestrado em literatura pela Universidade Federal da Bahia vinte anos após retornar para Salvador, chegou a iniciar o Doutorado em Letra pela mesma Universidade, mas foi interrompido devido ao seu falecimento em 3 de abril de 2009. Um dos grandes legados deixado pelo intelectual diz respeito à possibilidade concreta de se construir projetos voltados para a formação em educação pluricultural, onde os conteúdos realcem o processo civilizatório africano e suas culturas, assim como as contribuições dos africanos escravizados e libertos, para a construção do Estado Brasileiro. (SANTOS, 2015)

A trajetória de Jônatas nos ajuda a compreender os temas escolhidos para os Cadernos de Educação e as intencionalidades que há por traz da produção que é fruto das pesquisas realizadas sobre os temas de carnaval do Ilê Aiyê, mas também do contexto político vivenciado por esse agente junto ao movimento negro.

Cada tema escolhido para os volumes estão presentes em sua práxis política e nos embates políticos e ideológicos dos quais participou, isso se reflete no I volume – Organizações e resistência negra, que resumidamente apresenta variadas formas de organizações sociais negras. Ao analisar a trajetória de Jônatas Conceição, percebe-se sua passagem por muitas dessas organizações, seja o candomblé, as congadas e marujadas, o bloco afro, o MNU, territorialidades importantes para a formação social da população negra

e por isso a necessidade de serem conhecidas e reconhecidas enquanto esses lugares de potência.

O mesmo pode ser observado em relação a escolha do XVI Volume - Candaces: Ranhas do Império Méroe, a convivência com as muitas mulheres militantes do movimento negro e a presença dessas na produção dos Cadernos de Educação e coordenação dos Projetos de Extensão Pedagógico, também nos da pista sobre a necessidade de narrar a presença e organização política das mulheres na história.

Figura 10: Diretoria do Ilê Aiyê, 2018.

Fonte: Itaú Cultura, Salvador, 2018.

Na fotografia estão presentes parte dos diretores do bloco, da esquerda para a direita, em pé estão, Edson Tobias, Edmilson Lopes e Osvalrízio do Espírito Santo. Sentados estão os diretores mais velhos, Dário da Pascoa e Maria de Lourdes Siqueira. Todos estão com roupas brancas e algum adereço com a estampa do bloco em frente ao portão de entrada da Senzala do Bairro Preto. O ambiente é marcado por duas paredes com azulejos vermelhos nas laterais, a iluminação e o ângulo pouco abaixo da estatura dos integrantes dão destaque à presença humana, demonstram a autoridade dos membros.

Conforme informações contidas no currículo disponíveis na Plataforma LATTES do CNPq, Maria de Lourdes Siqueira é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1964, especializada em Comunidades Latino Americanas pelas

Nações Unidas e Centro Regional de Educação, em 1967. Mestre em Ciências Sociais pela PUC São Paulo, em 1986, Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1992 e Pós-doutora pela *University Of South Africa*, em 2000 e pela *University Of London School Of Orient And African Studies*, em 1998. É funcionária aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e foi Conselheira do Conselho de Promoção da Igualdade da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Atuou ao longo da década de 1970 no MNU e no Ilê Aiyê, participando ativamente na construção do Projeto de Extensão Pedagógica (PEP) e na direção da associação Carnavalesca como pode ser visto no encarte dos cadernos.

Publicou uma série de títulos relacionados à ancestralidade, cultura e intelectualidade negra, como os livros *Agô*, *Agô Lonan*: mitos, ritos e organização de Terreiros de Candomblé na Bahia (SIQUEIRA, 1998), Imagens Negras: ancestralidade, diversidade e educação (SIQUEIRA,2006), os livros publicados pela Editora Mazza, Zumbi dos Palmares em pareceria com Marcos Cardoso (SIQUEIRA; CARDOSO, 2010), N´ASSYSIM: a íris dos olhos da alma africana: saberes africanos no Brasil (SIQUEIRA, 2010), sua autobiografia intitulada À Flor da pele: História dos mundos por onde andei (SIQUEIRA, 2018), entre outros.

A professora Maria de Lourdes Siqueira acompanhou a produção dos Cadernos de Educação desde o início de sua criação, tendo um histórico de participação expressiva na construção destes. Entre os volumes que contam com suas pesquisas diretas estão: O Volume 2 - Civilizações Bantu, publicado em 1996; Volume 11 - A rota dos tambores do Maranhão, publicado em 2003; Volume19 - Minas Gerais Símbolo de Resistência Negra, publicado em 2011, entre muitos outros. Observamos que todos os cadernos produzidos após o falecimento de Jônatas conceição, se baseiam exclusivamente nas pesquisas produzidas pela Professora.

Ao explanar sobre a produção dos Cadernos de Educação em entrevista, a professora Ana Célia, da Silva (2019) destaca a grande contribuição de Maria de Lourdes Siqueira e Jonatas Conceição, esses que foram os grandes pesquisadores e responsáveis por sistematizar as pesquisas realizadas sobre os temas de carnaval.

> Esses Cadernos de Educação tinham uma série de coisa importante, de histórias importantes, entrevistas, toda a fundamentação do tema de carnaval daquele ano para as pessoas entenderem o que eles estavam mostrando na rua. Eu digo na minha biografia que o Ilê Aiyê fala de tudo o mais importante que aconteceu neste país e a partir deles as pessoas começaram a conhecer os países da África. E verem que a África não era só um pedaço, que haviam vários países na África. E ai, foi esse trabalho

> de cantar os países africanos, e depois a cultura de vários países e a cultura daqui, as revoltas negras daqui. Todo esse trabalho é discutido na diretoria diante o tema, e esses pesquisadores, pesquisam, fazem um texto muito bem elaborado, os compositores estudam esse texto e ai é que saem às músicas. E esses cadernos de educação saíram às músicas e as fundamentações teóricas dessas músicas.
>
> Depois Jônatas nos pediu a companheira dele, Maria Luísa Passos dos Santos, que é pedagoga também e escreve. Pediu a mim e a ela para fazer a parte pedagógica dos exercícios para que os professores atuassem com as crianças em sala de aula. E nós fizemos. Sempre no fim do caderno tem uma série de coisas para as crianças fazerem. Esse é o caderno de educação do Ilê. Ele existiu com maior efetividade até 2009, Jônatas morreu em 2009, depois ele saiu dois ou três anos, acredito que agora ele não esteja saindo mais. Ele perdeu um pouco do conteúdo com a saída de Jônatas e com o retorno de Lurdinha para o Maranhão, Codó. (SILVA, 2019)

Silva (2019) nos mostra através de seu depoimento que os Cadernos de Educação além de terem sido escritos por pessoas extremamente qualificadas e capacitadas no que tange a formação acadêmica e experiência de vida, também cumpriram a função essencial de introduzir e disseminar os conhecimentos sobre África nas escolas comunitárias dos bairros periféricos de Salvador. Maria de Lourdes Siqueira ao lado de Jonatas Conceição da Silva transformaram toda a poética narrativa das músicas dos blocos, que por si só já são potencialidade formativa, em materiais didáticos pedagógicos, conhecimento sistematizado, ampliando os espaços de atuação e formação do Bloco.

Ana Célia da Silva (2019) fala em seu depoimento da importância da presença da Professora Maria de Lourdes Siqueira no Programa de Pós-graduação em Educação na UFBA, no que se refere a inserção de linhas de pesquisas intitulada Educação, Cultura e Arte e alunos negros neste espaço institucional. A inclusão desses novos atores sociais trouxe mudanças nos modos de se pensar e fazer ciência, mudanças nos temas e sujeitos de pesquisas que passaram a produzir com base em outras epistemologias diferentes da eurocêntrica o que vai impactar na produção dos Cadernos.

Silva (2019) cita a produção de Elias Guimarães (2001), seu colega de Curso, que também estudou as práticas pedagógicas do Ilê Aiyê, a presença do professor Marco Aurélio Luz e Nascimara Luz pessoas importantíssimas que deram continuidade a sua formação acadêmica quando Maria de Lourdes se ausentou para realizar o pós-doutorado

> [...] Outra pessoa importantíssima que é o professor Edvaldo Machado Boaventura, uma pessoa queridíssima, queridíssima mesmo, que morreu ano passado e que nós faltamos morre junto com ele, de tanto chorar. Ele

> é assim, dentro da universidade federal da Bahia, na educação, a pessoa que mais segurou junto com Lurdinha. Essa questão da inserção das pessoas negras para a pós-graduação. [...] Edvaldo Boaventura, através de Eugenia Lucia, que era amiga de Arany Santana, diretora do Ilê Aiyê e hoje secretária da cultura da Bahia. Eugenia Lucia começa a ir para o Ilê Aiyê e cria um projeto chamado o terreiro, a quadra e a roda.
> (SILVA, 2019)

O projeto O terreiro, a quadra e a roda: formas alternativas de educação da criança negra em Salvador (2004) tornou-se uma obra organizada e publicada pelo professor Edvaldo Boavetura e Ana Célia da Silva (BOAVENTURA; SILVA, 2004), pois sua idealizadora Eugenia Lúcia, veio a falecer, um episódio triste, muito sentido por esses intelectuais, que resolveram então dar continuidade a pesquisa deixada. O livro compreende diferentes artigos sobre projetos educativos realizados na cidade de Salvador, e enfatiza os processos educativos construídos dentro dos terreiros de candomblé, nas quadras dos blocos afros e rodas de capoeira.

Figura 11 - Maria Luísa Passos, 2019.

Fonte: Fafá Araújo, Acervo pessoal, Salvador, cedida e autorizada utilização pelo autor 2019.

Fafá (Josefá) Araújo é fotógrafo, pedagogo e militante do movimento negro em Salvador. Seu trabalho consiste na documentação da memória da população negra, especialmente do povo de santo e dos blocos afro. Conforme informa o fotógrafo, essa imagem foi feita em um momento casual no restaurante da Alaíde do Feijão. Nesse dia, houve o encontro de diversas mulheres, onde instituíram um grupo de confraternização entre elas chamada Afetos Poéticos, que aconteceria toda sexta-feira naquele local. A fotografada aparenta estar muito alegre com o encontro, está vestindo uma camiseta branca

grafada de dourado a palavra *Alàáfià* termo em *yorubá* que poderia ser traduzido pela expressão caminhos abertos, acompanhado por um lenço azul e colar dourado. Então presumimos que estava celebrando o conquistado e o poder de organização das mulheres

De acordo com informações fornecidas pelo currículo Lattes disponibilizado na plataforma do CNPq, Maira Luísa Passos é, professora, Pedagoga, escritora de contos e poesias, trabalhou no Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, especificamente nos cursos profissionalizantes. Entre os anos de 2006 a 2008, desenvolveu atividades em comunidades populares através do Programa Conexões de Saberes da Universidade Federal da Bahia. Lecionou no curso de formação de Professoras Alfabetizadoras do Fundo de Inclusão Educacional das Mulheres Afrodescendentes (FIEMA) no CEAFRO, Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero, que foi coordenado por Vilma Reis, liderança importante para as comunidades negras de Salvador. Também atua na Formação de educadores e educadoras da rede municipal de Salvador e Maragogipe para a implementação da lei 10.639/03 e 11.645/08.

Maria Luísa Passos é uma de nossas interlocutoras nesta pesquisa, a professora nos acolheu em sua residência no dia 10 de Julho de 2019, no início do dia, onde nos contou mais sobre sua história de vida, que atravessa por meio de várias vias o campo da Educação. Para além das titulações acadêmicas e profissionais, Maria Luísa Passos se apresenta a partir de seu território originário, o bairro Alto das Pombas, que orienta toda a sua formação enquanto pessoa.

> Sou da comunidade do Alto das Pombas, venho para o Engenho Velho em 1995, depois que me casei. Considero que minha relação de vida, de infância no Alto das Pombas é bem o que me deu régua e compasso para o mundo, as referências de família, de ser nascida e criada numa avenida onde todos nós éramos família, da fortaleza de minha avó, enquanto pessoa humana, enquanto mulher de candomblé. Enquanto matriarca mesmo, aquela que rezava as crianças, que fazia o caruru de São Cosme, aquela que era conselheira. (PASSOS, 2019)

No depoimento de Passos é possível observar o bairro onde cresceu, a comunidade e sua família referenciam sua formação enquanto pessoa. Quando a participante se refere a "Avenida", trata-se de um beco com várias casas construídas, geralmente de um único proprietário que aluga ou de uma família que vai construindo de acordo com suas possibilidades. Isso é importante para as comunidades negras, pois elas representam à primeira unidade de pertencimento e construção da identidade.

A presença das mulheres mais velhas, que detém as tecnologias ancestrais de cura, os valores e costumes que formam a comunidade exercem um papel importante na construção de sua identidade, que está alinhada aos conhecimentos de matriz africana. A educadora expõe também a necessidade de valorização dos saberes locais, dos grupos não hegemônicos e reflete sobre os estigmas e intolerâncias que recaem sobre a cosmologia negro-africana.

> O que é relacionado às nossas referências de matrizes africanas é sempre tido como o do mal, como inferior, como o que não presta! Então, eu fico pensando em como essas relações se delinearam dentro de mim, para que também me constituísse a pessoa que sou, né, de pensar que há um lugar no mundo para todas as pessoas, independente de quem elas sejam, ou, de onde elas venham, mas que principalmente a gente tenha assegurado o nosso lugar pautado pelo pertencimento de identidade negra. (PASSOS, 2019)

Desde a década de 1930, o candomblé e outras religiões negras têm sofrido contínuos atos de violência, que vão desde a proibição do culto, a "[...] perseguição, invasão de terreiros, espancamento e prisões abusivas de seus adeptos", estas práticas racistas e discriminatórias ainda hoje ocorrem com o aval do Estado e suas instituições jurídicas e de ensino. Por mais que a constituição federal de 1988 declare o direito à liberdade religiosa e a laicidade do Estado, o que se presencia é a sobreposição das religiões cristãs, católicas e protestantes que se impõe como hegemônica sobre as demais. (PIRES; MORETTI, 2016, p. 6)

Quando pensamos a relação ente racismo e intolerância religiosa, observamos que a escola é um espaço privilegiado para a sua atuação. Não é raro os casos de alunos candomblecistas que foram impedidos de frequentar aulas dada a suas vestes brancas e guias em momento que estão cumprindo suas obrigações, ou que foram tratados como macumbeiros por colegas e funcionários, para não falar dos professores que ora se negam a lecionar conteúdos que abranjam essa matriz religiosa, contribuindo com a manutenção de um projeto colonizador, haja visto que a internalização de imagens depreciativas sobre seu próprio grupo é um da das formas mais eficazes da dominação. (FANON, 2008)

Luísa Passos reflete sobre a coexistência de mundos diferentes e nos lembra do dialogo proposto por Boaventura de Souza Santos (2006) e Nilma Lino Gomes (2017), quando tratam da Pedagogia da Ausência e da Ecologias de Saberes, no que se refere a necessidade de trazer as vozes de atores que foram historicamente silenciados, como o diálogo entre os diferentes campos de conhecimento, sejam eles cientifico ou populares

> Eu concluo o magistério em 94, e em 95 sou chamada para trabalhar na Escola aberta do Calabar. Ela é uma escola de uma história extremamente fundante, construída pela comunidade, com currículo próprio. Então, chegar à Escola Aberta do Calabar no ano de 95, que é muito antes das leis 10.639 e você ter conteúdos falando de Zumbi, de Dandara, de você ter as mais Velhas da comunidade dentro da escola, tendo espaço e voz, espaço de fala... Você ter uma escola que tinha uma horta, onde o cuidado era coletivo, que aquelas hortaliças eram utilizadas na alimentação das crianças e jovens, é você ter essa escola fundada com uma história importantíssima para a manutenção do pertencimento territorial das comunidades do Calabar e do Alto das Pombas. (PASSOS, 2019)

Passos (2019) nos apresenta a experiência de uma escola comunitária a qual fez parte no ano de 1995, que já abordava conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira, assim como a Escola Mãe Hilda. As semelhança entre ambas instituições não se restringe ao currículo pluricultural, que como define Gandotti (2012, p.7): "[...] engloba todas as ações e relações da escola; engloba o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas e considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo", mas a forma com o processo educativo é elaborado, pensado e orientado de acordo com as necessidades da comunidade.

> Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a também, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. (GANDOTTI, 2012, p.7)

Diante dos relatos aqui expostos, percebe-se que as discussões em torno de uma educação plural, que contemplasse o processo civilizatório africano já estavam presentes nas experiências das escolas comunitárias nos bairros periféricos de Salvador. Desde a década de 1990, essas instituições se espalharam por diversos bairros da cidade, temos a escola Maria Eugenia do terreiro Ilê Axé Opó Afonjá no bairro do Cabula, a Escola Luiza Mahin na península de Itapagipe/Ribeira, entre outras escolas que além de contribuírem com o processo formativos de crianças e jovens, oferecem uma rede de afeto, que é fortalecida pela coletividade.

Maria Luísa Passos também lecionou no CEAFRO/UFBA e no PEP do Ilê, através de formações voltadas para os professores da rede municipal de Salvador, como já foi citado nessa pesquisa, um dos colégios participantes foi o Duque de Caxias. Essas

experiências não se deram de forma isolada, haviam outras iniciativas semelhantes realizadas por distintas organizações.

Passos nos conta sobre seu processo formativo enquanto educadora e as experiências pedagógicas que teve em turmas no projeto do CEAFRO/UFBA.

> [...] O CEAFRO tinha um diferencial extremamente significativo que era um programa dentro da Universidade Federal da Bahia concebido e gestado por mulheres negras. Naquela época, o CEAFRO tinha Valdeci Nascimento, que hoje é do instituto Odara, tinha Prof. Silene Arcanja, professora da UNEB, tinha Isabele Sanches, também da UNEB, Vilma Reis, Nádia Cardoso que defendeu o doutorado recentemente em Políticas Públicas, Professora Alicia Barbosas. Era um núcleo de mulheres pensando uma educação para as relações etnicorraciais e pensando em formas de aplicabilidade desse formato diferente de Educação dentro das Escolas. Paralelo a isso nós tínhamos formação profissionalizante para Jovens, onde concomitante a esse conteúdo de profissionalização, a gente dialogava com as questões etnicorraciais, de gênero e também de pessoas com deficiências. Estive no CEAFRO de 1999 à 2009. [...] Antes de a gente ir fazer formação, seja em comunidades quilombolas, na juventude, no grupo de mulheres, seja na secretaria municipal de educação, nós estudávamos o conteúdo e dávamos aulas a nós mesma, tínhamos o cuidado de ir em dupla, porque era uma sustentando o que a outra dizia e fazendo a costura, arrematando, pensando uma metodologia que desse conta de que aquele conteúdo chegasse até a pessoa de modo que a pessoa percebesse que aquele conteúdo nunca esteve longe dela.(PASSOS, 2019)

Pelo depoimento é possível observar que a presença de mulheres negras frente a formação educacional foi continua. No que se refere a sua prática docente, a educadora Passos nos informa que utiliza uma metodologia intitulada de mercado africano, que consiste numa dinâmica onde inicialmente os alunos trazem suas impressões em relação ao continente africano, normalmente associada a referências negativas, e a partir de objetos dispostos na sala de aula, os alunos são convidados a se reaproximar e identificar através de sua memória o quanto as práticas e costumes africanos estão presente em seu dia a dia, esse exercício possibilitou uma mudança na reconstrução de um imaginário sobre África.

> E essa dinâmica do mercado africano, ela tinha uma magnitude porque era uma das primeiras atividade que nós disponibilizávamos na sala Peneiras, Imagens de mulheres negras, imagens de avós, cantigas de roda, objetos que a gente usa no cotidiano, colher de pau, balaios, CDs, tecidos, fantasias de Blocos afros, banners diversos com caras de pessoas negras com integridade, com estereótipo de humanidade, e a gente convidava o grupo a pegar o objeto que mais se identificasse e depois cada um e cada uma ia relatar para o grupo o porquê pegou aquele objeto. Era impressionante perceber como os relatos eram sempre pautados por memórias de infância e adolescência. (PASSOS, 2019)

Essa dinâmica se propõe o exercício de refletir sobre a forma como nos relacionamos com as referências de matriz africana, a partir da memória e vivências familiares vão se reafirmando laços de pertencimento que permite os alunos enxergar beleza na cultura em que outrora se viam em negação.

Passos (2019) também expõe que o período da infância e da adolescência são cruciais para a materialização dessa memória, uma vez, que esse também é um período em que as discriminações raciais são constantemente reforçadas, sejam pelas escolas e demais instituições sociais.

> [...] depois a gente vinha com a costura dizendo que a África sempre esteve na vida delas, porque aquelas referências de religiosidade, de aspecto de vida, do modo de se relacionar são referências pautadas por esse marco civilizatório africano. Isso era muito importante, porque a pessoa conseguia perceber, no caso, educadores, educadoras, educandos, conseguiam perceber de como aquela presença da cosmovisão africana estava dentro de si como algo importante, mas que o contexto social e histórico de negação, de alijamento dessa cultura, sempre fez com que a pessoa visse aquilo como algo negativo. (PASSOS, 2019.)

O reconhecimento das opressões e processos de dominação é fundamental quando se pensa em promover uma educação reflexiva e emancipadora, que capacite seus alunos a refletir sobre o seu estar no mundo.

O depoimento de Maria Luísa Passos (2019) nos remete as discussões em torno do que Boaventura de Souza Santos (1995) chama de Epistemicídio, um instrumento de dominação étnico/racial, que se constitui através da negação de outras formas de conhecimento, geralmente produzidos por sujeitos não hegemônico, que não são legitimados enquanto produtores de conhecimento .

> [...] o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).” (SANTOS, 1995, p. 328).

Como coloca Sueli Carneiro (2005) em sua tese de doutorado, todo esse processo está estritamente relacionado a construção do Outro como um não-ser, o epistemicídio

como modus *operandi* do empreendimento colonial, renega a diversidade cultural, define o tipo de inclusão ou exclusão desses Outros na sociedade, por isso tem-se a necessidade de romper com esses paradigmas. Passos também destaca a importância de Projetos como o do CEAFRO para pensar a educação desse lugar de pertencimento, a partir da inclusão de outras vozes.

> [...] Outra coisa que considero importante daquele momento, era você ter um núcleo dos mais velhos e mais velhas que eram os nossos formadores, você ter Makota Valdina, Julio Braga, a própria mãe Hilda Jitolú, com suas referências de matriarca e iyalorixa. É você ter esse núcleo onde nós bebíamos dessa fonte, e até os próprios mais velhos e mais velhas da constituição do movimento negro que é Vanda Machado, Ana Célia da Silva, próprio Jonatas Conceição da Silva, penso que foi muito importante. Importante também é o trânsito desse diálogo entre saber popular, religiosidade e a academia. Então, é estar dizendo para a academia: "olha, você por si só não se sustenta", academia sem diálogo com a comunidade, sem diálogo com o saber popular, ela é algo que não vai dar conta de existir. (PASSOS, 2019, p. 5)

Pensar na construção de outras epistemologias que não hierarquizem os conhecimentos produzidos pelos grupos dominados, mas que os considerem tão válidos quanto o conhecimento até então legitimados. É um movimento necessário para ampliar as concepções de mundo, mostrar a pluralidade de saberes, de cosmologias que oferecem pilhares ara um convívio harmônico das diferenças. É preciso também, reconhecer o papel do movimento negro na construção dessas novas epistemologias. (GOMES, 2017)

Assim como, outras interlocutoras desse trabalho, a relação de Luísa Passos com o *Ilê Aiyê* é marcada pela admiração e se inicia com sua participação nos desfiles de carnaval. A educadora recorda dos tempos em que o cortejo ocorria no Centro Histórico, antes de ser transferido para o circuito do Campo Grande e orla marinha.

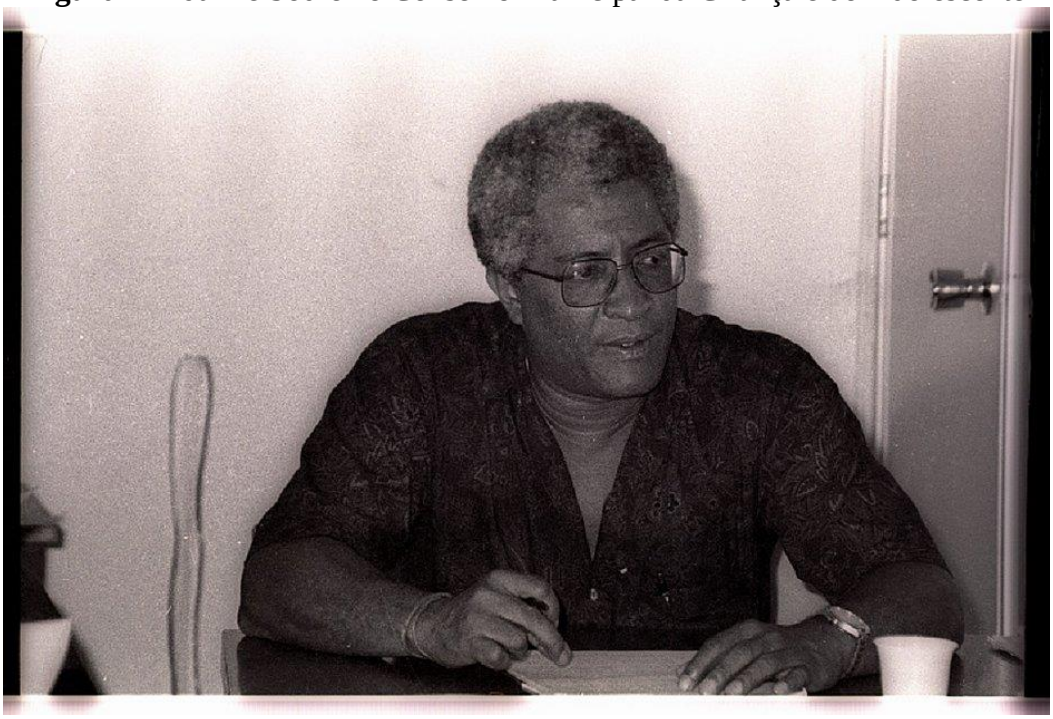
> [...] eu começo a sair no Ilê Aiyê com 15 anos de Idade, e antes disso eu tinha visto o Ilê Aiyê sair na avenida pela primeira vez com meus primos, tinha uma tradição que as comunidades ficavam em determinadas ruas, quem era do Alto das Pombas ficavam próximo a Igreja do Rosário, no centro da cidade. Lembro um ano que o Ilê Aiyê passou e eu lá com os meus primos, muito ousada, devia ter uns treze ou quatorze anos, mas a gente tinha essa tradição de ir para os sambas de roda, de ir para os ensaios de bloco afro. Blocos em geral, Apache, Tupy, Secos e Molhados, os sambas juninos, e ai tô eu lá, e de repente me aparece aquele bloco com aquele mundo de gente tudo linda, era o Rei Zedá com aquela dança hipnotizante. Lembro que o tema era angola… a canção era [cantando] "Ginga, Ilê Aiyê apresenta a cultura de Angola. Ultrapassando os limites da conscientização, minimizando a dor de toda a raça negra." (PASSOS, 2019, p. 06).

Sobre sua experiência na Escola Mãe Hilda, recorda de ouvir a matriarca do bloco contando sobre sua saída no primeiro desfile do Ilê e da possível resposta que daria caso a polícia tentasse detê-los. Passos enfatiza a força das mulheres negras e o papel da matriarca, que cuida e apoia seus filhos em suas realizações. Para a educadora:

> [...] A fortaleza das mulheres negras é algo que a gente precisa todos os dias se lembrar, de onde eu vim tem mais e de onde eu venho, vieram milhares e milhares para que hoje eu possa estar aqui com essa dignidade, com a cabeça erguida, com assertividade de saber para onde quer chegar! Ser educadora é isso, pensar nos aspectos que me formaram mesmo, que é a família, o Calabar, a escola livre, a cultura... ah, eu não vivo sem um samba de roda! Quando vou ao samba de roda num dia, ali eu penso que estou retroalimentada pra batalha, é aquilo que não só mexe com o meu corpo, mas mexe comigo toda, que me reviravolta toda! É pensar esse lugar da cultura como o lugar da potência, que não é só a potência que move sua ludicidade não, mas é uma potência da perpetuação das identidades. E uma coisa não precisa ser dissociada da outra, a gente pode aprender os conteúdos de África com música, poesia, contos, conteúdos de matemática com samba, com música, com um bate papo com uma mais velha, assim como ciência, história e as demais matérias. É pensar que esse modelo de educação que a gente tem, hoje ele é fracassado porque não dialoga com as diversidades. Ele é imposto, desrespeitoso, dissociado do movimento corpóreo das pessoas. Se a escola não der conta de pensar isso e de remontar esse caminho, vai ser muito difícil, e isso eu falo, não é de pesquisa de livro não, mas se precisar disso nós temos ai o livro: O terreiro, a quadra e a bola, um livro potente que vai lhe dizer isso. Para além do quadro e do texto, é preciso estar atento para o movimento corpóreo do grupo, é você perceber como eles se comunicam com o olhar… o corpo fala, é entender a dinâmica da comunidade onde aquela criança, aquele jovem aquele homem e mulher estão inseridos e é você pensar em educação a partir dessas referências, que é um pouco do que Paulo Freire tentou nos falar a vida inteira, não dá para você alfabetizar homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, pedindo que eles leiam "VOVÓ VIU A UVA", se durante o dia inteiro o contexto dele é outro. Então, se você não tem um conteúdo que dialogue com o contexto de referência para aquelas pessoas, o conteúdo não vai chegar é nunca, porque aquilo não vai fazer sentido. Por que, que a música, a poesia faz sentido para minha vida? Porque mexe comigo enquanto pessoa. (PASSOS, 2019, p.8)

Maria Luísa fala de uma educação que está atenta as demandas da comunidade, que compreende o corpo como prioridade no processo de escolarização, tipos de concepções também presentes nos projetos educacionais do Ilê Aiyê, é possível que esse cuidado, essa forma de compreender o corpo como integrado à natureza, seja de fato um dos grandes diferenciais da Escola Mãe Hilda e comunitárias em relação às escolas estaduais e municipais da cidade de Salvador.

Figura 12 - Jaime Sodré no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente



Fonte: José Santos Melo/Arquivo Jornal CORREIO.

Conforme informações contidas no Currículo de Jaime Sodré disponíveis na Plataforma LATTES do CNPq, o Professor foi licenciado em Desenho e Plástica pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 1975, mestre em Teoria e História da Arte, com pesquisa sobre a influência da religião afro-brasileira na obra escultórica de Mestre Didi, pela mesma universidade em 1996. Foi Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com experiência nos seguintes temas: Candomblé, arte, religiosidade, mídia, historicidade, design e direitos humanos. Sua pesquisa de doutorado investiga A imprensa e o Candomblé: Informação e desinformação foi professor no Instituto Federal Baiano – IFBA e *alabê*[16] do terreiro de Bogum, no Engenho Velho da Federação.

Em sua trajetória também foi condecorado com alguns prêmios em destaque, a Medalha 2 de Julho, da Prefeitura de Salvador; homenagem Ládurú Óré, do Núcleo de Religiões de Matriz Africana da Polícia Militar; Troféu Caboclo da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu e Medalha Zumbi dos Palmares, da Câmara Municipal de Salvador. Jaime Sodré foi um professor excelente, estudioso das religiões de matriz

[16] O alabê é o ogã responsável pelos toques rituais, alimentação, conservação e preservação dos instrumentos musicais sagrados do candomblé.

africana, sua relação com o sagrado se manifestava de diferentes formas, na música e nas artes.

Infelizmente a biografia do professor Jaime Sodré, que realizou a passagem para o Orum recentemente, aos 73 anos, em agosto de 2020, ainda está por ser escrita, portanto, não encontramos muitas informações grafadas sobre sua atuação. Sodré chegou a publicar peças de teatro, antologias poéticas e obra como As histórias de *Lokoirokotempo*: candomblé, uma história para qualquer idade (SODRÉ, 1995), foi coautor em antologias poéticas, como o livro Da cor da noite, em coautoria com Nivalda Costa (COSTA, SODRÉ, 1983), da obra Quilombo de Palavras, junto a Jônatas Conceição e Lindinalva Amaro Barbosa (SODRÉ; SILVA; BARBOSA, 2000), além de livros historiográficos como *M*anuel Querino: um herói da raça e classe (SODRÉ, 2001), A influência da religião afro-brasileira na obra escultórica de Mestre Didi (SODRÉ, 2006), entre outros.

Jaime Sodré trabalhou no Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, em particular na Band'Erê, nos cursos de formação para os professores da rede pública e nos Cadernos de Educação, onde contribui com textos e pesquisas. O professor é lembrado por ser um intelectual de fala simples, capaz de se comunicar com qualquer camada social, como também pela sofisticação de seus estudos, pelo carisma e musicalidade que o permeava. Será sempre lembrado como uma voz importante que esteve à frente nas lutas encampadas pelo povo de santo.

Figura 13: Valdélio Silva, Jônatas Conceição, Lindinalva Barbosa e outros, presente numa grande caravana dos Movimentos Sociais ao Quilombo Rio das Rãs

Fonte: Lázaro Roberto, Zumvi Arquivo Fotográfico, Bom Jesus da Lapa, 1999.

Na fotografia acima, que abre essa apresentação, estão presentes da direita para a esquerda, sentados na primeira fileira, o professor Valdélio da Silva, Jônatas Conceição, uma ex-professora da escola mãe Hilda, da qual não identificamos o nome, Lindinalva Barbosa, a ativista Maia, abaixado em sua frente está o poeta Lande Onawale, e na fileira de traz está o cinegrafista Luiz Orlando, entre outros militantes do movimento negro e membros da comunidade, na comemoração da titulação do Quilombo Rio das Rãs em 1999.

Lindinalva Barbosa é licenciada em Letras pela Universidade Católica do Salvador (2002), possui mestrado em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (2009). Atualmente é Técnica-Administrativa do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. É *Omorixá Oyá* do Terreiro do Cobre e Educadora nas áreas de Linguagem e Afro-brasilidades. É pesquisadora nas áreas de Literatura Afro-brasileira e Religiões de Matriz Africana e formadora do CEAFRO/CEAO/UFBA. Defendeu o tema: "Encruzilhadas, o Ferro e o Espelho: a poética negra de Abdias do Nascimento", onde analisa o único livro de poesias do autor, cujo título é "Axés do Sangue e da Esperança (orikis)".

De acordo com o depoimento de Lindinalva Babora (2020)), os projetos educacionais do *Ilê Aiyê* e CEAFRO foram os primeiros locais que a formaram enquanto educadora. Em conversas realizadas via Whatsapp, a educadora nos contou que se iniciou no candomblé em 1993 e que Iansã redirecionou a sua vida para a Educação e a academia. Em 1995, começa atuar como professora em projetos educacionais, antes mesmo de

terminar a graduação. Neste ano é convidada por Jônatas Conceição a participar de uma experiência do Projeto de Extensão Pedagógica do *Ilê*, onde começou dando assistência administrativa para os cursos profissionalizantes, na mesma época em que trabalhava no CEAO- UFBA instituição parceira da associação, anos depois se tornou professora na escola Mãe Hilda.

A trajetória de Lindinalva Barbosa, assim como a de educadoras e educadores como Vanda Sá Barreto, Nazaré Lima, Valdecir Nascimento, Vilma Reis, Lande Onawale, Jocélio Teles, entre outros, perpassa pelos projetos educacionais do CEAFRO – Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), que comemorou 25 anos de existência no ano de 2020. Tanto os projetos do *Ilê Aiyê* como o CEAFRO, realizaram um trabalho genuíno no que tange a educação de jovens negro e a formação de professores na cidade de salvador e municípios vizinhos como Maragogipe. Em entrevista realizada no dia 5 de outubro de 2020, por via remota, a educadora nos informa que quando foi trabalhar no Ilê Aiyê, acabou trabalhando em todos os projetos do PEP, do grupo de formação profissional à Band'Erê, só não participou das formações de professores porque estava finalizando sua graduação. (BARBOSA, 2020)

> Eu não trabalhava diretamente na formação de professores, porque era uma formação feita dentro das escolas e eu ainda não tinha formação para, mas eu trabalhava na formação da juventude e das crianças da band'Ere e foi um trabalho belíssimo! Eu trabalhei disciplinas de cidadania, onde trabalhava as relações raciais, ao mesmo tempo em que comecei a trabalhar como educadora do CEAFRO. Tanto o CEAFRO, quanto o PEP são desse período de 1995, e todos os dois participaram de uma ação institucional da prefeitura da época, que é anterior a Lei 10.639/03, porque todo mundo que trabalhava nesses projetos eram educadores e educadoras e eram ativistas do movimento negro, todo mundo. (BARBOSA, 2020, p.2)

O trabalho realizado pelo movimento negro baiano no campo educacional se coloca como uma referência para outras partes do país, um desdobramento disso é o processo de escrita da lei 10.639/03 e do parecer CNE/CP 003/2004, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que foi diretamente influenciado pela experiência educacional baiana, como explica a educadora.

> Então todos e todas nós aqui na Bahia, participamos tanto do processo de consulta, quanto de avaliação e proposição para a 10.639, então aquele documento grande que Petrolina fez, passou por todos nós! A gente aqui era muito ouvido, a gente escrevia coisas, tinha ações práticas em Educação que foram importantes para elaboração dos documentos da lei.

> Mas a gente já tinha toda uma ação prática que era o Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, também trabalhei no projeto alternativo de educação do Terreiro do Cobre e no CEAFRO. (BARBOSA, 2020, p.2)

Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva (2014) foi a relatora do Parecer CNE/CP 003/2004, um documento importante, que objetiva oferecer orientações para implementação da lei 10.639/03, destinado a todos os membros da sociedade civil, dos administradores e mantenedores dos sistemas de ensino, a professores, alunos e demais cidadãos. O documento aborda questões referentes ao ensino das relações étnicorraciais, a necessidade de reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, como também discute temas tais como Políticas de reparação e ações afirmativas, ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, consciência política e histórica acerca da diversidade, no intuito de garantir o igual direito a uma educação de qualidade.

> O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL, 2004, p.2)

Lindinalva nos conta que todos esses processos a educou politicamente e contribuiu para que construísse um olhar crítico sobre a sociedade e as relações etnicorraciais. A educadora também participou das discussões e elaboração dos Cadernos de Educação, uma vez que estava imersa nos projetos realizados pelo Bloco. Cita em particular a riqueza do 3º volume em comemoração aos 300 anos de Zumbi dos Palmares e o 7º volume em comemoração à Revolta dos Malês, a qual teve participação mais ativa.

Refletindo sobre sua trajetória a educadora recorda a época em que participava do Movimento Negro Unificado e destaca a presença de Jônatas Conceição da Silva, como uma pessoa de grande importância em sua vida.

> Eu sou de uma geração que entra no movimento negro em 1986 um pouco depois deles, eu tenho 58 anos, entro no MNU quando tinha uns 24 anos,

> e conheço Jônatas, Ana Célia, esse pessoal todo nesse período. Aí a partir de 86 a 90, nesse período que fiquei no MNU, conheço Jônatas no MNU. [...]Eu sou educadora e professora por causa de Jonatas, e digo isso sempre porque na época em que o PEP foi lançado, eu era servidora, trabalhava no CEAO. E o PEP surgiu com um apoio muito grande do CEAO. O PEP é de 1995 e algum tempo depois lembro que eu e Jonatas publicamos uma antologia poética [...] E aí eu me iniciei, comecei como educadora na Banda Ere através do PEP. Ele apostou muito em mim e deu tudo certo! Nós fizemos trabalhos belíssimos, ele tinha esse olho clínico de sacar quando a pessoa podia dar alguma coisa e eu agradeço eternamente a ele, porque me descobri educadora, professora nesse processo. (BARBOSA, 2020, p.1-2)

A professora conta que tinha uma relação muito próxima com Jonatas Conceição e ficou extremamente abalada com a sua morte no ano de 2009. O professor Edson Cardoso, pessoa muito próxima de Jonatas, solicitou que ela escrevesse um texto em homenagem ao poeta para o Jornal Irohin, que foi intitulado de Jônatas Conceição, o poeta quilombola das Saubaras invisíveis, no qual ela fala sobre sua relação e trajetória com o intelectual.

Todos os personagens aqui apresentados trazem um emaranhado de saberes oriundos das religiões de matriz africana, dos quilombos, blocos afros, das comunidades negras periférica que se inter-relacionam e se constituem em verdadeiras ecologias, em práticas educativas insurgentes que se fazem presentes ao longo da construção dos projetos socioeducacionais do *Ilê Aiyê*.

São epistemologias que se propõe pensar o respeito a diversidade como fundamental para construção de uma sociedade de direitos, onde o racismo, as desigualdades sociais e de gênero não se perpetuem, que enxerga o grupo humano como parte integrada a natureza, e não superior a ela, portanto que reflete sobres os modos de ser e estar no mundo de forma harmônica, sustentável.

O que une esses educadores e educadoras ao Projeto de Extensão Pedagógico são os ideais éticos, políticos, culturais e religiosos, que os fizeram apostar na construção de uma educação antirracista, plural e emancipatória, que perpassa pela necessidade de reconhecer o agenciamento dos povos africanos na história, em garantir ao acesso ao legado civilizatório africano, à história e cultura dos afro-brasileiros e sua participação na formação do Brasil.

A singularização do território nacional realizada pelos negros, através da reterritorialização dos aspectos civilizatório africano nos terreiros de candomblé, é também um elemento que perpassa a vida desses intelectuais e consequentemente a produção dos Cadernos de Educação, considerando que este espaço contribui primordialmente a reconstrução das identidades étnicas e culturais dos negros em diáspora.

Ao observar os processos de mobilização político-cultural que ocorreu entre as décadas de 1970 a 1990, através da trajetória dessa rede de intelectuais negras e negros que aqui foram contemplados, podemos perceber particularidades que constituem os diferentes projetos de educação aos quais participaram e extrair uma concepção de educação, que se dá através da diálogo com os diferentes sujeitos de produção de conhecimento e na articulação de diferentes linguagens culturais como a dança, a artes plásticas, a música, a escrita, a estética negra diaspórica, entre outros aspectos que se diferenciam do ensino oferecido pelas escolas estaduais.

As experiências aqui trazidas priorizam a construção de um projeto educacional levando em consideração as pluralidades étnicas e culturais que há em uma sala de aula, são projetos que estão alinhados as necessidades da comunidade, que pensam na diversidade de formas de ensinar, não se restringindo ao aprender a ler e a escrever apenas, mas que dão centralidade ao corpo no processo de aprendizagem.

Por isso buscamos conhecer mais sobre a vida dos intelectuais aqui listados, Ana Célia Silva, Jônatas Conceição, Maria Luísa Passos, Lindinalva Barbosa, Maria de Lourdes Siqueira, Jaime Sodré e Makota Valdina, cuja trajetória, em alguma medida, se encruzilha seja pela participação no Ilê Aiyê, MNU, CEAFRO e terreiros de candomblé, seja pela defesa de uma perspectiva de mundo que se opõe as concepções etnocêntricas e ocidentais, por considerar pertinente na compreensão do significados dos Cadernos de Educação, que serão apresentados e analisados em sequência.

3.2 Síntese descritiva dos Cadernos de Educação

Os cadernos de Educação são pequenas apostilas que tem em média 50 páginas. Cada Caderno é composto por uma capa ilustrada com desenhos alusivos ao tema do carnaval em questão, os primeiros volumes foram produzidos por José António Cunha, conhecido também por J. Cunha, artista plástico, designer, cenógrafo e figurinista soteropolitano, que trabalhou para a entidade por cerca de 25 anos (1980-2005).

A partir do ano de 2005, quem assume a responsabilidade de representar a identidade visual da associação, é Raimundo de Souza Santos, mais conhecido como Mundão, que na atualidade colabora com a produção das estamparias do Carnaval, os Uniformes da Escola Mãe Hilda, abadás, etc.

Os Cadernos seguem acompanhados de Índice; um texto de apresentação sobre a temática abordada produzidos pelos coordenadores do PEP; os conteúdos são divididos por

subtemas e os exercícios de fixação se encontram no final, junto com o glossário, antologia poética e referências Bibliográficas. Essa é a estrutura básica do material.

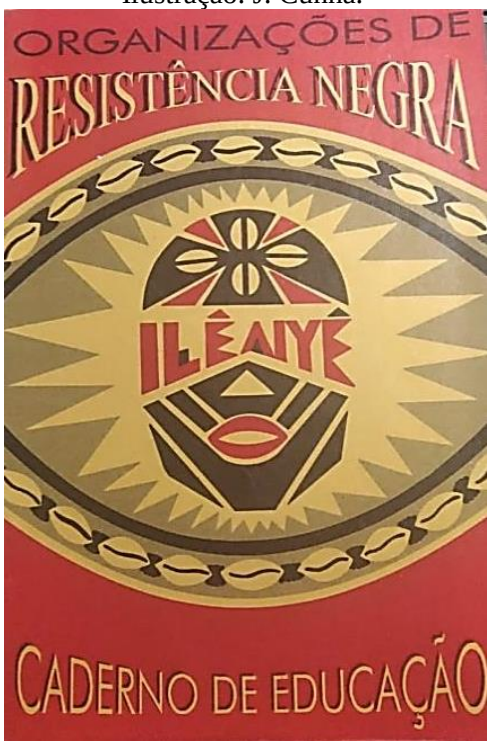
Tal como propões Le Goff (1994), trataremos os Cadernos de Educação como documentos, portanto, como fruto de construções sociais, de escolhas individuais e dentro do contexto de uma época.

> O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1994, p. 545).

Por isso buscamos na sessão acima identificar o contexto social das pessoas que o produziram, pois os diálogos, as disputas que estabeleceram se refletem nos documentos que produziram. Nesse aspecto, nos aproximamos dos Estudos Culturais, especificamente da obra de Roger Chartier (1990), que busca compreender os processos pelo qual determinado documento foi construído, mas também a forma de circulação e recepção desses documentos. Nos interessa saber também como esses Cadernos têm sido recebidos e utilizados pelos professores da escola Mãe Hilda.

3.3 Caderno de Educação – Volume I – Organizações de Resistência Negra (1995)

Figura 14. Vol. I Caderno de Educação – Organização e resistência Negra, 1995.
Ilustração: J. Cunha.



Fonte:Arquivo do *Ilê Aiyê*, Salvador, 1995. Foto da autora

O material apresenta um breve resumo sobre as principais organizações negras brasileiras do século dezessete até a década de 1970, quando se dá o surgimento do *Ilê Aiyê*, perpassa por organizações religiosas, quilombola, organizações políticas e culturais. Ao realizar este recorte temporal e temático, a associação nos convida a pensar na formação do bloco como parte integrada de um fluxo histórico contínuo, isto é, o bloco só se tornou o que é, porque existiram organizações anteriores que garantiram uma estrutura básica para que ele pudesse se estabelecer. Apresentaremos agora um breve resumo de cada tópico contido no primeiro volume, seguido de uma discussão teórica acerca do tema.

3.3.1 Organizações religiosas: Núcleos tradicionais de resistência religiosa no Brasil

As irmandades religiosas e os terreiros de candomblé são as mais antigas organizações criadas pelos povos africanos e seus descendentes no Brasil. Em suas bases estão os valores e princípios culturais e religiosos que sintetizam a diversidade do continente africano, cuja formação se deu a partir da presença de dois principais Povos, os Sudaneses e os Bantos,

oriundo respectivamente da África ocidental e do sul da África, que foram brutalmente trazidos ao país durante o tráfico transatlântico.

Estes povos foram agrupando-se a partir do século XVI ao XIX, em diversas organizações que se recusaram a aceitar as violações da colonização, buscando assim, melhores condições de vida, a preservação dos valores, das tradições e das culturas advinda das civilizações africanas. O Caderno informa que os Sudaneses, passaram a ser reconhecido na Bahia como Nagos, Ketus, Jêjes, Minas, Hauçás, Gruncia, Fulas e Mandingas. Enquanto os Bantos são reconhecidos como os Congo-angolanos, vieram de Angola, Congo e Moçambique.

As contribuições conservadas por esses povos, fez com que as comunidades religiosas mantivessem em comum o culto a determinadas entidades, como é o caso dos "[...] denominados orixás para os nagôs, inquices para os angolanos e voduns para os Jêjes". (ILÊ AIYÊ, 1995, p.07)

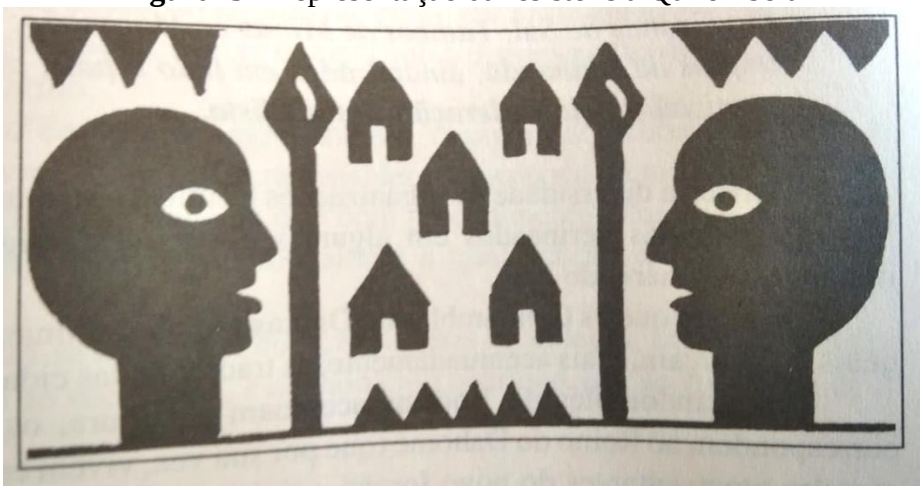
De acordo com as informações disponibilizadas no Caderno, as irmandades religiosas foram criadas e desenvolvidas para prestar serviços de naturezas social financeira, hospitalar, educacional e funerária aos seus membros associados pela sua negritude. (ILÊ AIYÊ, 2018, p. 21)

Em Salvador ainda hoje funciona a Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, instituição que inicialmente funcionava na antiga igreja da Sé e que atualmente encontra-se localizada no Pelourinho.

Além do objetivo explícito de reunião, agrupamento, organização dos negros entre si, congregando escravos, forros e livres. A entidade era considerada na época de sua criação como, "[...] um canal de Ascensão social do negro, pois a imagem do 'bom procedimento' dos seus membros implica, consequentemente, na valorização profissional e qualificação social no sistema escravocrata". (Ilê Aiyê, 1995, p. 21)

3.3.2 Organizações Quilombola: A resistência quilombola

Figura15 - Representação da resistência Quilombola



Fonte: Ilê Aiyê, 1995, ilustração de J. Cunha.

A imagem acima de autoria de J. Cunha está presente na primeira edição dos Cadernos de Educação e representa a organização de uma comunidade quilombola. Trata-se da primeira materialização de uma estética dos materiais.

Ao descrever as organizações quilombolas, o Caderno discute os sentidos polissêmicos que o termo Quilombo adquiriu ao longo da história, como também a origem dos Quilombos no continente africano e o deslocamento dessa forma de organização social até o Brasil, que se deu no início da colonização, através da tentativa de conservação de práticas trazidas junto com as linhagens, famílias e etnias que foram traficadas para o Novo Mundo.

De acordo com o texto, o termo quilombo tem origem Bantu e era utilizado em Angola para designar a divisão administrativa do país, representando uma espécie de "[...] acampamento guerreiro na floresta" (ILÊ AIYÊ, 1995, p. 23). No Brasil, o termo foi utilizado primeiramente para se referir a forma de organização dos escravizado em reação ao regime escravista que predominou por quase quatro séculos sobre o país. Considera-se, então, que foi a busca por liberdade que levou os escravizados a se aquilombarem, isto é, a se organizarem territorialmente estruturando diferentes estratégias de resistências, que variam desde as fugas coletivas e individuais das fazendas e senzalas, ao assassinato dos senhores e capitães do mato. (REIS; SILVA, 1989)

Ao analisar a história do Quilombo dos Palmares, o texto do Caderno destaca que foram encontradas muitas semelhanças entre a organização social e política dos Mbundos, grupo étnico de Angola, em relação à estrutura Palmarina, composta majoritariamente por Angolas e Jangas, o que nos permite supor um contínuo histórico das práticas.

Atualmente o termo foi ampliado sendo utilizado de forma generalizada pela historiografia especializada para expressar as variadas manifestações de resistências à ordem hegemônica como veremos em sequência. No mais, o Caderno ainda esboça uma breve biografia sobre Zumbi, o herói nacional da negritude brasileira, explorando os conflitos e negociações políticas que ocorreram no interior do território da Serra da Barriga, no estado de Alagoas. (ILÊ AIYÊ, 1995)

A temática quilombola foi por muito tempo ocultada do espaço acadêmico, sendo abordada pela historiografia brasileira dentro do binômio fuga-escravidão. Essa definição baseou-se na interpretação jurídica colonial que classificava o Quilombo como "[...] grupo de escravos que, a margem das leis existentes, fugiam e se embrenharam na mata para saquear, roubar e matar os administradores e proprietários das fazendas". (SILVA, 2000, p. 265)

Tal definição foi utilizada para justificar a argumentação de grupos contrários ao reconhecimento e a demarcação de terras das comunidades negros rurais, os então, remanescentes quilombola que, conforme assegura o Art.68 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), tem o direito às demarcações territoriais garantidos pelo Estado, sendo, portanto legítima a sua luta em torno da terra. Deste confronto de interesses, nasce a necessidade de romper com a noção trazida pela historiografia clássica, ampliando a compreensão do termo para dar conta da complexa variedade de situações que envolvem a comunidade negra. (SILVA, 2000)

Entre os intelectuais que trabalham com o tema, podemos citar o nome do professor Valdélio Santos Silva (1999), um dos primeiros antropólogos a estudar o Quilombo Rio das Rãs no estado da Bahia, o historiador Clóvis Moura (1981), que publicou o livro Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas, onde evidencia o protagonismo dos escravizados em revoltas e rebeliões desde o período colonial ao republicano.

Citamos também Abdias Nascimento (1989), ao produzir a obra O quilombismo, Maria Beatriz Nascimento (1985), que dedicou parte significativa de sua vida ao estudo dos quilombos, pensando também essa territorialidade num viés sociológico, além de inúmero outros atores que contribuíram com o desenvolvimento da questão, como: Carneiro (1966); Reis e Gomes (1996); Almeida (1998).

No que tange a esse movimento, podemos retornar aos estudos realizados por Maria Beatriz Nascimento (1985), que caracterizou os diversos territórios ocupados pela população negra, indo desde as favelas, aos Bailes Black e às comunidades negras rurais contemporâneas. Para autora o processo de constituição de uma coletividade negra

enquanto qualificadora de um espaço transpassa Palmares e assume novas formas na contemporaneidade.

Alex Ratts (2006), geografo que organizou o trabalho de Beatriz Nascimento após sua morte, comenta que a autora assume uma vertente ideológica do termo quilombo, e "[...] estende seu significado para abranger um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz". (RATTS, 2006, p.59)

> É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) de uma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou eu estou. Quando eu estou, eu sou. (NASCIMENTO, 1989 *apud* RATTS, 2006, p. 59)

Compartilhando dessa mesma perspectiva histórica, Jônatas Conceição da Silva (2004), em sua dissertação de mestrado, investigou as contribuições que a literatura brasileira, em particular, a literatura de autores afrodescendentes que emergiram na década de 1970, trouxe para a questão quilombola. Silva (2004) buscou compreender que significado o quilombo teria para essa juventude negra que aspirava recontar a história do país.

> Para as lideranças das organizações negras que surgem nos anos setenta, nas brechas abertas na ditadura militar, a história de resistência do Quilombo representava exemplo a ser seguido e atualizado. Para o Movimento Negro, a resistência quilombola representaria o desmascaramento da ideologia da democracia racial brasileira, a explicitação e o combate sistemático ao racismo que exclui a maioria da população brasileira do conhecimento da sua história de luta por autonomia e libertação. (SILVA, 2004, p. 17-18)

Para Marcos Cardoso (2002), tematizar o Quilombo na contemporaneidade torna-se também uma forma dos movimentos sociais negros realizar uma revisão da historiografia oficial tirando a representação dos negros do limbo da passividade e objetificação. Falar em Quilombo é também trazer para a atualidade as vozes daqueles que foram e ainda são de alguma forma, silenciados pela história, é tomar conhecimento sobre a própria história e propagá-la para que outros também possam saber.

Utilizando como base nos critérios e conceitos de Marcos Cardoso (2002), Abdias Nascimento (1989) e Beatriz Nascimento (1985), Jônatas Conceição da Silva (2004) classifica o próprio Ilê Aiyê como um Quilombo contemporâneo, uma vez que o bloco se constitui enquanto um território negro afetivo, um ponto de encontro e reencontro dos sujeitos negros consigo mesmo, de partilha das experiências racistas vivenciadas e de organização para o seu enfrentamento. Na concepção de Silva (2004), mais do que a atração pelas diferentes linguagens produzidas pelo bloco, o que fortalece a construção de uma identidade étnica e o sentimento de pertencimento cultural na comunidade, é o fato de seus membros passarem pela mesma experiência da discriminação racial. (SILVA, 2004)

Em analogia ao Quilombo dos Palmares, a Senzala do Barro Preto nasce dessa necessidade vital que os negros e negras sentem em ter um lugar onde possam se organizar, onde sua humanidade seja reconhecida integralmente, onde possam se divertir sentir prazer e também lutar por seus direitos políticos e pela própria liberdade. Conforme coloca Conceição Silva (2004):

> Em nossa contemporaneidade, a resistência palmarina se atualizaria com a explicitação e o combate ao racismo perverso brasileiro que exclui a maior parte da população brasileira do conhecimento da sua história por autonomia e libertação e, consequentemente, da participação na vida sócio-política nacional. (SILVA, 2004, p. 30)

Para a negritude, falar sobre Zumbi dos Palmares não se restringe apenas a reavivar a memória de um líder quilombola, aquele que foi capaz de enfrentar o sistema colonial e reconstruir a terra prometida para todos os que tiveram suas terras arrancadas pelo ensejo da escravidão. Para além de uma visão estática do que foi essa liderança e da sua representatividade histórica, é preciso compreender esse mito, como um elemento organizador do comportamento humano, que confere sentido e valor à existência das comunidades negras ainda hoje.

Assim, ao evocar a imagem de Zumbi e da luta quilombola como referência, a negritude começa a se ver como parte integrada da história, como sujeitos que precisam dar continuidade a saga coletiva na luta pela tão sonhada liberdade. O mito é reatualizado de acordo com os novos desafios da contemporaneidade, de acordo com as velhas estruturas e novas formas de opressão que permeiam e limitam a vida da comunidade.

Neste sentido. o mito reforça a esperança e a capacidade de organização da comunidade, uma vez, que foi no Quilombo que os ex-escravizados tiveram sua

humanidade restituída, seu protagonismo reconhecido, por isso a necessidade de ainda hoje, mantê-lo vivo.

A força de Zumbi é tão grande, que Palmares é tematizado pelo Bloco, desde o segundo desfile de Carnaval do Ilê, no ano de 1976, quando os compositores Ary e Evilsio escreveram a canção Sonho de Palmares, posteriormente gravada no LP Canto Negro I em 1984 (SILVA, 2006, p. 24). A entidade volta abordar o assunto em 1998, quando ocorreram as comemorações dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, tornando-se tema do desfile do Carnaval e consequentemente tema do 3º Volume dos Cadernos de Educação.

Apesar de não estar entre os cadernos selecionados para análise, o 3º volume- Zumbi 300 anos, traz importantes contribuições para compreendermos a dimensão do trabalho realizado pelo Projeto de Extensão Pedagógica em sua primeira fase de implementação, entre os anos de 1995 a 1997. Neste período o bloco estabeleceu parcerias com instituições de ensino público do bairro da liberdade, atuando respectivamente nos Colégios Duque de Caxias, Colégio Tereza Conceição Menezes, Escola Pierre Verger e Abrigo dos Filhos do Povo, além das escolas Mãe Hilda e Band'Erê. (PERINI, 2007, p. 37)

> No Colégio Duque de Caxias ocorreu à capacitação de professores, pelos educadores do PEP, com algumas temáticas como; a reconstrução das civilizações africanos no território brasileiro; a organização de resistência Negra; teorias antropológicas da origem do homem; educação: visibilidade, invisibilidade e recalque do afro-brasileiro no processo de formação da identidade nacional, entre outras. O curso foi ministrado por diversos educadores do PEP: Valdina Pinto, Ana Célia da Silva, Jaime Sodré, Jorge Conceição e Maria de Lourdes Siqueira, entre outros que vieram depois. (SANTANA, 2018, p. 38-39)

O intuito era realizar o curso de capacitação de professores ministrado pelos educadores do Ilê, no entanto essa atividade se estendeu para os alunos. Posteriormente, se desenvolveu um concurso Artístico-literário com a participação dos alunos do Colégio Duque de Caxias, que através da produção textual e ilustrações, elucidaram os 300 anos de Zumbi dos Palmares. As melhores representações foram selecionadas para compor o 3º volume dos Cadernos de Educação. Além da publicação do Caderno, parte dos alunos classificados no concurso realizou uma viagem até a Serra da Barriga para conhecer o território sagrado do Quilombo dos Palmares. (MOREIRA, 2012, p.118)

Em 2000, a entidade pública o oitavo volume dos Cadernos de Educação, intitulado Terra de Quilombo, que reconta a história de Palmares, mas também aborda a história de alguns Quilombos que surgiram a partir do século XVIII, como o Quilombo do Ambrósio,

Buraco do Tatu, em Itapoã, e as comunidades remanescentes tais como: Rio das Rãs, Kalunga, Trombetas, Frechal, entre outras. (SILVA, 2004)

Palmares segue sendo um exemplo de organização e perspectiva de mundo, que é até hoje pautado pela nova geração de autores negros brasileiros, como é o caso do livro do escritor e historiador Allan da Rosa (2017), intitulada Zumbi assombra quem? Que brincando com a ambiguidade da palavra Zumbi, reescrevem o mito adaptando-o para a linguagem da literatura infanto-juvenil, provocando reflexões sobre os processos identitário e valores culturais afro-brasileiros. Ou mesmo, o romance gráfico do quadrinista Marcelo D'Salete (2017), intitulados Angola Janga- Uma história de Palmares, ganhador do prêmio Jabuti de histórias em Quadrinhos.

3.3.3 Organizações Político-Associativa e Recreativa

No que tange a categorias das organizações político-associativas e recreativas, o Volume I, traz como exemplo a **Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD),** instituição fundada em 16 de setembro de 1832 por Manoel Victor Serra, um africano livre, que tinha a profissão de ganhador no canto da preguiça, local onde se reuniam os negros da Bahia em busca de trabalho. A S.P.D. tinha como finalidade principal a compra de cartas de alforria e proteção aos irmãos de cor. (ILÊ AIYÊ, 1995, p. 27)

A instituição foi pensada originalmente com a intenção de criar um fundo para compra das cartas de alforria de parentes e irmão cativos em oposição e luta contra o sistema vigente. Podemos ver suas intenções mais explícitas, nas cláusulas do parágrafo 33 que orientaram os primeiros dias da organização, conforme o caderno informa:

> - Essa instituição será composta de nº ilimitado de sócios, que seja exclusivamente da cor preta.
> - ficará eternamente eliminado qualquer irmão mesário que desse desfalque nas alfaias da irmandade.
> - ficará expressamente proibida à mesa revelar a amigo ou parente, o que se tratasse nas reuniões.
> - o irmão mesário que faltasse a reunião mensal dessa devoção seria multado na importância de 320 réis. (ILÊ AIYÊ, 2018, p.28)

Após a abolição da escravatura, novas demandas e necessidades surgiam para os ex-escravizados, que não receberam apoio Estatal, sendo submetidos a diferentes pressões por parte da classe dominante neste novo contexto a SPD que tinha o objetivo de atender apenas aos seus associados e parentes, se viu obrigada a se remodelar para atender às novas demandas que incluía prestar assistência educacional, técnica, médico-dentária a associados

e não associados que fossem "[...] reconhecidamente necessitados", este processo também os obrigou a atender não negros, o que não elimina seus propósitos iniciais. "[...] como as irmandades e outras sociedades que existiram na Bahia do século XVII ao Século XIX, a Sociedade Protetora dos Desvalidos também foi uma agência de prestígio". (ILÊ AIYÊ, 2018, p.28)

Outra organização citada é a Frente Negra Brasileira, que surge em 16 de setembro de 1937 em São Paulo, depois se dissemina para outros Estados como Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mobilizando mais de 200 mil militantes, incluído mulheres empregadas domésticas e crianças. Ela surge num contexto em que o mercado de trabalho só empregava homens brancos, atraia assim aqueles que eram discriminados, desempregados e também setores da classe trabalhadora.

Marcos Rodrigues dos Santos foi o responsável por criar a Frente Negra da Bahia, que tinha forte inspiração no modelo paulista. Entre os objetivos estavam:

1. Levantamento moral da Raça.
2. Alfabetização do Povo Negro.
3. Reconstrução da Família.
4. Formação da elite da mulher negra.
5. Trabalho (ILÊ AIYÊ, 1995, p. 18).

A partir de 1933 quando se instaurou definitivamente, a instituição passou a oferecer cursos de alfabetização, musical datilografia e línguas, seu financiamento era feito através da realização de festas beneficentes e atividades culturais, diferente do financiamento em São Paulo, onde cada membro contribuía com um valor de mil réis. (ILÊ AIYÊ, 1995, p. 18)

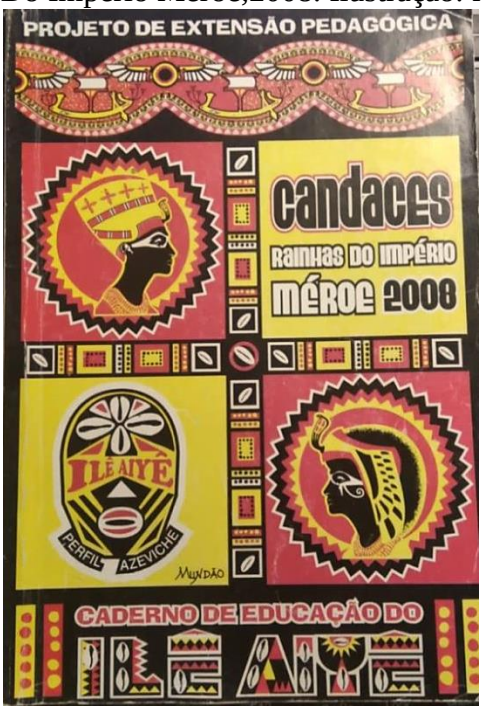
Apesar de ter se transformado em partido político, sua curta trajetória foi interrompida com o golpe militar promovido por Getúlio Vargas, que extinguiu todos os partidos existentes na época. No entanto, conforme comenta Antônio Sérgio Guimarães (2004), ao se referir a Thales de Azevedo (1953), a frente negra "[...] foi à única organização até a década de 1930 que tinha a finalidade expressa na defesa das pessoas de cor contra os preconceitos raciais". (GUIMARÃES, 2004, p. 29)

O Caderno ainda faz menção à história do afoxé Filhos de Gandhi, do bloco de índio Apaches do Tororó, criado em 1968 e ao Bloco afro *Ilê Aiyê*, fundado em 1974, que na época completava 21 anos de existência. Todas essas organizações citadas já foram de

uma forma ou de outras contempladas no início desta dissertação motivo pelo qual não nos aprofundaremos em suas histórias.

3.4 Caderno de Educação - Volume XVI: Candaces: Rainhas Do Império Méroe (2008)

Figura 16 - Vol. XVI Caderno de Educação - Candaces: Rainhas Do Império Méroe,2008. Ilustração: Mundão



Fonte: *ILE AIYÊ*, Salvador, 2008.

O décimo sexto Caderno de Educação tem como referência o tema do Carnaval do ano de 2008, Candaces: Rainhas do Império de Meroe. Tem como inspiração a presença de Mulheres, Rainhas-Mães africanas que ocupavam posições de poder político durante gerações no reinado dos impérios núbios, Cush e Méroe. (SANTANA,2018)

O caderno é composto por sete capítulos que buscam evidenciar a importância das mulheres negras na história da humanidade. Baseando-se em fatos historiográficos, é apresentado na primeira parte, as características das candaces, mulheres guerreiras que ocuparam um lugar de prestígio na monarquia meroíca.

Ao apresentar este mesmo caderno em sua dissertação de mestrado Santana (2018) sintetiza as funções a elas destinadas:

> As Candaces eram imbuídas da preparação das novas gerações, da coroação dos próprios filhos, participavam da escolha do rei e das cerimônias de transmissão de poderes. As principais Candaces africanas

> foram dos reinados de Shanakdkhete, entre 170 e 160 a.C., sucederam-se os de Ammanishekhete, Nawidenak, Maleqereabar. Destes, evidencia-se o reinado de Amaniremas, rainha conhecida por possuir um só olho e por levar Méroe à cena universal, reinou no ano 20 antes de Cristo e estabeleceu diálogo com os invasores romanos, a quem cedeu parte do reino para obter um acordo paz.(SANTANA, 2018, p.94-95)

O caderno também se referência as rainhas egípcias Nefertiti e Cleópatra, que reinaram entre 1353 e 1366, respectivamente. Destaca-se alguns feitos, como a instauração do monoteísmo e o culto a Aton o Deus do Sol, realizado pela rainha Nefertiti e rei Akhnaton,, e o contexto sob o qual rainha Cleópatra assume o trono.

Além de homenageá-las enquanto candaces, os organizadores do Caderno também estendem essa homenagem as lideranças brasileiras. Assim, são consideradas candaces brasileiras, personalidades como: Gaiaku Luiza, Dete Lima, Lélia Gonzalez, Ruth de Souza, Leci Brandão e o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, que foram escolhidas em virtude de suas contribuições na manutenção do legado africano no Brasil, e lutas por uma sociedade mais justa. (ILÊ AIYÊ, 2008)

Antes de apresentarmos as candaces brasileiras, destacaremos aqui uma reflexão emblemática levantada pelo caderno em torno de Cleópatra. O conteúdo remete a uma discussão já muito bem debatida por Ella Shohat (2004) em seu artigo intitulado Des-Orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade, onde explora as disputas pós-coloniais em torno da representação da personagem, que ora é apresentada como branca em narrativas fílmicas e historiográficas, que privilegiam uma perspectiva eurocêntrica em defesa de uma origem macedônia, persa e grega da rainha, ora tem sua pigmentação escurecida, tensionada pela perspectiva afrocêntrica, que reafirma a origem egípcia de Cleópatra.

A despeito do conflito, o Caderno questiona como se dá a representação de Cleópatra ao longo do século, situando o debate em torno da dominação colonial, das lutas anticoloniais e das fricções raciais pós-coloniais. Isto é, investigando como tem se dado a construção de sua identidade diante de tais disputas narrativas.

> A história de Cleópatra é um grande dilema, tema para um belo debate, uma polêmica que abre caminhos para pensar negritude e branquitude - do ponto de vista da África ou do pensamento centrado na Europa Ocidental. A quem interessa este debate? Do ponto de vista do povo negro o importante, o mais importante é a análise da presença africana no mundo com seus personagens. A quem interessa que a mulher mais bonita e elegante do mundo seja grega, macedônica, persa? Ao pensamento e a ideologia ocidental. (ILÊ AIYÊ, 2008, p. 17)

Mais do que definir a tonalidade de sua pele, ou defender uma versão branca ou negra, o que está em jogo na discussão sobre a identidade de Cleópatra na contemporaneidade, são as estratégias discursivas e representações forjadas ao longo do século XIX, que são, ainda hoje, utilizadas para justificar o projeto de modernidade ocidental e sua colonialidade, que destitui a antiguidade histórica do Egito, enquanto berço da filosofia e da humanidade. (DIOP,1983)

Trata-se de um movimento de ressignificação e deslocamento histórico, de conquista de autonomia diante da recuperação da própria narrativa, que também se reflete naquilo que Bourdieu (1998) caracterizar como o processo de revolução simbólica,

> A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade[...]. (BOURDIEU, 1998, p.125)

Nesta mesma linda de pensamento, Shohat (2004), com apoio dos estudos culturais, coloca a necessidade de se "ler" Cleópatra dentro da modernidade, incluindo assim os discursos colocados pelos meios de comunicação e tecnologias de comunicação de massas.

> O debate sobre a tonalidade da pele de Cleópatra nos meios de comunicação tem tudo a ver com contestações multiculturais sobre currículo, pedagogia e historiografia. O que está em jogo no debate sobre Cleópatra é saber se o ensino de história pode ser questionado e revisto, ou apenas padronizado da maneira usual. A disputa sobre se Cleópatra é branca ou negra não pode, assim, ser examinada simplesmente no domínio da Antiguidade, mas deve também ser vista dentro do contexto colonial e de suas consequências. (SHOHAT, 2004, p.16)

Ao trazer essa discussão problematizamos a ausência dessas narrativas nos livros didáticos e o papel do racismo e imperialismo em torno da distorção e branqueamento da civilização egípcia, que impactam profundamente o processo de aprendizagem, identidade e autonomia da população negra, uma vez que introjetam uma percepção inferiorizante da história, que não permite distinguir a diversidade de povos, disputas e dinâmicas que ali se estabeleceram. Outro desdobramento desta narrativa se reflete na percepção dos alunos que não localizam o Egito enquanto pertencente geograficamente ao continente africano, além das poucas referencias em relação a mulheres em posição de poder político e comando.

3.4.1 Homenagem do Ilê as Candaces Brasileiras:

Buscando homenagear personalidades brasileiras, o Ilê seleciona cinco nomes de mulheres, lideranças negras, sendo elas: Gaiaku Luiza; Dete Lima; Ruth de Souza, Leci Brandão, Lélia Gonzáles e o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas.

Figura 17: Representação de Gaiaku Luiza.

Fonte: Ilê Aiyê, 2008, ilustração de Mundão.

A imagem acima apresenta a representação gráfica de *Gaiaku Luiza*, criado pelo artista plástico Mundão, que representou a liderança religiosa através de traços que se próxima da arte egípcia, a ilustração se encontra presente no volume XVI dos Cadernos de Educação.

***Gaiaku* Luiza**, ou, Luiza Franquelina da Rocha- *Vudunsi* é uma das mais importantes sacerdotisas do culto *jeje-mahi* no Brasil. Possuidora de uma sabedoria inigualável , foi uma das poucas a abrir, em 1952, uma roça de candomblé Jeje-Mahi, haja visto que a prática do culto Jeje não era comum de se encontrar. Havia na época, apenas dois terreiros *Jeje-Mahi* na Bahia, o *Zòògodò Bogun Malè Hùndo* - Terreiro do Bogun, em Salvador, e a Roça de Ventura - *Sejá Hundê*, em Cachoeira. (SANTOS, 2013)

De acordo com informações do Caderno, o termo *Gaiaku* se refere a um dos títulos próprio dos terreiros jejes na Bahia, utilizado para designar o cargo à mãe de santo, que podem ser três*: Gaiaku, Doné e Mejitó.* Esses cargos estão relacionados com as famílias dos Voduns que compõem o culto. (ILÊ AIYÊ, 2008)

A trajetória de vida da sacerdotisa já foi tema de livros, dissertações de mestrados, e documentários como o intitulado: Gaiaku Luiza: força e magia dos voduns produzido em 2005, realizado pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e Televisão

Educativa da Bahia (TVE). Gaiaku Luiza de Oiá faleceu em 2005, aos 96, em sua roça na cidade de Cachoeira, mas continua sendo hoje uma grande referência para a compreensão da diversidade dos cultos de matriz africana no Brasil.

Dete Lima, também é homenageada pelo Caderno como uma Candace brasileira, "[...] portadora de um destino para ser nobre agraciada por uma inteligência privilegiada, artista plástica e visual reconhecida pela beleza e originalidade dos produtos artísticos que nascem da sua inspiração, unindo pensamento, criação e cultura nova" (ILÊ AIYÊ. 2008 p.22).

Ao longo de sua trajetória vida, Dete Lima tem se dedicado a arte de criar beleza, filha de Mãe Hilda, foi confirmada como *Ekéde* de Oxum no terreiro *Ilê Axé Jitolú*. É também, diretora do *Ilê Aiyê*, irmã, esposa, mãe dedicada, e artista laureada pelo público que reconhece sua arte sem medir esforços.

> [...] Dete usa para criar, coroas, adereços, imagens novas sobre a cabeça e estrutura das pessoas, contas, búzios, palha da costa, seda, cetim, renda, fitas, pedrarias, linhas e fios de todas as cores, privilegiando os tons africanos, para criar estilo, figurino nos cortejos, embelezando no Ilê Aiyê Rainhas, Ala de Canto, Grupo de Dança. Associados, Diretoria, Band' Aiyê, Band'Erê. Criações artísticas entre tecidos e cores do Ilê Aiyê. (ILÊ AIYÊ, 2008, p. 22- 23)

O caderno mostra todo o reconhecimento e a repercussão do trabalho artístico de Dete Lima, citando eventos, exposições, matérias de jornais, entrevistas publicadas, ações e projetos desenvolvidos pela artista, que faz de seu trabalho um instrumento de ensino, um meio para falar sobre autoestima, empoderamento e consciência racial.

Para apresentar a candace **Lélia González**, professora, antropóloga e militante de grande importância para a história do movimento e pensamento negro brasileiro, O caderno (ILÊ AIYÊ, 2008) se apropria de um texto produzidos pela Ministra, professora e ativista Luiza Bairros em 2000, que relata como era sua a relação com Lélia no período em que atuaram no Movimento Negro Unificado.

> Em sua opinião, a ideologia do branqueamento é a forma ideológica mais eficaz do racismo na América Latina, porque "reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade étnica por eles produzidos; o desejo de embranquecer (de 'limpar o sangue', como se diz no Brasil) é internalizado com a negação da própria raça, da própria cultura". (ILÊ AIYÊ, 2008, p. 29-30)

Lélia Gonzalez foi uma das intelectuais responsáveis por pensar na década de 1980, a categoria política e epistemológica de amefricanidade, que alinhado a uma postura pós-colonial, vem refletir sobre o processo de formação das diásporas negra e extermínio dos povos das américas, fazendo uma releitura a partir da luta e resistência dos povos colonizados em relação a colonialidade do poder. De acordo com Gonzalez (1988, p.75) "Continuamos passivos em face da postura político-ideológico da potência imperialisticamente dominante da região: os Estados Unidos". Foi a partir dai que começa a refletir sobre a categoria de amefricanidade.

> [...] as implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade ("amefricanity") são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência. Reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é. Referenciada em modelos como: a Jamaica e o Akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica.. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada aquelas do pan-africanismo, "negritude", "afrocentricity", etc. (GONZALEZ, 1988, p.73-75).

Gonzalez também é pioneira em pensar aquilo que chamamos de interseccionalidade. Ao denunciar a invisibilidade das mulheres negras dentro do movimento feminista e a pouca abertura que o movimento negro em discutir questões de gênero, Lélia Gonzáles coloca a necessidade de refletir sobre essas categorias de formas intercalada, considerando os diferentes tipos de opressões que atravessam os corpos das mulheres negras. As contribuições trazidas pela intelectual se tornou referência para pensar a análise social no geral.

Figura 18: Representação de Ruth de Souza.

Fonte: Ilê Aiyê, 2008, ilustração de Mundão.

Na imagem acima, temos novamente uma ilustração presente neste volume dos Cadernos de Educação em homenagem a atriz Ruth de Souza. Mantendo à simbologia do teatro, através da máscara, mas acrescentando indumentárias no estilo africano egípcio, de onde vem o teatro.

Ruth de Souza, nascida em 1921 e falecida em 2019, foi uma das primeiras atrizes negra a fazer carreira e enfrentar a exclusão do cinema e do teatro brasileiro, que ainda se nega a incluir personagens negros em seus enredos. Lutou contra o preconceito racial nas artes, criando ao lado de Abdias do Nascimento e Aguinaldo Camargo, o Teatro Experimental do Negro (TEN), grupo que passou a criar narrativas e espetáculos que privilegiavam temas que atravessavam a realidade da população negra, permitindo assim o protagonismo desses corpos. Baseado nos ideais panafricanistas, o TEN inventou uma estética dos negros. (ILÊ AIYÊ, 2008)

Ruth de Souza foi à primeira atriz negra a participar de uma telenovela, A cabana do pai Tomás, exibida em 1969 pela TV Globo. Tornou-se também, uma expoente nas artes, chegando a estrelar em mais de 30 filmes ao longo de sua carreira, entre os quais estão Sinhá Moça (1953), Assalto ao Trem Pagador (1962) e Terra é Sempre Terra (1952*)*. A atriz participou de grupos de estudos e peças de teatros no âmbito nacional e internacional. Faleceu aos 98 anos, em 2019, deixando um grande legado para as novas gerações de atores e atrizes negros, que seguem reivindicando um espaço de maior autonomia, representação e visibilidade nos meios de produção e comunicação. (ILÊ AIYÊ, 2008)

A quinta candace homenageada é **Leci Brandão**, nascida em Madureira, mas criada na Vila Isabel no Rio de Janeiro, filha de família de trabalhadores, lutou bravamente para alcançar a posição que hoje ocupa na cena musical e política.

> Compositora, cantora, atriz e política. Primeira mulher a participar da ala de compositores da Mangueira. Formada em Direito. Integrou o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher entre 2004 e 2008. É deputada estadual em São Paulo, pelo PCdoB, desde 2011. (SANTANA, 2018, p. 68)

Leci Brandão é exemplo de mulher que não se deixa abater por ninguém, seja no samba ou na política, tua caminhada alimenta a esperança de várias outras lideranças dessa nova geração, está constantemente envolvida com o feminismo negro interseccional e a luta pelo bem viver. Sua carreira como parlamentar se inicia no ano de 2010 quando se filia ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e se candidata ao cargo de Deputada Estadual pelo estado de São Paulo, sendo eleita no mesmo ano com cerca de 85 mil votos e reeleita em de 2014 e 2018, com uma média de 71 a 64 mil votos. Brandão se dedica a promoção da igualdade racial, ao respeito as religiões de matiz africana, a proteção das populações indígenas, quilombola e LGGBTQ+. (BRANDÃO, 2017)

Diferente dos perfis homenageados anteriormente, o **Grupo de Mulheres do Alto das Pombas**, conforme informações disponibilizadas em suas redes sociais é uma organização política, social, sem fins lucrativos, fundado no dia 08 de março de 1982. Foi constituído, majoritariamente, por mulheres negras moradoras do Alto das Pombas, bairro situado no Centro da Cidade de Salvador. As atividades do grupo visam a garantia de benefícios vitais, como: educação, saúde, lazer e moradia para a população de baixa renda, sobretudo as mulheres. E tem como compromisso político, lutar pela justiça social, contra a desigualdade, discriminação racial e violência contra a mulher.

O grupo de Mulheres do Alto das Pombas em seus 38 anos de existência, vem acumulando experiências no movimento popular com princípios que têm mantidos a sua legitimidade, autonomia e o seu protagonismo diante da comunidade e perante as instituições, partidos políticos, entidades, ONGs, e movimentos sociais. São teias de relações construídas que garantem a defesa de políticas públicas para os moradores e ações como: a reabertura da escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, que seria desativada pela Secretaria Estadual de Educação, em 1986; Defesa de Saneamento e Urbanização, em 1988; Reabertura do posto de Saúde na comunidade, em 1990; Revitalização e reforma da Lavanderia, em 1992; Reforma e implementação PSF (Programa de Saúde da Família no

Posto de Saúde; Reforma da Escola Municipal Tertuliano Góes, em 2000) e muitas outras práticas das quais não daríamos conta de enunciar. (ILÊ AIYÊ, 2008)

3.4.2 Contribuições dos Cadernos de Educação

Os conteúdos trazidos por esses dois volumes de cadernos, são de suma importância para a reconstrução do agenciamento dos negros na história, trazer para a sala de aula a experiência das irmandades religiosas do século XVII, mostrar as estratégias de sobrevivência, as formas de organização e manutenção da cultura e da vida da população negro-africana, é retirar esses corpos do lugar de docilidade e submissão a qual foram impostos, restituindo-lhes o direito a ação, de narrar e construir sua própria imagem e história.

O mesmo ocorre quando se conta a história dos quilombos e das organizações político culturais, ao trazer essas narrativas insubmissas para a sala de aula, dá a oportunidade aos alunos de compreenderem múltiplas formas de organização sociais e estratégias de combate e resistência as discriminações e opressões. Estimula o senso crítico na medida em que questiona o racismo e as hierarquias que estruturam as relações sociais no Brasil.

Os Cadernos de Educação oferecem subsídios para a construção de uma leitura histórica reflexiva, onde é evidenciado o construto civilizatório dos povos negro-africano, que estrutura a formação deste país. Ter contato com essa produção permite que os alunos tenham a oportunidade de compreender o povo negro como integrante e protagonista da História da humanidade, de recuperar uma memória que foi apagada.

De acordo com Candau (2012) esse processo permite que os alunos criem consciência histórica e reconstrua sua identidade.

> Se identidade, memória e patrimônio são ‘as três palavras-chave da consciência contemporânea’ – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade (CANDAU, 2012, p. 16).

Em perspectiva semelhante Amilcar Pereira (2013) reflete sobre a ausência de memórias e histórias em torno da participação da população negra na formação de nossa sociedade, que se constitui enquanto um problema em relação ao processo de formação educacional e para a construção de um país democrático. Pereira (2013) defende a

importância de um currículo que abranja todas as matrizes culturais que formam a sociedade brasileira.

> A pluralidade étnico-racial, refletida em memórias e histórias diversas presentes nos currículos e nas práticas educativas, é importante para todos os brasileiros, tanto negros quanto brancos, amarelos ou indígenas. As relações são sempre dialógicas. Ao mesmo tempo em que a ausência de memórias e histórias de determinado grupo nas escolas dificulta as construções identitárias positivas pelos indivíduos deste grupo, a presença hegemônica de memórias e histórias de um grupo específico pode suscitar a construção de identidades que alimentem um sentimento de superioridade em relação aos outros grupos sub-representados nos currículos (PEREIRA, 2013, p.7)

Os Cadernos de Educação se constroem num exercício de descolonização dos saberes, ao fazer emergir narrativas que foram historicamente silenciadas, tencionam reflexões entorno da necessidade de se construir um modelo de educação inclusivo e emancipatório, que dialogue com distintas matrizes culturais e respeite as experiências dos grupos marginalizados. Nesse sentido as contribuições que esse instrumento pedagógico oferece são preciosas por trazer saberes e linguagens forjados no cotidiano, como o conhecimento dos terreiros de candomblé, a experiência das matriarcas, a musicalidade dos blocos afros através das letras de músicas, a estética das ilustrações, entre outros que elementos que fazem parte da vida das crianças.

Consequentemente esses materiais produzem rasuras epistêmicas, na medida que rompem com o projeto de monocultura das mentes, criam outras possibilidades de representação, de narrativas para os corpos negros, que podem ser interpretados como tecnologia de produção de vida, que alimentam um imaginário saudável, que recompõe a integridade e autoestima das camadas subalternizadas.

4 APRENDER FAZENDO: IMERSÃO NO CAMPO E A EXPERIÊNCIA PEDÁGOGICA DE PROFESSORAS NA ESCOLA MÃE HILDA

O intuito desta parte é relatar minha experiência de campo na Escola Mãe Hilda, tecendo reflexões acerca das práticas pedagógicas e do uso dos Cadernos de Educação pelas professoras em sala de aula. Para isso utilizamos as anotações e observações registradas no caderno de campo, documentos como o Projeto Político Pedagógico da Escola Mãe Hilda e entrevista[17] realizada com minha interlocutora, Professora Iana Marucha, uma das mulheres que atualmente, constrói parte do processo educativos das crianças no bairro.

Esses recursos nos auxiliaram na análise do que vem a ser o projeto socioeducativo do Ilê Aiyê, isto é, foram fundamentais para responder algumas das indagações explanadas no início da pesquisa no que se refere a forma como se dá o ensino das relações etnicorraciais na escola mãe Hilda; no que se diferenciam em relação ao ensino oferecido pelo Estado; e quais são as contribuições que trazem para a sociedade.

Para familiarizá-los com o ambiente da pesquisa, trarei na sequência uma breve descrição do espaço físico da escola e rotina escolar, baseado em minhas observações e anotação contidas no caderno de campo.

É importante trazer neste momento, informações sobre o público que a escola atende, que é em sua maioria de famílias negras com perfil socioeconômico de baixa renda, que habitam bairros próximos ao Curuzu, como San Martin, Lapinha, Largo do Tanque entre outros, que por se tratar de áreas periféricas do município de Salvador, estão expostos a um nível maior de vulnerabilidades, tanto em relação ao racismo estrutural, quanto ambiental, sujeitos ao estigma social submetidos em seus corpos, como também a violência policial, crime organizado e falta de acesso a saneamento básico.

Observamos que os alunos que tivemos um contato maior, raramente são filhos únicos e frequentam diferentes religiões, desde os cultos de matriz africana às religiões cristãs, evangélica e católica. Trazem consigo diferentes formas de interagir e aprender que aos poucos vão nos revelando parte do processo de socialização pelo qual passaram, e por esses motivos, que o corpo se torna um elemento de destaque no processo de ensino e

[17] Em decorrência do contexto imposto pela pandemia do Covid-19 e o isolamento social, tais entrevista tiveram que ser realizadas por via remota, através de uma plataforma virtual, que permite a efetuação e gravação de chamadas de vídeos e áudio. A entrevista com a Professora Iana Marucha ocorreu no dia 25 de julho de 2020, através da plataforma ZOOM.

aprendizagem na escola Mãe Hilda, porque ele expõe as marcas históricas que os alunos carregam.

4.1 Nosso sonho almejado já deu certo: Característica da Escola Mãe Hilda

Quem chega à escola Mãe Hilda rapidamente observa como a estética do lugar comunica e expressa os ideais ali cultivados. Nas paredes se estampam as cores verde, amarela, vermelha e preta ao lado de stencil de personalidades históricas como a rainha Nzinga e Tereza de Benguela, liderança quilombolas que enfeitam a área interna do pátio onde as crianças realizam suas refeições. Há também o grafite de uma mulher negra de cabelo Black em formato do continente africano, rodeado por frases de impacto como, "seu cabelo tem história", "poder nego", entre outras que instigam a curiosidade e autoestima nos alunos.

A presença de instrumentos de percussão estampados com o emblema do bloco, seus tecidos e temas de carnavais presentes tanto nas salas, como no próprio uniforme escolar fazem com que os alunos se integrem ao universo do Ilê estimulando um sentimento de pertencimento sobre aquele território. A escola Mãe Hilda possui quatro salas de aula espaçosas, sala da direção e da coordenação pedagógica, tem uma biblioteca, cozinha e pátio com dois banheiros. Há outras áreas que são utilizadas para as atividades, como o salão central onde ocorrem shows, ensaios e também as aulas de educação física das crianças.

Todas as atividades são desenvolvidas e colocadas em prática cuidadosamente com o maior zelo, a merenda é garantida pela instituição e o cardápio é planejado semanalmente, sendo elaborados pratos específicos para cada dia da semana. As funcionárias são em sua maioria mulheres que já possuíam algum tipo de vínculo com o bloco *Ilê Aiyê*, por exemplo, Mirinha, a primeira Deusa do Ébano eleita no ano de 1979, é quem hoje auxilia no preparo da comida para as crianças, Dona Vera, funcionária antiga do bloco cuida da limpeza do espaço, Doné Hildelice é a Diretora, Josenice Guimarães a coordenadora pedagógica, entre outras.

Por ser uma instituição comunitária a escola Mãe Hilda tem sido mantida por recursos captados pelo Bloco e em certa medida pela colaboração da comunidade local, que contribuem com doações de alimentos e materiais de uso cotidianos quando solicitados. Os responsáveis, funcionários e simpatizantes realizam uma espécie de apadrinhamento colaborando com a confecção de bolos para as festas de aniversários mensais dos alunos

que a escola preza por comemorar, levando em consideração que muitas famílias não têm condições de realizar sozinhas.

Muitas vezes os recursos oriundos dos patrocinadores do bloco não são suficientes para suprir as demandas e gastos, neste aspecto não poderíamos deixar de notabilizar os esforços empenhados pelos professores e agentes internos a comunidade que tem mantido a escola em funcionamento, mesmo vivenciando situações adversas como à falta de verba e equipamentos técnicos.

Para compreender com maior profundidade a forma de funcionamento da escola, como se dão as práticas pedagógicas e o uso dos Cadernos de Educação buscamos entrevistas a Professora Iana Marucha[18], que nos concedeu espaço para a realização do campo de pesquisa, permitindo que acompanhássemos as aulas do grupo 5[19] para quem lecionava, durante os quase 4 meses de imersão. A escolha por esta classe se deu justamente por entender que as relações raciais devem ser trabalhadas desde cedo, nos primeiros momentos da socialização das crianças

A Professora Iana Marucha nos contou que ainda com toda a precariedade que recai sobre a educação, ela entende a educação como um projeto de vida e por isso se empenha em dar o seu melhor para que as crianças tenham a oportunidade de desfrutar de uma boa qualidade de ensino. É esse mesmo motivo que a leva a ter um diálogo mais direto com a comunidade, no sentido de reunir pessoas para enfrentar as dificuldades em conjunto, é por isso que afirma que apesar de realizar um bom trabalho, nada do que ela faz, é feito sozinha.

Podemos compreender essa fala no sentido literal de estar sempre atuando em conjunto com outros atores, mas também pode ser entendida num sentido mais metafísico, no remeter-se a uma ancestralidade, isto é, ela não faz nada sozinha porque está sempre acompanhada da presença de seus ancestrais, de seus orixás, da força emanada por eles para a realização de seus devires na terra.

A professora Iana Marucha, é moradora do bairro da Curuzu há 34 anos, oriunda de uma família onde as mulheres, mães e tias são educadoras, não teve dúvidas sobre o papel estruturante que a educação teria em sua trajetória. Além de professora, Iana também é Mãe, Cantora na Banda Aiyê e fisioterapeuta, desenvolve ações voltadas para a saúde da

[18] A professora Iana Marucha autorizou o uso de sua identificação.

[19] um dos sonhos de Mãe Hilda era construir também uma creche para abrigar as crianças menores, porém não houve a possibilidade de realizar este feito, a solução que encontraram foi elaborar classes especiais com crianças de 4 e 5 anos.

população idosa na sua comunidade, através do Programa de Prevenção, Reabilitação e Atenção a Saúde do Idoso (PRASI).

Apesar de lecionar na Escola Mãe Hilda há cerca de 5 anos, o vínculo com o bloco Ilê Aiyê se deu muito anteriormente na infância, enquanto pulava carnaval junto a sua família. Ao completar 6 anos, sua mãe a matriculou no Projeto de Extensão Pedagógica, para que fizesse aulas de dança na Band'Erê, ela acreditava que um dia sua filha se tornaria a Deusa do Ébano do Ilê, no entanto, foi nesse processo que a habilidade para o canto de Iana foi descoberta.

> E aí quando ela me coloca nesse espaço, percebe que além das aulas de danças, ali era um espaço político. Então, era uma oportunidade de organizar minhas ideias, perceber pessoas e crianças iguais a mim, e que eu poderia pensar e refletir sobre algumas daquelas ideias que ela falava em casa e ver na prática. Fiquei até os 18 anos fazendo parte da Banda Ere, quando completo 18 anos eu passo para a banda Aiyê cantando mais profissionalmente mesmo. (MARUCHA, 2020)

Pelo depoimento observa-se que a Prof. Iana é fruto do PEP, na medida em que foi formada por ele em sua juventude, neste sentido a educadora fala desse lugar singular de quem vivenciou enquanto aluna o projeto onde hoje leciona. Outro fator que se evidencia diz respeito a leitura do bloco afro enquanto um território politizado capaz de promover a emancipação daqueles que dele participa. Uma vez que, como descreve Guimarães (2001, p.6), sua pedagogia adquire forma de luta político-cultural, e visa "[...] expandir a capacidade das pessoas, construir identidades, desenvolver condutas, habilidades e destrezas que as possibilite atuar de maneira responsável solidária, crítica e democrática na sociedade".

O bloco *Ilê Aiyê* e a Escola Mãe Hilda estão presentes constantemente em sua vida, foi nesse lugar que realizou os estágios docentes do curso de Pedagogia e da especialização em Psicoterapia. O curso em fisioterapia veio depois, fruto de uma demanda familiar e do desejo de ultrapassar as barreiras imposta pela falta de recursos, que impediu a contratação de um profissional da saúde na época em que sua avó precisou.

> Minha mãe foi uma mulher preta professora e ativista que teve a primeira escola na comunidade que moro, aqui no Curuzu. Então, tenho muita sorte em relação a isso, minha infância e juventude sempre foi bem orientada, digo por que, essa questão de preconceito, discriminação e estratégias de enfrentamento sempre foram discutidas em casa. Quando terminei o ensino médio, optei em fazer o magistério exatamente por ver minha mãe ensinar, minhas tias darem banca [...] a gente tinha mulheres pretas da comunidade que já alfabetizavam e muitas delas nunca foram à escola. (MARUCHA, 2020)

Essas dificuldades que atravessaram a vida da educadora foram com o tempo transformadas em habilidades, que hoje se revertem nos serviços prestados à comunidade do Curuzu. Estamos falando de uma professora que é compromissada com a vida e o bem viver da comunidade negra em diferentes frentes de atuação, e como veremos, essa pluralidade se reflete no campo da educação.

As bancas escolares foi um tema recorrente no desenvolvimento desta pesquisa, elas perpassam pela trajetória de vida de muitas pessoas que vivem nas comunidades periféricas de Salvador. Esses espaços são liderados majoritariamente por mulheres e exercem uma função social importante de garantir o acompanhamento educacional á crianças que geralmente são violentadas pelas instituições de ensino (CAVALLEIRO,2001). Também oportunizam um espaço de segurança para os alunos, na medida em possuem um olhar atento para com as vulnerabilidades sociais e pedagógicas a que estão suscetíveis. É comum que o trabalho realizado pelas bancas sejam referencias para o desenvolvimento de outras associações, coletivos e instituições que veem na educação não formal um caminho possível.

4.2 Práticas Pedagógicas na Escola Mãe Hilda

Na entrevista Iana nos contou sobre o exercício que teve de fazer antes de começar a lecionar, no sentido de entender a proposta da escola, o Projeto Político e Pedagógico, as leis 10.639 e 11.645, mas também de se entender enquanto professora negra, à frente de crianças de quatro e cinco anos que precisavam compreender os conteúdos de forma tranquila. Para ela a escola também se tornou um espaço onde pode aplicar os conhecimentos que aprendeu em casa e na vida.

Ao tratar de temas como o racismo, opta por utilizar o lúdico como instrumento de aprendizagem, por ser eficaz na transmissão dos conteúdos. Iana reconhece que a Escola Mãe Hilda oferece um tipo de tratamento diferenciado para seus alunos e o fato de ter nascido dentro de um terreiro de candomblé, também faz com que enfrente dificuldades por parte dos pais que tem uma concepção preconceituosa em relação cosmologia africana.

Neste aspecto a professora relata as dificuldades de se trabalhar com a temática africana e de realizar algumas atividades previstas no cronograma escolar, como a ida ao terreiro de candomblé, onde a escola foi criada. Para ela, pior do que o preconceito gerado

pelo desconhecimento é a opção pela manutenção da ignorância. No que tange a prática desenvolvida em sala de aula, Iana informa:

> Eu trabalho muito com projetinhos. Pego o PPP, faço minhas reflexões, trago a minha essência de mulher preta de periferia e produzo um projeto para os meninos [...] Se não tivesse nesse momento de pandemia, estaria trabalhando o projeto onde falaria da questão do orixá Obaluae e essa coisa da cura. Faço esse contraponto, mas não trago para sala de aula os fundamentos do orixá, apenas trago vestimenta, cores das contas das guias, trago quem é esse orixá, atividades lúdicas, músicas do próprio Ilê que traz a palavra Obaluae, e em algum momento, a gente usa isso como instrumento. (MARUCHA, 2020)

Iana pontua a necessidade de falar das religiões de matrizes africanas não apenas por fazer parte do conteúdo sobre África, mas porque há assim como ela, alunos que fazem parte da religião e que precisam se ver inclusos nos conteúdos escolares, tal como os alunos cristãos se veem. Durante a imersão de campo, observamos que a escola tem um Projeto Político Pedagógico diferenciado, traz em seu íntimo os conteúdos obrigatórios elegidos pela base curricular nacional, mas trazem conteúdos próprios que visam suprir as necessidades da comunidade.

Cada professora tem a possibilidade de planejar seu próprio cronograma de atividades, Iana opta por alinhar o cronograma escolar ao calendário afro-brasileiro, que reúne datas significativas, como o dia da independência dos países africanos, datas que marcam a criação de agremiações culturais baianos como é o caso do aniversário do Olodum e de outras lideranças históricas do movimento negro. Muitas atividades são planejadas através desses marcos referenciais.

> Não é que a gente vai deixar de trabalhar outras disciplinas porque estão nas diretrizes, fazem parte do calendário, mas eu, especificamente, tenho no meu planejamento o calendário anual da escola, o calendário tradicional com todas as datas comemorativas e, além disso, trabalho o calendário afro-brasileiro junto. [...] Então, no calendário afro-brasileiro tem o dia em que nasceu Nelson Mandela, que também foi tema do carnaval do Ilê Aiyê, já faço uma coisa só. A independência de Senegal no mês de abril, trabalho a bandeira de Senegal, as cores da bandeira, trabalho vestimenta, pego as músicas do Ilê Aiyê, porque eu conheço a história e sei que nos anos 80 o Ilê homenageou Senegal. Então, tem apostila, tem música, tem Caderno de Educação, tenho que trazer isso para os meninos e falar da independência do país de forma que isso chegue até eles.
>
> Eles não têm domínio de leitura, mas a pró pode cantar, pode recitar, pode trazer um diretor, o figurino do carnaval, então chama a Tia Dete, foi ela quem estava nesse momento pensando o figurino [...] peço para tia Dete explicar essas coisas de estamparia e tal, então é trabalhar os conteúdos tradicionais com base em África, se eu tenho lá, porque não fazer?!

> Ai tem o Dia da Paz, faço um link do Dia da Paz com o momento em que todo o bloco está concentrado na ladeira do Curuzu de frente para o terreiro de candomblé e tem toda uma cerimônia em que soltam pombas brancas pedindo paz, etc, trago esse momento para dentro da sala, pego revista do bloco, recorto e peço para os meninos perguntarem em casa se já viu, se já participaram para dizer como é, contar, então eles trazem nesse momento a fala dos pais e responsáveis, tento sempre trazer essa realidade que é deles, porque a maioria são moradores do bairro da Liberdade, Curuzu e bairros próximos, então conhecem a história do Ilê Aiyê e trabalho algo que seja muito próximo deles. (MARUCHA, 2020, p.4-8)

Alguns aspectos interessantes nos chamam atenção na fala da educadora. Há uma preocupação em trabalhar conteúdos que fazem parte da experiência vivida pelos alunos, utiliza-se de marcos referencias que estão presente no cotidiano da comunidade, esse exercício permite que os conhecimentos prévios dos alunos sejam de fato inclusos no processo educativo, o que estimula o sentimento de pertencimento deste com a comunidade.

Pode-se considerar que a educadora adota uma perspectiva intercultural crítica da educação, uma vez que mobiliza saberes construídos com os alunos em sua prática cotidiana nesse sentido identificamos que o, *Ilê Aiyê* conseguiu construiu uma proposta educacional que de fato dialoga com a realidade sócio cultural da comunidade do Curuzu, "[...] articulando conhecimento cientifico e ou outros conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades sociais, culturais, históricas e política." (GOMES, 2012, p.99)

Iana acredita que seus alunos aprendem de forma diferenciada e que o bloco oferece muitos recursos que podem ser utilizados como instrumentos pedagógicos nas aulas, como as músicas temas dos carnavais, a possibilidade de trazer artistas como a deusa do ébano, os compositores das músicas temas do carnaval, as parcerias com os professores da Band'Erê, isto é, a percussão do bloco, todos esses elementos tornam a aprendizagem das crianças prazerosa. O propósito de fazer com os recursos que se tem, com as habilidades que tem, com as pessoas que estão junto à comunidade, é também uma forma de valorizar a realidade vivenciada pelas crianças, as famílias e os saberes locais.

Assim o currículo da escola é construído de forma a valorizar as culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, a reconhecer a sabedoria e o respeito dos mais velhos, a respeitar o tempo de aprendizagem e experimentação das crianças. Um currículo e uma prática cotidiana que incentiva valores pautados na igualdade de direito, no respeito à

diversidade, na valorização do ser negro e consequentemente na negritude, na preservação do corpo, elemento de centralidade na escola.

> Outra coisa bem legal é a questão de gênero, que a gente percebe que ainda é muito difícil, aquela coisa do preconceito de que menino não pode brincar de boneca, de que só pinta se for com o lápis de cor azul, a gente desmitifica isso em sala de aula e eu trago um projetinho que é muito legal onde tem uma boneca preta que visita à casa das crianças. (MARUCHA, 2020, p.4)

A professora também destaca a necessidade de trabalhar temas ligados a sexualidade e gênero, considerando que práticas machistas e sexistas são recorrentes no universo escolar. As reclamações que a professora expõe demonstram o quanto vivemos em uma sociedade conservadora, moralista, machista, misógina, sexista que se reproduz através da educação familiar e escolar, impedindo a construção de uma sociabilidade saudável, respeitosa das diferenças e diversidade.

É por isso que projetos socioeducativos desenvolvidos pelo Ilê Aiyê são necessários, uma vez que se comprometem com a construção de uma sociedade menos desigual e hierárquica, que ensina as crianças desde a sua infância a conviver com o diferente em pé de igualdade, que mostra a pluralidade de linguagens e formas de se enxergar o mundo, que estimula o pensamento crítico e o questionamento dos discursos hegemônicos.

> Eu compreendo que é necessária essa parceria mesmo com a família, porque senão a gente fica dando empurro em algo que não vai, porque e a família também não cede. Por exemplo, a família precisa dizer ao menino que ele não vai deixar de ser menino por levar a boneca para casa. E que essa boneca tenha vivência da casa, dorme junto com ele, coloque ela na mesinha para ouvir a história que a mãe vai contar... isso não vai dizer que ele não é um menino, muito pelo contrário. Então é um trabalho de parceria com a família, se a gente não os tiver juntos fica de fato mais difícil. (MARUCHA, 2020)

A educadora enfatiza a importância do diálogo com a família ao longo do processo educativo e a necessidade de tê-los como aliados no processo de aprendizagem, uma vez que, tanto a família quanto a escola participam efetivamente da construção educacional das crianças. É comum que haja conflitos em relação a ideias e conteúdos na medida em que vivemos numa sociedade diversa e democrática, porém podem ser solucionados através do exercício de escuta e empatia. Onde ambas as partes possam expressar suas necessidades.

4.3 Os Cadernos de Educação em sala de aula

O primeiro contato que a professora teve com os Cadernos de Educação se deu através do Prof. Jônatas Conceição, no período em que ainda estudava na Band'Erê. A educadora destaca o pioneirismo da proposta que antecederam as leis 10.639/03 e 11.645/08 e compartilha a forma como atualmente utiliza o material.

> [...] E é exatamente esses cadernos que eu utilizo hoje. Então se tiver algum texto que eu precise trabalhar em sala de aula, em algum momento posso fazer essa reprodução, xerocar na escola o texto, pois infelizmente não tenho Cadernos suficientes para todo mundo. Como os meus [alunos] são pequenininhos e não tem domínio de leitura, eu pego o Caderno que vou trabalhar que geralmente traz temas de Carnavais do Ilê Aiyê e uso outra ferramenta que são as músicas, que tem as letras presentes nos Cadernos. Trago as músicas, às vezes eu as canto com um pandeirinho para eles, em outros momentos trago mesmo os áudios. E a gente trabalha ou aquela temática, aquela disciplina de forma que chegue até eles por conta da idade. (MARUCHA, 2020)

O depoimento de Iana nos informa sobre uma questão importante para pensarmos o processo de recepção dos professores sobre os Cadernos de Educação, que é a falta de reproduções suficientes para uso interno dos alunos. O fato de haver poucas unidades dos materiais fazem com que seu uso se dê de forma restrita, em momentos específicos como veremos adiante. Outras professoras que trabalham na instituição recebem os cadernos como um material primário para a sua própria formação, a partir da leitura e do planejamento do cronograma anual é que vão desdobrando o conteúdo absorvido em atividades outras ao longo do ano. Apesar de ter um bom acolhimento os Cadernos de Educação não são utilizados de forma exclusiva, havendo a consulta de outros materiais didáticos.

Os Cadernos de Educação estimulam a aproximação de diferentes linguagens artísticas que podem e devem ser utilizado como instrumentos pedagógicos, como a música, que é central para o entendimento da história e cultura africana. O material continua sendo utilizado na Escola Mãe Hilda, porém de forma mais restrita, a depender do interesse das professoras. Por não ser produzido em larga escala, o acesso aos Cadernos também se encontra limitado ao espaço físico da biblioteca do IIê na Senzala do Barro Preto e em outros locais como a biblioteca municipal nos Barris e no acervo do CEAO-UFBA.

Na escola Mãe Hilda, os Cadernos também são consultados quando há o desenvolvimento de projetos em conjunção com a Band'Erê e demais salas de aula, normalmente, apresentados no encerramento do ano letivo. Ao me aproximar da Escola

Mãe Hilda e durante a realização desta pesquisa, pude acompanhar um pouco desse projeto, como veremos em sequência.

4.4 Experiência Prática com os Alunos

Todo ano a escola Mãe Hilda pensa um projeto articulado com a Band ‘Erê, sob o tema de carnaval do ano. Em 2018, quando me aproximava da Escola, pude perceber que as professoras estavam trabalhando com o tema em comemoração aos 100 anos de Nelson Mandela, liderança política que enfrentou o sistema de apartheid na África do Sul. Mandela também esteve n o bairro da liberdade/Curuzu, em 1991, quando visitou o Brasil.

Foram realizadas diferentes atividades sobre o tema ao longo do ano, como murais de pintura, contação de história, construção de mascaras africanas, desenhos e outros trabalhos que foram organizados e apresentados na etapa final do projeto, juntamente com a apresentação artística cultural organizada por todas as turmas do PEP, que se dedicaram a ensaiar letras de música e coreografias para finalização do ano letivo.

Figura 19: Bolo em comemoração ao Projeto realizado pelo PEP em homenagem ao centenário de Nelson Mandela, Escola Mãe Hilda, dia 27 de Novembro de 2018.

Fonte: Professora Simone, Acervo Escola Mãe Hilda, Salvador, 2018.

As apresentações são abertas para os pais e responsáveis e todos os funcionários da Escola Mãe Hilda, além da exibição das atividades pedagógicas realizadas no ano, há também a entrega de lembrancinhas e a partilha de quitutes, que dão sabor a festa. É uma

atividade importante que reúne sob o mesmo espaço pais, alunos, professores, responsáveis, funcionários para celebrar mais uma etapa vencida pelas crianças da Escola Mãe Hilda.

Em 2019, o tema do projeto foi os 45 anos de *Ilê Aiyê*, neste contexto o I volume do Caderno de Educação foi utilizado como base para elaborar as atividades para as turmas do PEP, considerando que ele conta a história do nascimento do bloco. Neste mesmo ano também foi realizado a exposição Ocupação *Ilê Aiyê* 45 anos em parceria com o Itaú Cultural, houve também a exposição *Àse*: Poéticas de empoderamento, que contava a trajetória do afoxé Filhos de Gandhy, bloco afro Ilê Aiyê, Malê Debalê, Muzenza, Dida e Cortejo Afro, realizada com o apoio da Caixa Cultural em Salvador.

Outra experiência que tivemos ao longo do trabalho de campo, refere-se a uma visita dos alunos do grupo 4 ao 5º ano da escola Mãe Hilda até a biblioteca municipal Monteiro Lobato em Salvador, onde ocorreu a leitura do livro Os contos de Fada na Realidade Afro-Baiana da escritora Maria Izabel Nascimento Muller (2017).

O livro infanto-juvenil apresenta uma releitura das personagens clássicas que descreveriam os costumes do mundo branco ocidental. Nele personagem como a Rapunzel, tem seus longos cabelos transformados em Dreads Locks, em referência a influência da cultura Jamaicana na Bahia.

Figura 20 - Visita a biblioteca comunitária "Monteiro Lobato" para leitura do livro "Contos de fada na realidade afro-baiana" de Maria Izabel Nascimento Muller

Fonte: Acervo pessoal, Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, Salvador, 2019.

A atividade ocorreu no dia 03 de abril de 2019, no período matutino. Antes de apreciarem propriamente a contação de história, os alunos foram recepcionados por funcionárias que apresentaram a obra O boi Multicor, do escritor baiano Jorge Conceição (1995), onde se propõe descontruir o racismo incutido na cantiga popular, boi da cara preta, apresentando outra versão que explora contextos diversificados, como a seguinte:

> Boi boi boi,
> Boi da cara preta,
> Você é muito lindo
> Desfilando de lambreta (CONCEIÇÃO, 1995)

Ao inverter a ordem que nos é socialmente imposta, a obra proporciona o questionamento da naturalização do racismo nas relações sociais e oferece uma nova perspectiva que rompe com os aspectos negativos imputados pela a racialização do Boi. De modo simples e descontraído, Conceição (1995) possibilita às crianças uma nova forma de identificação e interpretação da cantiga, atribuindo características positivadas que aviva a criatividade e o protagonismo do personagem.

O mestre Jorge Conceição, além de ter sido geografo, foi também um estudioso de abordagens holísticas na Medicina, um brincante e arte-educador, que utilizou a literatura, alimentação e as diversas formas de manifestações culturais como instrumentos de promoção da diversidade e enfrentamento ao racismo. Após publicar em 1995, o livro infanto-juvenil, O Boi Multicor, Conceição (1995) da continuidade a suas ideias criando o Projeto Boiada Multicor, onde levava de forma lúdica a contação de histórias afirmativas sobre diferentes raças e etnias. (MENEZES, 2017)

As crianças demonstraram muita alegria ao conhecer a nova versão da cantiga Boi da Cara Preta, riam dos finais inesperados em toda troca de verso cantada pelas educadoras. Em relação à história de Muller (2017), sobre os contos de fada na perspectiva afro-baiana, as crianças ouviram de forma atenta, comentando sobre a similaridade de algumas práticas culturais expressas no livro, por exemplo, o hábito de comer acarajé que aparecia em uma das histórias.

As educadoras da Escola Mãe Hilda, realizaram posteriormente atividade de perguntas e respostas em relação as histórias contadas. Ganharam também uma edição do livro (MULLER, 2017) para ser utilizado coletivamente nos dias de leitura, projeto mensal de leitura e contação de histórias realizados pelos alunos da Escola Mãe Hilda.

Trouxemos essa experiência para realçar o elo entre a proposta pedagógica da Escola Mãe Hilda e esses intelectuais, Jorge Conceição, Ana Célia Silva, Maria Izabel

Muller, que têm como plano de fundo as mesmas preocupações e objetivos, que envolvem o combate ao racismo e a preservação dos valores e contribuições da cultura afro-brasileira. Ana Célia ao teorizar sobre a desconstrução da discriminação do negro nos livros didáticos, realiza o mesmo exercício de transformar a lógica das narrativas discriminatórias, por conteúdos que exaltem e valorizem as características físicas, culturais e filosófica da população negra.

Durante a visita os alunos conheceram também alguns dos principais personagens criados por Monteiro Lobato, em sua obra clássica sobre o Sitio do Pica-pau amarelo. Circulamos pela biblioteca municipal, onde nos foram apresentadas salas com objetos históricos da vida pessoal e acadêmica de Lobato, como também uma sala específica sobre Histórias em quadrinhos, que continha as primeiras edições do gibi Turma da Monica, criado por Mauricio de Souza, à sua versão mais recente, intitulada a Turma da Mônica Jovem, além de outros super heróis.

Essa atividade teve como objetivo proporcionar aos alunos experienciar os espaços da cidade de Salvador, além de ter contato com narrativas que estimulem o fortalecimento de sua autoestima e identidade. A atividade também estimulou a capacidade de concentração dos alunos, o respeito aos mais velhos, a disciplina e a curiosidade em conhecer outras realidades.

Para além do descrito, pudemos observar que dentro do espaço físico da biblioteca municipal estavam simultaneamente presentes dois tipos de discursos em relação à construção de uma literatura infanto-Juvenil, um de caráter antirracista, representado pela autoria de Izabel Muller e Jorge Conceição e outro oposto, representado pela literatura de Monteiro Lobato.

As obras de Lobato têm sido por décadas denunciadas como racistas (SILVA, 1995) dada a construção de personagens como a Tia Anastácia, mulher negra, faxineira que no enredo do Sítio do Pica-pau Amarelo, é menos considerada do que um sabugo de milho, como coloca o poeta Giovane Sobrevivente, no poema intitulado “A revolta de Tia Anastácia”, que também questiona o protagonismo dado a Dona Benta. (SOBREVIVENTE, 2020)

Chamamos a atenção para essa ocasião, para evidenciar como se dá essa disputa simbólica e de narrativa no cotidiano. Ao mesmo tempo em que os alunos se deslocaram até a biblioteca municipal para ouvirem uma história, cujo personagens se aproximavam da sua realidade, estavam também imersos num cenário que reproduzia símbolos de uma literatura tida como clássica, onde os mesmos não se viam inclusos, ou, estavam em lugares

de subalternidade. Essas sutilezas, muitas vezes são naturalizadas, mas simbolicamente representam um forte tensionamento em relação a mudanças nos paradigmas.

4.5 Escola Mãe Hilda em tempos de Pandemia

No decorrer da pesquisa fomos atingidos pela pandemia do COVID-19, contexto crítico de emergência sanitária que abalou mundialmente diferentes países, deixando número assustador de óbitos, desempregados e pessoas em situação de vulnerabilidade social. No Brasil o impacto do vírus e a falta de medida de contenção e segurança eficazes, tornou o cenário bastante instável e sem perspectiva de melhoras, sendo a população negra, periférica, indígenas, quilombolas, idosos, ribeirinhos e demais grupos das camadas populares os principais afetados.

As escolas permanecem fechadas, operando através do ensino remoto, as aulas acontecem por plataformas online, no entanto, grande parte dos alunos não tem condições de acessar, aumentando de forma significativa o número de evasão escolar.

Em relação a esse contexto perguntamos a professora Iana Marucha, como tem se dado as relações na Escola Mãe Hilda, de que forma a pandemia tem impactado a Escola e a realidade dos alunos no bairro do Curuzu.

> Eu tenho sofrido muito assim, porque eu acho muito legal a minha relação com os meninos... A gente tem um grupo no Whatsapp com todos os pais da turma, esse ano eu não ia lecionar para a turma dos pequenos, estava com a turma do terceiro ano é algo que também é novo pra mim, mas a gente tenta estreitar essa relação de uma forma que eu possa driblar essa questão da pandemia e do isolamento. Mas eu fico preocupada porque esse era o momento em que eles deveriam estar na escola e não estão. Mas aí eu faço atividades via Whatsapp mesmo, faço a atividade e cobro essas atividades. E assim, o aluno que não tem esse recurso da internet e tal, a pró tem que dar um jeito, dá aquele jeitinho brasileiro, coloca a máscara vai lá e entrega a atividade. A gente sabe que está complicado, está difícil, mas a gente não pode desligar deixar. Então eu tento fazer dessa forma, combinamos de dar aulas mesmo online, mas com o pé no chão porque eu não tenho toda turma no Whatsapp. A gente não vai recuperar, mas podemos ressignificar esse tempo e pensar lá na frente novas estratégias para eles, sabe? Que facilite esse processo, que eles saibam que possam continuar seguindo, para que não desistam. (MARUCHA, 2020)

Esse contexto pandêmico tem dificultado o acesso dos estudantes negros periférico ao ensino, principalmente os que acompanhamos cujo faixa etária está entre 5 e 6 anos de idade, uma vez que poucos tem condições materiais de ter um local especifico para uso de aparelho eletrônico e acesso à internet, sem falar da falta de instrução técnica e

acompanhamento necessário no que tange a apreensão dos conteúdos e uso dessas tecnologias.

É preciso considerar que a escola além de oferecer a transmissão de um conhecimento sistematizado, também cumpre a função de zelar pela vida das crianças no período em que estão inseridas no espaço, enquanto os responsáveis vendem sua força de trabalho, ou se ocupam com outras atividades. garantindo alimentação, assistência psicossocial, entre outros.

Apesar da Organização Mundial da Saúde recomendar a prática do isolamento social estimulando que as pessoas permanecerem dentro de suas casas, nem todas as famílias tem estrutura e condições para cumprir essa recomendação, ficando ainda mais expostos as vulnerabilidades, como constata a pesquisa realizada por Érika Dias e Fátima Pinto (2020), sobre o impacto do Covid-19 na educação e os obstáculos enfrentado pelos alunos, professores e gestores escolar.

> Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, *software* e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EaD que resulte em aprendizagem. Não podemos esquecer que saúde física e saúde mental andam juntas. A duração prolongada do confinamento, a falta de contato pessoal com os colegas de classe, o medo de ser infectado, a falta de espaço em casa – torna o estudante menos ativo fisicamente do que se estivesse na escola – , e a falta de merenda para os alunos menos privilegiados são fatores de estresse que atingem a saúde mental de boa parte dos estudantes da Educação Básica e das suas famílias. (DIAS; PINTO, 2020, p. 546)

No caso da escola Mãe Hilda, as professoras tem lidado com uma situação extremamente delicada e de pouco controle, tentam adaptar seu trabalho conforme as ferramentas que tem em mãos, sem exigir muito de si e dos responsáveis dado as condições precárias, visando também a saúde mental de todos que tiveram suas vidas afetadas pelo contexto. Entretanto, se mantém esperançosa em relação a um futuro melhor, onde seja possível pensar novas estratégias de aprendizado que de conta de suprir o déficit criado pela pandemia.

A sede do Ilê Aiyê tem sido utilizada para a realização de ações solidárias, como a entregas de cestas básicas para as famílias com filhos matriculados no PEP. Como tem se visto em reportagens e matérias nos jornais, frente ao abandono e despreparo do governo federal, muitas comunidades periféricas no Brasil tem realizado um trabalho de auto-

organização efetivo na arrecadação e distribuição de alimentos e itens de higiene para suprir as demandas locais e conter o alastramento do vírus.

Até o momento, não se tem perspectiva de quando é que as escolas e projetos educacionais retornaram as atividades presenciais, considerando o risco eminente de contágio e a ausência de vacinas que imunize toda a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou os Cadernos de Educação e o Projeto Sócio Educativos do bloco *Ilê Aiyê*, por entender que instituições do movimento negro já consolidavam espaços educacionais dando conta de uma série de demandas histórica, muito antes da promulgação da Lei 10.639/2003. As ações dos movimentos negros contribuíam para democratização do conhecimento valorização do legado dos povos negros e indígenas, exercício que a rede pública de educação nunca se apresentou como capaz de repensar não só o modelo, mas, sobretudo, o conteúdo pedagógico.

Nessa perspectiva podemos considerar o pioneirismo das instituições sociais do movimento negro como o Ilê Aiyê que, 8 anos antes da promulgação da lei 10.639/03 que inclui na LDB a obrigatoriedade do ensino da historia e cultura Africana e Afro Brasileira, já tinha acumulado por sua própria conta metodologias e um arsenal de conteúdo sistematizado para educar crianças, jovens e adultos por entender que só assim poderíamos construir um outro modelo de sociedade tendo a educação como um instrumento transformador. E temos nos espaços culturais, artísticos forjados na base do movimento negro um grande alinhado para construção e disseminação desse conteúdo, uma vez que não os encontramos presentes nos currículos dito oficiais.

Através de diferentes linguagens, seja a partir da musicalidade do Olodum, Malê Debalê, Muzenza ou do movimento reggae, ao som de Edson Gomes embalando as manifestações de protestos, ou mesmo através dos blocos carnavalescos invadindo avenida valorando a estética e símbolos Africanos.

Trago isso por acreditar que o grande desafio reside aqui em pensar uma proposta de reconstrução pedagógica educacional baseada nas experiências dessas instituições para todo o sistema de educação. Dada a necessidade de extrapolar os muros e os espaços físicos da escola hoje que ainda não conseguem pensar e reelaborar uma educação que veja nessas linguagens artísticas e nesses espaços não formais de educação potencialidades formativas que tocam na subjetividade de todos os sujeitos, branco e não brancos.

O que o Ilê enquanto experiência empírica nos ensina é que só iremos construir outro modelo e relação de ensino e aprendizado quando as redes educacionais entenderem ou aceitarem que os corpos têm vida e história. Só iremos avançar quando compreenderem o quanto é importante que essas crianças negras consigam ver em sala de aula o samba reggae, o maracatu, o jongo, o samba de roda, a capoeira e toda as outras expressões culturais que são constituidoras de sua existência.

Nesse sentido, consideramos que os blocos afros e demais entidades oriundas do movimento negro produzem tecnologias de vida, a medida em que pensam um projeto educativo inclusivo, que dialoga interculturalmente com as diferentes matrizes formadoras do país e se atentem as necessidades singulares dos grupos que foram historicamente alijados.

Na difícil tarefa de romper com as narrativas hegemônicas excludentes que recaem sobre os currículos escolares e os modelos educacionais tradicionais, dispositivos pedagógicos como os Cadernos de Educação, vem realizando uma espécie de rasura epistêmica, ao veicularem conteúdos referentes aos valores civilizatórios africanos e cultura afro-brasileira apresentando outras possibilidades interpretativas que valorizam a existência desses sujeitos antes relegados ao esquecimento.

Apesar dos Cadernos serem um instrumento pedagógico importante para o trato das relações etnicorraciais, o uso que se faz deles é tão importante quanto, por isso apontamos a necessidade de ter educadores qualificados e comprometidos com o ensino das relações etnicorraciais, nas diferentes áreas de conhecimentos e níveis da educação. Profissionais que sejam capazes de corrigir posturas discriminatórias, direcionando relações entre pessoas de diferentes grupos de pertencimento para o caminho do respeito mútuo, que tenham sensibilidade para entender as nuances do racismo e operar sobre ele.

O que a experiência de campo na Escola Mãe Hilda nos mostra são possibilidades de uso de diferentes estratégias e instrumentos pedagógico na construção de um projeto educacional antirracista, auto organizado que refletem sobre as condições de ensino e aprendizado, compreendendo que tanto os professores, quanto os alunos estão em constante processo de formação. A Escola Mãe Hilda nos propõe olhar para outros tipos de produção de conhecimento, adotando isso que denominamos como pedagogia de terreiro, que pensa o respeito aos mais velhos e aos mais novos, o respeito a natureza e as diferenças.

Apontamos para a necessidade de construção de propostas curriculares, onde os conteúdos não violentem, mas dialoguem com a realidade dos alunos e da comunidade onde se insere, num exercício de valorizar os saberes locais e as experiências empíricas dos sujeitos. Dito isso, gostaríamos de afirmar que essa dissertação, de forma alguma esgota as possibilidades interpretativas e analíticas em relação a tudo o que o Ilê Aiyê produz e representa, é necessário que haja um aprofundamento das reflexões aqui tecidas e que outras pesquisas expanda os temas aqui levantados, mostrando os ganhos e transformações decorrentes.

Conforme explicitam as leis 10.639/03 e 11.645/08, a descolonização dos currículos só se dará de fato quando entender que o processo educativo se faz para além dos muros das escolas, nos diversos espaços sociais parecerias com os movimentos sociais e demais setores. Por isso chamamos atenção para a necessidade do olhar para outras propostas que vem sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais, especificamente movimentos negros, que visam expandir o acesso a educação, como os cursinhos, Projetos de Extensões, Sites educacionais, entre outras iniciativas, e como essas propostas podem enriquecer e contribuir para a definição das políticas educacionais brasileiras.

As conversas, diálogos e laços de solidariedade trançados ao longo do meu envolvimento com a pesquisa é um dos fatores que me fortaleceram para que chegasse até aqui. Através dessa dissertação pude acessar espaços e lugares que não imaginava jamais estar, como a sala de aula da Escola Mãe Hilda, a casa de algumas de minhas interlocutoras, como Ana Célia da Silva e Maria Luísa Passos, que despertaram em mim o desejo em conhecer e pesquisar mais sobre a história de ativistas e militantes que participaram efetivamente do MNU e Ilê Aiyê. O sentimento que tive ao acessar a narrativas sobre a trajetória desses agentes era de estar reconstruindo de fato parte da minha memória e história, fragmentos que constituem meu corpo, minha existência na terra.

Digo isso porque uma das reflexões provocada pelo Ilê Aiyê no meu fazer acadêmico, se refere ao papel do corpo no existir cotidiano. O corpo como um território potente de criação e realização, portador de uma filosofia própria, um mediador de dois mundos, que apesar de ser marcado pela colonialidade, é o bem mais precioso que ainda hoje lutamos para preservar.

Aprendi foliando na ladeira do Curuzu, a magia transcendente da cultura, emanada pelo canto, a dança, a comunhão dos tambores, o brilho das fantasias, a potência dos corpos negros em movimento. Esse mesmo movimento que invade as salas de aula do Projeto de Extensão Pedagógico, que faz crianças de 4 e 5 anos vibrarem de alegria ao imaginarem-se gente, seres humanos íntegros em sua plenitude, que podem ousar sonhar um dia ser a Deusa do Ébano, um grande percursionista, um médico, ou qualquer outra coisa que queira.

Neste contexto de pandemia, escancarando a vulnerabilidade e intensificação das desigualdades raciais e sociais, não se pode esquecer do serviço imprescindível que a escola mãe Hilda realiza na comunidade do Curuzu, todos os esforços dos professores e da instituição para a manutenção do ensino com segurança, e também, do quanto todo esse cenário compromete a efetuação de políticas públicas que garantam o acesso a educação de qualidade e o ensino das relações etnicorraciais.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Jorge Manoel. **O NEGRO E A EDUCAÇÃO**: Movimento e Política no Estado do Rio Grande do Sul. 1987/2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ADÃO, Jorge Manoel**. Políticas públicas de ações afirmativas: educação e abá (pensamento) negro-brasileiro diásporico**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**: É necessário que nos libertemos de definições arqueológicas. Vitória, Anais XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia,1998

ANTUNES, Joelma Cristina de Lima. Práticas socioeducativas no carnaval do ilê Aiyê: política, cultura e identidade. *In:* **Anais do** VI Congresso Sergipano de História e VI Encontro Estadual de História da ANPUH/SE, 2018, Sergipe. Eixo temático: Celebrações, Cenários, Saberes e Fazeres na Perspectiva da Memória Cultural. Disponível em: http://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1541048010_ARQUIVO_ST02_anpuh_SE_joelma_Antunes_final.pdf Acesso em: 10 dez. 2019.

ARAUJO, Fafá. Maria Luísa Passos, 2019. 1 fotografia

ARAÚJO, Maria do Carmo. **Festa e resistência negra**: o carnaval no contexto dos Blocos Afro Ilê Aiyê e Olodum em Salvador. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1996.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Afro-Ásia, Salvador, v. 23, p. 347-368, 2000.

BARBOSA, Lindinalva. Trajetória Política de Lindinalva Barbosa Entrevista. [Entrevista oral cedida a] Joelma Antunes, 53 minutos, [transcrita por Joelma Antunes] Salvador, 5 de Out. 2020

BASTIDE, Roger. As religiões Africanas no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1971.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar**: 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOAVENTURA, Edivaldo M.; SILVA, Ana Célia (Org.). **O terreiro, a quadra e a roda**: Formas alternativas de educação da criança negra em Salvador. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade***:* lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Leci. **Leci Brandão, cantora, compositora e deputada estadual pelo PCdoB/SP**. Deputada Leci Brandão.2017. Disponível em: https://deputadalecibrandao.com.br/conheca-leci/itemlist/category/12-biografia Acesso em: 20 Ago. 2020

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília**: SECAD; SEPPIR, 2009. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/.arquivos/leiafrica.pdf. Acesso em: 20 set 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPIR, 2004 a.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012

CARDOSO, Marcos Antônio; SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Zumbi dos Palmares. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2010.

CARDOSO, Marcos. **O Movimento Negro em Belo Horizonte**: 1978-1988. Belo Horizonte: Mazza, 2002

CARDOSO, Oldimar; PENIN, Sonia T. S.. A sala de aula como campo de pesquisa. Aproximações e a utilização de equipamentos digitais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 113-128, jan./abr. 2009.

CARNEIRO, Edson. **O quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser**, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Édison. **Religiões negras**: notas de etnografia religiosa; Negros bantos: notas de etnografia religiosa e de folclore. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, p. 239, 1981.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In*: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**. Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001

CERTEAU, Michael de**. A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

CONCEIÇÃO Jônatas. **Miragens de engenho** (poemas). Salvador: IRDEB, 1984.

CONCEIÇÃO, Jônatas. **Vozes quilombolas**: uma poética brasileira, Salvador: EDUFBA, Ile Aiyê, 2004.

CONCEIÇÃO, Jônatas; BARBOSA, Lindinalva (orgs.). **Quilombo de palavras**: a literatura dos afrodescendentes.2. ed. ampl. Salvador: CEAO/UFBA, 2000.

CONCEIÇÃO, Jorge. **O boi multicor**. Salvador: Editora Vento Leste, 1995.

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. Stuart Hall para pensar as representações da África. **Projeto História**, São Paulo, n. 57, p. 340-355, set./dez. 2016.

CONRADO, Amélia Vitória de Souza. **Capoeira de Angola e dança afro**: contribuições para uma política de educação multicultural na Bahia. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. 2006, 314 f.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. Vol. 5, n.11. São Paulo. jan./abr. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 Abr 2019

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CRAVO, Mario. **Mãe Hilda Jitolú**,1999. 1 fotografia. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/a-origem/. Acesso: 13 nov. 2020

DIAS, Érika; PINTO, Fatíma Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020

DIAS, Marcos. Makota Valdina: "Toda mulher negra é ativista". **A Tarde**, Salvador, dia mês abreviado 2009. [Matéria atualizada em 19 de março de 2019]. Disponível em: https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/2043873-makota-valdina-toda-mulher-negra-e-ativista. Acesso em: 23 Jun 2020

DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. IN: MOKHTAR, G. (Org). **História Geral da África**: A África antiga. São Paulo: Ática/ UNESCO, 1983. Cap. I, 39-70.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid =S1413-77042007000200007&script= sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 jun. 2019.

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga**: uma história de Palmares. São Paulo: Veneta, 2017.

FANON, Frantz. **Pela negra máscaras brancas**., Salvador: EDUFBA, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, v.13, n.13, 2005

FIGUEIRÊDO, Andersen Kubnhavn. **Ativismo negro em salvador no período da ditadura militar (1970-1980)**. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) - Universidade Federal do Recôncavo, 2016.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas Públicas e Ações Afirmativas**. São Paulo, Selo Negro, 2009, 140 pp.

FONSECA, Marcus Vinícius. **Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)**. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

FREITAS, Joseania Miranda. **Museu do Bloco Afro Ilê Aiyê**: um espaço de memória e etnicidade. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, 1996.

FREITAS, Joseanea M. **O carnaval afro-brasileiro em Salvador: patrimônio da cultura Brasileira.** In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio, 2004, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra S/P, 2004.

GANDOTTI, M. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Dialogos. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL: Domínio Epistemológico, vol. 18, n. 2; p. 10-32, 2012.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e Dupla Consciência**. São Paulo: UCAM/Editora 34. 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra/Body and hair as symbols identity**. FAED- UDESC, Florianópolis, 2003. Disponível em: http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_textos_sociologia/Negra.pdf. Acesso em:

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção. Dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-44, jul./set. 2012a.

GOMES, Nilma Lino. (Org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012b.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, Dec. 2000. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo. php?Script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2019.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Antirracismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, p. 26-44, nov. 1995. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 mar. 2020.

GUIMARÃES, Elias Lins. **A ação educativa do Ilê Aiyê**: reafirmação de compromissos, restabelecimento de princípios. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

IDEB, "**Meu caminhar, meu viver" é o nome do livro escrito por Makota Valdina de Oliveira Pinto, que será lançado no dia 26 de novembro**. Instituto de Rádio Difusão da Bahia, 2013. Disponível em: https://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=8094 Acesso em: 16 de jun 2019.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do. **Organizações de Resistência Negra**. Vol. 1. . Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA, 1995.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do.. **Zumbi-300 anos.** Vol.3. Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA , 1996.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do. **Terra de Quilombo**. Vol. 8, Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA, 2000.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do. **África ventre fértil do mundo**. Vol.9, Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA, 2001.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do. **Mãe Hilda Jitolu**: Guardiã da Fé e da Tradição Africana**.** Vol. 12. Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA, 2004.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do. **O negro e o poder.** Vol. 14. Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA, 2006.

ILÊ AIYÊ, Caderno de Educação do. **Candaces: rainhas do império Méroe**. Vol. 16. . Projeto de Extensão Pedagógica. Salvador: EGBA, 2008.

ILÊ AIYÊ realiza 46º festival de música negra em Salvador. Redação 4P. Salvador, 13 dez. 2019. Disponível em: https://midia4p.cartacapital.com.br/ile-aiye-realiza-46o-festival-de-musica-negra-em-salvador/. Acesso em:

ITAÚ CULTURAL. Ocupação Ilê Aiyê. Itaú Cultural, São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/ile-aiye/. Acesso em: 4 out 2020.

KILOMBA, Grada. 2015. "**WHILE I WRITE" by Grada Kilomba**, 1 Video (2 min 33'). Publicado pelo canal Grada Kilombra. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w&ab_channel=GradaKilomba Acesso em : 24 ago 2018

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. **Memória** in: Enciclopédia Einaudi, Vol.I Memória-História, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002

LIMA, Valéria Catarina dos Santos. **Mãe Hilda Jitolu: a trajetória de uma líder espiritual baiana.** Salvador, 2014.

LUZ, Marco Aurélio. **Àgada:** Dinâmica da Civilização Africano Brasileiro. Salvador: Secneb, 1995.

LUZ, Narcimária C. Patrocínio. Awasoju: Dinâmica da Expansão Existencial das Diversas Contemporaneidades. In: **REVISTA DA FAEEBA**, Salvador, n o. 12. jul/dez.1999.

MALUF, Sônia W.. Antropologia em tempo real: urgências etnográficas na pandemia. **INCT Brasil Plural**, Santa Catarina, 2020. Disponivel em: https://brasilplural.paginas.ufsc.br/antropologia-na-pandemia/antropologia-em-tempo-real-urgencias-etnograficas-na-pandemia/. Acesso em: 26 mai 2020

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MARTINS, Leda Maria. Prefácio. *In*: TAVARES, Júlio Cesar de (Org.). **Gramática das Corporeidades Afrodiaspóricas**: Perspectivas Etnográficas. 1. Ed. Appris, Curitiba, 2020.

MARUCHA, Iana. **A Educação na Escola Mãe Hilda**. Entrevista. [Entrevista oral cedida a] Joelma Antunes, 64 minutos, [transcrita por Joelma Antunes] Salvador, 25 jul. 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MENEZES. Jamile. **Jorge Conceição, um educador da diversidade!**. Steve Biko, Salvador, 2017.

MERCÊS, Geander Barbosa das. **De Ilê Ifé ao Ilê Aiyê**: uma releitura do carnaval soteropolitano. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2017.

MOREIRA, Ana Patrícia. **Escola Mãe Hilda:** um estudo sobre a pedagogia da (re) construção da identidade negra. 2012. 195 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012. Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2906/TESE%20ANA%20MOREIRA.pdf?sequence=1 Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

MOREIRA. Anália de Jesus. **As concepções de corpo na associação bloco carnavalesco Ilê Aiyê:** um estudo a partir da história do bloco e das práticas pedagógicas das escolas Banda Erê e Mãe Hilda. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Milton. O carnaval como engenho de representação consensual da sociedade baiana. **CADERNO CRH**, Salvador, n.24/25, p. 171-192, jan./dez. 1996.

MOURA, Milton. O oriente é aqui: o cortejo de referências fantásticas de outros mundos no Carnaval de Salvador. In: MOURA, Milton (org.). **A larga barra da baía**: essa província no contexto do mundo. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 86-129. Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/wnm5w/pdf/moura-9788523212094.pdf Acesso em: 05 ago 2020

MULLER, Maria Isabel. **Os contos de fada na realidade afro-baiana**. Salvador: MNRA, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1989

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo. In: **CARTA**: falas, reflexões, memórias. Informe. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1991.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Afrodiáspora Nos. 6-7, pp. 41-49, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. "É Tempo de Falarmos de Nós Mesmos". *In*: NASCIMENTO, Beatriz. **Eu Sou Atlântica**, sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: IMESP, 2007.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens e sua importância na etnografia. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, v. 2, p. 57-67, 2014.

OLIVA, Anderson de Oliveira. Tese de Doutorado. **Lições sobre a África: Diálogos entre as representações Ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico**, Programa de Pós-Graduação em História. UNB, 2007.

OLIVEIRA, Vânia Silva. **Ara-Ítàn**: a dança de uma rainha, de um carnaval e de uma mulher... Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Salvador, 2016. Disponível em: Acesso em: 14 jul. 2019.

PASSOS, Maria L. Trajetória Pessoa e a educação comunitária. Entrevista. [Entrevista oral cedida a] Joelma Antunes, 58 minutos, [transcrita por Joelma Antunes] Salvador, 10 de Jul. 2019.

PEREIRA, Amilcar Araújo. Movimento negro contemporâneo, memória e educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**: conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, Natal, 2013.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil". **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2. sem. 2011.

PERIN, Rosemary Rufina dos Santos. **Os Cadernos de Educação do Projeto de Extensão Pedagógica Ilê Aiyê**: Um precursor das Diretrizes Curriculares da Lei 10639. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia: – Salvador, BA: RRSP, 2007.

PIRES, Thula R.O.; MORETTI, Gianna A. S. Escola, lugar do desrespeito: intolerância contra religiões de matrizes africanas e escolas públicas brasileiras. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, Brasília, v. 2, 2016.

PINHO, Osmundo S. "**O mundo negro**": sócio-antropologia da reafricanização em Salvador. tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do brau: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 127, jan. 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000100009/7816. Acesso em: 14 jan. 2020. doi:https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000100009.

PINHO, Osmundo. **O mundo negro**: hermenêutica da reafricanização em Salvador. Curitiba: Progressiva, 2010, p. 491.

PINHO, Patrícia de. **Reinvenção da África na Bahia**. São Paulo: Annablume, 2004.

PINTO, Makota Valdina. "Saberes e viveres de mulher negra: makota valdina". [Entrevista concedida a] Ubiratan Castro de Araújo.Revista Palmares, n2, p. 75-83, 2005. Disponível emm: http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i75.pdf Acesso:15 out 2020.

PINTO, Ana Flávia Magalhães; FREITAS, Felipe da Silva. Luiza Bairros, uma "bem lembrada" entre nós 1953-2016. **Afro-Ásia**, n. 55, p. 216-256, 2017

PINTO, R. P.. Educação do negro: uma revisão da bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 62, pp. 3-34, ago. 1987.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

POLLAK. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989

QUE bloco é esse. Compositor: Paulinho Camafeu. *In*: CANTO Negro, PolyGram – IA-1, 1984 . 1 Vinyl, LP, Faixa 1.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura S.; MENESES, Maria P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010 pp. 73-118.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

RATTS, Alex; GOMES, Bethânia (Orgs). **Todas [as] distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Editora Ogum´s Toque Negros, 2015.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos S. (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RISÉRIO, Antônio. **Carnaval Ijexá**. Salvador, Corrupio. 1981.

ROSA, Allan da. **Zumbi assombra quem?** Ilustrações de Edson Ikê. São Paulo: Nós, 2017.

ROBERTO, Lázaro. **Saída do Bloco Afro Ilê Aiyê**, 1993. 1 fotografia, ZUMVI Arquivo Fotográfico.

ROBERTO, Lázaro. **Caravana dos Movimentos Sociais ao Quilombo Rio das Rãs**, 1999. 1 fotografia, ZUMVI Arquivo Fotográfico.

ROSEMBERG, F. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, pp. 125-46, jan./jun. 2003.

RUFINO, L. Pedagogia das Encruzilhadas: Exu como Educação. Revista Exitus. Santarém/PA, Vol. 9, N° 4, p. 262 - 289, Out/Dez 2019.

SANTANA, Daniele Santos. **Ilê Aiyê: interações entre arte, educação e cultura afro-brasileira.** Dissertação de mestrado. Instituto de Artes Visuais. Universidade de Brasília, Brasilia, 2018. Disponível em : https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33768/1/2018_DanieleSantosSantana.pdf Acesso:18 jun 2018.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2011, p.159¬177. Disponível em: https://producoeseconhecimentos.files.wordpress.com/2015/02/santomc3a9-j-t-culturas-negadas-e-silenciadas-no-currc3adculo-in.pdf Acesso em: 30 de Janeiro de 2020.

SANTOS, Joel Rufino**. Zumbi**. 7. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1941.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In*: Santos, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: "Um discurso sobre as ciências" revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 137-165
.
SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAUJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa**. Sociologias, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 14-23, set./dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222016000300014&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 15 nov. 2020

SANTOS, Marinilda Gomes dos. **Cartobiografia Poética de Jônatas Conceição da Silva**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Orientadora:

SANTOS, Nívea Alves dos. E**ntre ventos e tempestades: Os caminhos de uma gaiaku de Oiá**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013

SANTOS, Rogério. **Passeata contra a farsa do centenário da Abolição da Escravatura no Brasil**, 1988. 1 fotografia, ZUMVI Arquivo Fotográfico.

SANTOS, Rosimeire. **A escolarização da população negra entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX**. webartigo, 2008. Disponível em: http://www.webartigos.com/artigos/a-escolarizacao-da-populacaonegra-entre-o-final-do-sec-xix-e-o-inicio-do-sec-xx/8027/. Acesso em: dia mês ano

SHOHAT, Ella. **Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 23, p. 11-54, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? script= sci_arttext&pid=S0104-83332004000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 out. 2019.

SILVA, Ana Célia da**. O estereótipo e o preconceito em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de primeiro grau, nível I**. 1988. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO/CED, 1995.

SILVA, Ana Célia da. Bebê a bordo. **CADERNOS NEGROS**, São Paulo: Quilombhoje, v. 19, p. 20-21, 1996. [Poemas Afro-Brasileiros].

SILVA, Ana Célia da. **Retrospectiva de uma trajetória de ações afirmativas precursoras à lei nº 10.639/03**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SILVA, Ana Célia da. Trajetória Política de Ana Célia da Silva Entrevista. [Entrevista oral cedida a] Joelma Antunes, 35minutos, [transcrita por Joelma Antunes] Salvador, 4 jul. 2019

SILVA, Carlos Aílton da Conceição. **Os belos, o trânsito e a fronteira**: um estudo sócio-antropológico sobre o discurso autoreferente do Ilê Ayê. Dissertações de Mestrado (PÓS-AFRO), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Cardoso da. **Invenções negras na Bahia**: pontos para discussão sobre o racismo à brasileira. Tese de doutorado. Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SILVA, ISMAEL. **XIV Caminhada pelo fim da violência e intolerância religiosa, pela paz**, 2018. 1 Fotografia

SILVA, Jônatas Conceição da. **Miragem de Engenho**. Cidade: editora, 1984

SILVA, Jônatas Conceição da. Outras miragens. Cidade: editora, 1989

SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes Quilombolas**: Uma Poética Brasileira. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Jônatas Conceição da. Segunda Marcha da Consciência Negra. 1981. 1 fotografia, ZUMVI Arquivo Fotográfico.

SILVA, Jônatas Conceição da .. Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, 1982. 1 fotografia, ZUMVI Arquivo Fotográfico.

SILVA, Jônatas Conceição da.. Comemoração dos 13 anos do M.N.U. Em sua sede no Bairro do Curuzu, 1991. 1 fotografia, ZUMVI Arquivo Fotográfico.

SILVA, Valdélio Santos. Rio das Rãs a luz da noção de quilombo. **Revista Afro-Ásia**. 23 n. Salvador: EDUFBA. 2000. p. 267-295.

SILVA, Valdélio Santos. **Do Mucambo do Pau-Preto a Rio das Rãs: Liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, 1997.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Agô agô lonan**: mitos, ritos e organização em terreiros de candomblé da Bahia. Mazza Edições, Belo Horizonte, 1998.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes**. N'Assysim**: a íris dos olhos da alma africana: saberes africanos no Brasil. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2010

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **À flor da pele**: histórias dos mundos por onde andei. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2018.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**: a formação social negro brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

SODRÉ, Jaime. **Manuel Querino, um herói da raça e classe**. Salvador: s/n, 2001.

SODRE, Jaime **A influência da religião afro-brasileira na obra escultórica de Mestre Didi**. EDUFBA, Salvador, 2006

SOUZA, Florentino da Silva. Jaime Sodré. *In* DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Volume 2 - Consolidação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Florentina da Silva. Jônatas Conceição, um poeta afro-brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre vol 46, n. 4, out./dez. 2011.

SOBREVIVENTE, Giovane. **Verso Vivo #3 A revolta da Tia Nastácia por Giovane Sobrevivente.** 1 vídeo (1:15 min), publicado pela TVE Bahia, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iWIqh4uVHTw&ab_channel=TVEBahia Acesso em: 10 nov 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAVARES, Júlio Cesar de (Org.). **Gramática das Corporeidades Afrodiaspóricas**: Perspectivas Etnográficas. 1. Ed. Appris, Curitiba, 2020.

VERGARA, Karen Ruby Gómez. Que bloco é esse? Posicionamento do Bloco Afro Ilê Aiyê no Carnaval de Salvador e o Movimento do Samba Reggae. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, MA, Brasil, v. 18, n. 34, p. 91-106, jan./jun. 2017

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **A Africanização do Carnaval de Salvador, BA. A Re-criação do Espaço Carnavalesco (1876-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1995

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Nem só de afoxés brincam os homens: manifestações carnavalescas negras em Salvador Bahia no final do século XIX e princípios do XX. **Anais do** XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal: ANPUH Brasil, Julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364911531_ARQUIVO_Final.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Desfiles, rainhas e dança: manifestações negras como espaço de reivindicações e afirmação. **Revista da FAEEBA -** Educação e Contemporaneidade. Salvador, v. 28, n. 54, jan./abr. 2019

[i] Lindinalva Barbosa é uma de nossas interlocutoras e será apresentada no decorrer do texto .